

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
INSTITUTO DE PSICOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS- GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA
MESTRADO EM PSICOLOGIA**

ANIELLY CRIS DE OLIVEIRA SANTOS

**INDIFERENÇA E HUMILHAÇÃO: EFEITOS DO NARCISISMO
CONTEMPORÂNEO NAS RELAÇÕES DE DESIGUALDADE SOCIAL**

MACEIÓ/AL

2018

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
INSTITUTO DE PSICOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS- GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA

ANIELLY CRIS DE OLIVEIRA SANTOS

INDIFERENÇA E HUMILHAÇÃO: EFEITOS DO NARCISISMO
CONTEMPORÂNEO NAS RELAÇÕES DE DESIGUALDADE SOCIAL

MESTRADO EM PSICOLOGIA

Dissertação apresentada junto ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal de Alagoas, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Psicologia, sob a orientação da Prof^ª. Dra. Heliane de Almeida Lins Leitão.

MACEIÓ

2018

Catálogo na fonte
Universidade Federal de Alagoas
Biblioteca Central

Bibliotecária Responsável: Janis Christine Angelina Cavalcante – [CRB:1664](#)

S237i Santos, [Anielly](#) Cris de Oliveira.

[Indiferença e humilhação: efeitos do narcisismo contemporâneo nas relações de desigualdade social](#) / [Anielly](#) Cris de Oliveira Santos. – 2018.
92 f.

Orientadora: [Heliane](#) de Almeida Lins Leitão.

Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Universidade Federal de Alagoas. Instituto de Psicologia. Programa de Pós-Graduação em Psicologia. Maceió, 2018.

Bibliografia: f. 87-92.

1. Psicanálise. 2. Desigualdade social. 3. Humilhação social. 4. Sofrimento.
5. Narcisismo. Título

CDU: 159.9:316.6



UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS - UFAL
INSTITUTO DE PSICOLOGIA - IP
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA - PPGP

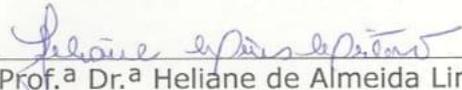
TERMO DE APROVAÇÃO

ANIELLY CRIS DE OLIVEIRA SANTOS

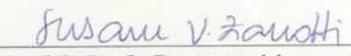
Título do Trabalho: **"Indiferença e humilhação: efeitos do narcisismo contemporâneo nas relações de desigualdade social"**.

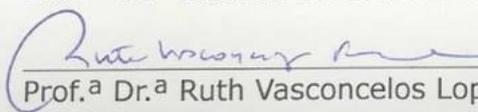
Dissertação aprovada como requisito para obtenção do grau de Mestre em Psicologia, pelo Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal de Alagoas, pela seguinte banca examinadora:

Orientadora:


Prof.^a Dr.^a Heliane de Almeida Lins Leitão (PPGP/UFAL)

Examinadores:


Prof.^a Dr.^a Susane Vasconcelos Zanotti (PPGP/UFAL)


Prof.^a Dr.^a Ruth Vasconcelos Lopes Ferreira (ICS/UFAL)

Maceió-AL, 25 de junho de 2018.

*Dedico esta dissertação aos familiares,
mãe, pai, irmãos, esposo e amigos que
tanto se alegram com as minhas
conquistas.*

“Eu não preciso de ti. Tu não precisas de mim. Mas, se tu me cativares, e se eu te cativar, ambos precisaremos, um do outro”
Antoine de Saint Exupéry

AGRADECIMENTOS

A opção pelo mestrado implicou em vários movimentos que foram desde a conciliação do tempo ao manejo de leituras e articulações necessárias para fazer cumprir meu desejo. Nesse processo, encontrei e reconheci pessoas que demonstraram o carinho e o reconhecimento de um trabalho e de uma etapa de construção pela qual pessoalmente passei. Assim, reconheço em forma de gratidão àqueles que foram essenciais e caminharam junto comigo.

Ao senhor Deus, pelas suas demonstrações de amor e carinho, que se fazem presentes em cada escolha e na condução da minha vida.

À Professora Dra. Heliane de Almeida Lins Leitão, que acompanha de perto meu desejo desde a graduação, momentos pelos quais me despertou o interesse pela psicanálise. A orientação riquíssima que transformou o processo mais suave e instigante. Pelas contribuições teóricas e profissionais que por meio da sua ética me inspiram. Pela aposta e confiança em dar prosseguimento aos meus interesses na vida acadêmica. De todo modo, o meu reconhecimento e a minha gratidão.

À Professora Dra. Susane Vasconcelos Zannotti e Perla Klautau, pelas contribuições, pontuações e considerações que sem dúvida enriqueceram meu trato com o tema da pesquisa e seu desfecho.

Aos demais professores do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Ufal que acompanharam o processo de perto, durante o mestrado, dando contribuições diferentes e fundamentais para o engrandecimento do trabalho, Prof. Dr. Jefferson Bernardes, Profa. Dra. Paula Miura e Prof. Dr. Charles Lang.

A todos os colegas da turma de mestrado, em especial a Mariana de Almeida, Marianna Figueirêdo e Valéria Brandão que compartilhando do mesmo processo com as mesmas angústias, demonstraram atenção e carinho, contribuindo com meu de aprendizado e amadurecimento.

À minha turma de graduação em Psicologia/ Ufal #doismilenovepontoum, lugar onde tudo começou, os interesses, as discussões, a paixão pela psicanálise e o despertar para a carreira acadêmica.

Aos meus amados pais, Maria Solange e Ademar Pedro, pelo incentivo e apoio em todas as minhas escolhas. Em especial, por conseguirem despertar meu interesse pelos estudos através do incentivo sem medida à educação.

Aos meus queridos irmãos, Arianny de Oliveira e Aderllan Pedro de Oliveira que são sempre os primeiros a se emocionar e a comemorar todas as minhas conquistas, por toda a admiração a minha gratidão.

Ao esposo Cleder dos Santos, pelo carinho, paciência, presença e incentivo.

Às duas companheiras de quatro patas Antonieta e Valentina que acompanharam muitas horas de estudo com todo carinho.

Aos colegas de trabalho do Corpo de Bombeiros Militar de Alagoas, em especial do Grupamento de Busca e Salvamento, que na medida do possível não mediram esforços para assumirem os plantões dos quais estava impedida, disponibilizando as permutas necessárias.

Às amigas que esta Corporação me presenteou, a minha gratidão. Por toda a admiração e por se oferecerem disponíveis para escutar meu trabalho, minhas considerações e minhas angústias.

A TODOS, O MEU RECONHECIMENTO E A MINHA GRATIDÃO.

RESUMO

Através de pesquisa teórica, o presente trabalho buscou analisar efeitos subjetivos da cultura do narcisismo nas relações de desigualdade social. Partindo do conceito freudiano de narcisismo, busca contribuir com sua expansão para a compreensão da cultura contemporânea, em diálogo com outras áreas do conhecimento. Em particular, focaliza a humilhação social enquanto experiência de sofrimento psíquico resultante de falhas no campo relacional e social. A partir do pensamento psicanalítico de Joel Birman, são discutidos os efeitos do narcisismo na cultura contemporânea. Verifica-se uma ênfase exacerbada na individualidade e nas soluções privadas que se manifesta pela indiferença e negação da alteridade. Além disso, considera-se que o enfraquecimento dos laços sociais na cultura do narcisismo se dá de maneira particularmente acentuada no contexto de desigualdade e hierarquias sociais. Na hierarquia de classes sociais, o poder econômico e o acesso aos bens de consumo são referências para o posicionamento dos sujeitos, reiterando as desigualdades e estabelecendo modos de sociabilidade que fomentam a invisibilidade, a exclusão e a humilhação, as quais se materializam nos espaços compartilhados. Fragmentos de observações e depoimentos de sujeitos que se posicionam na condição de humilhado, registrados pelo psicólogo social José Gonçalves Moura Filho, foram utilizados para reiterar o profundo sofrimento vivenciado na realidade social brasileira. A discussão aponta que a humilhação social se articula com a economia do narcisismo em dois eixos, em referência às duas posições subjetivas envolvidas. Por um lado, a exaltação exacerbada do eu gera o terreno propício para a humilhação do outro percebido como inferior, ao tempo em que o seu rebaixamento fortalece o narcisismo pela afirmação e manutenção da superioridade de si. Por outro lado, o investimento narcísico do sujeito humilhado é alterado ao ser atingido por um golpe que o degrada, representando uma ameaça à sua integridade psíquica. O estudo busca contribuir com o pensamento psicanalítico contemporâneo como dispositivo teórico na interface entre psicanálise e sociedade, com repercussões para a prática clínica. Pretende, ainda, colaborar com a compreensão dessas situações através da sua visibilização e desnaturalização no campo social, no qual se colocam também as possibilidades de soluções e transformação.

Palavras-chave: narcisismo; desigualdade social; humilhação social; sofrimento; psicanálise.

ABSTRACT

Through theoretical research, the present work sought to analyze the subjective effects of the culture of narcissism in the relations of social inequality. From the Freudian concept of narcissism, it seeks to contribute with the expansion to comprehension of contemporary culture in dialogue with other knowledge areas. In particular, it focuses on the social humiliation while experience psychic suffering from failures at the relational and social field. From Joel Birman psychoanalytic thinking, the narcissism effects in contemporaneity are also discussed. The exacerbated emphasis on individuality and private relationships are manifested by indifference and denial of otherness. In addition, it is considered that the weakening of social ties in the narcissism culture occurs particularly intensely in the context of inequality and social hierarchies. In the hierarchy of social classes, economic power and access to consumer goods are references for the positioning of subjects, reiterating inequalities that foster invisibility, exclusion and humiliation, which is materialized in shared spaces. The discussion point out that social humiliation articulates with the economy of narcissism in two axes, in reference to the two subjective positions involved. On the one hand, the exaltation exacerbated of ' I ' generates the ground for the humiliation of the other one that is perceived as inferior, at the time that his devaluation strengthens narcissism by affirming and maintaining the superiority of oneself. Still, the narcissist investment of the humiliated subject is altered when he is struck by a blow that degrades him, representing a threat to his psychic integrity. The study seeks to contribute with contemporary psychoanalytic thinking as a theoretical device in the interface between psychoanalysis and society, with repercussions for clinical practice. Intends, furthermore, to collaborate with the comprehension of these situations through its visibility and denaturalization in the social field, in which are also posed the possibilities of solutions and transformation.

Keywords: narcissism; social inequality; social humiliation; suffering; psychoanalysis

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
CAPÍTULO 1: NARCISISMO- DA ORIGEM DO CONCEITO ATÉ OS DIAS ATUAIS	18
1.1 O Conceito Psicanalítico de Narcisismo: constituição psíquica	20
1.2 O Narcisismo na cultura e a Cultura do narcisismo.....	27
1.3 Destinos do narcisismo: contribuições do psicanalista Joel Birman	33
CAPÍTULO 2: O NARCISISMO EM TEMPOS DE DESIGUALDADE SOCIAL	40
2.1 A dimensão subjetiva da desigualdade social.....	42
2.2 Narcisismo e consumismo em condições de desigualdade social	49
2.3 O fortalecimento do narcisismo pela constatação da diferença.....	55
CAPÍTULO 3: HUMILHAÇÃO SOCIAL: O REBAIXAMENTO DO EU	58
3.1 Humilhação como sofrimento psicossocial	59
3.2 O eu como fonte de humilhação e sofrimento	65
3.3 Desigualdade social em cena: ouvindo as experiências da humilhação social.....	77
CONSIDERAÇÕES FINAIS	82
REFERÊNCIAS	87

INTRODUÇÃO

O interesse pela temática do narcisismo e seus desdobramentos subjetivos teve início a partir do trabalho de conclusão de curso de graduação em Psicologia, intitulado “A lógica do consumo na cultura do narcisismo” (SANTOS, 2014), que buscava compreender as possíveis relações entre os ideais da sociedade de consumo e a constituição do narcisismo na atualidade. A partir das contribuições do texto freudiano *A Introdução ao Narcisismo* de 1914 e propondo articulações com implicações decorrentes dessa discussão na contemporaneidade. Nesta oportunidade, ao fazer uma leitura da sociedade contemporânea a partir das transformações sociais relevantes para se pensar os efeitos da subjetivação, fazia-se uma leitura do consumo enquanto processo oriundo do crescimento econômico e avanço tecnológico presentes no sistema capitalista onde a mercadoria tornou-se marca de valor e condição de existência.

Até então, considerava-se que o lugar ocupado pelo consumo na sociedade do espetáculo dificultava a constituição de vínculos sociais consistentes, pois haveria uma ênfase na valorização do eu e no culto da própria imagem e o usufruto do outro enquanto objeto de consumo que só fazia sentido para enriquecer e enaltecer a sua individualidade. Assim, deparava-se com um sujeito que, na dúvida do que desejar, encontrava-se em conflito com seus ideais de perfeição narcísica que enxergava no objeto de consumo sua realização, o que culminaria na discussão de um narcisismo exacerbado na cultura. Esse trajeto nos fez apreender o quanto o conceito de narcisismo tem implicações importantes no que diz respeito ao processo de subjetivação, principalmente quanto a sua relevância de tratar o sofrimento narcísico por meio da relação que o eu estabelece com o outro e que nos serve para pensar os processos psicossociais atualmente.

O conceito de narcisismo proposto por Freud trata da importância do autoamor e do investimento objetal para a constituição psíquica. No entanto, o que se desenha atualmente é uma nova apresentação do narcisismo que culmina nas manifestações de sofrimento e de mal-estar. Apresentação esta que permitiu repensar a proposta de Freud, inicialmente clínica, para sua entrada na cultura, somando-se a elementos sociais que corroboram para o processo de subjetivação.

Em sua discussão acerca do narcisismo, Freud vai referir ser este elemento fundamental para a constituição psíquica ao afirmar que o narcisismo seria uma espécie de complemento libidinal do egoísmo do instinto de autoconservação, da qual justificadamente é atribuída uma porção a cada ser vivo (FREUD, 1914/2010, p. 15). O conceito freudiano tem

sido expandido para considerar o narcisismo como elemento da cultura decorrente da ênfase exacerbada na individualidade e nas soluções privadas (LASCH, 1983).

Com os desdobramentos da reflexão teórica sobre o conceito de narcisismo, algo na compreensão da constituição psíquica se altera, para uma noção do sujeito em seu amadurecimento por meio da busca pelo seu espaço e no campo relacional e, portanto, algumas leituras desse fenômeno vêm sendo feitas no sentido de pensar as derivações do sofrimento psíquico na atualidade. Essas leituras (BIRMAN, 2012 a, CANIATO E NASCIMENTO, 2010, FUKS, 2010) dão conta de uma reconfiguração do narcisismo para além daquela pensada por Freud, assim como da constatação da exacerbção do amor próprio e do autocentramento do sujeito na cultura atual. Tais reflexões permitem compreender o fenômeno por meio de uma passagem da exacerbção do autoamor para um desinvestimento narcísico no eu e no outro que se manifesta por meio da indiferença. Foi a partir dessas manifestações do narcisismo contemporâneo pautadas pela indiferença e pela negação da alteridade que esta pesquisa teve seu ponto de partida.

Nessa direção, a partir do modo de relação que se estabelece com o outro, optou-se por eleger o elemento da desigualdade social como proposta de articulação com o tema do narcisismo, considerando que a desigualdade social também se dá no campo relacional e a forma como as diferenças de classe se configuram, marcam e estabelecem formas específicas de relação com repercussões importantes para o processo de subjetivação e para as manifestações de sofrimento psíquico. Com o intuito de se aproximar dos aspectos subjetivos que circulam o fenômeno da desigualdade social, parte-se para o seguinte questionamento: quais as implicações subjetivas que estão atreladas ao estabelecimento da desigualdade social na dimensão do narcisismo contemporâneo?

Poderia se indagar o que a manifestação do narcisismo contemporâneo tem a ver com a problemática da desigualdade social? É uma questão necessária, mas partiremos de outra questão inicial: se o narcisismo contemporâneo se faz presente nas relações de caráter horizontal por meio de laços sociais que se estabelecem no cotidiano, como é possível dimensionar esse narcisismo em vias de desigualdade social? Que, sem dúvidas, é caracterizado pela promoção dos distanciamentos sociais representados pelos grupos, classes ou indivíduos. Parte-se da suposição de que o enfraquecimento dos laços sociais na cultura do narcisismo se dá de maneira particularmente marcante e significativa no que concerne a relações hierárquicas, tendo em vista que na busca pela sobrevivência predominam as soluções particulares e privadas, comprometendo o laço social e interferindo na dinâmica psíquica daquele que está colocado no posto hierárquico de inferioridade.

Para Caniato e Nascimento (2010), o aumento da produtividade econômica, evidenciada pelos excessos, não possibilita a justiça social, só reforça o controle do poder nas mãos de quem já o possui. Assim, o desamparo psíquico do sujeito frente a busca pela igualdade diante das injustiças sociais, que lhe são colocadas cotidianamente, por meio de uma promessa de felicidade e de uma falsa autonomia individual, revela as fragilidades do psiquismo e reconfigura o narcisismo em sua dimensão inversa.

Tais indagações orientam os capítulos do presente trabalho que tem como objetivo central analisar efeitos subjetivos da cultura do narcisismo nas relações de desigualdade social. A partir da obra do psicanalista brasileiro Joel Birman discute os efeitos do narcisismo nas relações sociais em contextos de desigualdade social para, então, analisar o fenômeno da humilhação social como um dos efeitos subjetivos de falhas nas relações intersubjetivas decorrentes do narcisismo.

O instrumental teórico adotado, porém não exclusivo, é o da psicanálise, na medida em que a psicanálise tem fornecido uma leitura da subjetividade e de seus impasses na modernidade (BIRMAN, 2012a, p.17). Servindo de dispositivo para indagar o sujeito em suas relações e na configuração do mal – estar contemporâneo. Destacando o aporte teórico freudiano, tendo em vista a contribuição que seu legado produziu para a prática da psicanálise. É preciso considerar que, para discutir as elaborações do sujeito enredado na cena social, há de se valer de contribuições de outras áreas do conhecimento que servem de acréscimo para estabelecer a psicanálise em extensão (ROSA, 2014).

Vale destacar que a presente pesquisa conta com o aporte metodológico de uma pesquisa de cunho qualitativo, que aborda as questões para além do seu significado, buscando o sentido e a interpretação dos fenômenos (TURATO, 2008). Essa definição ressalta a peculiaridade que tem a pesquisa qualitativa no que se refere ao seu foco multimetodológico, com uma ênfase na interpretação e tradução de um texto por meio da extração de significados visíveis e latentes que são perceptíveis a uma atenção sensível (CHIZZOTTI, 2006; TURATO, 2008).

Sobre a pesquisa em psicanálise, Figueiredo e Minerbo (2006, p. 259) a caracterizam como um conjunto de atividades que se voltam para a produção de conhecimento destinada às teorias psicanalíticas como objeto de estudos sistemáticos ou históricos e, ainda, a alguns conceitos psicanalíticos como instrumentos para compreender os fenômenos sociais e subjetivos. É neste eixo que a presente pesquisa circula. Nessa proposta, alguns conceitos da psicanálise são considerados para fazer uma leitura panorâmica dos fenômenos sociais e sua captura no campo da subjetividade, visando contribuir com o desenvolvimento da clínica

psicanalítica contemporânea, a partir da compreensão dos sintomas e das manifestações de sofrimento característicos da atualidade, bem como com o dispositivo teórico na interface entre psicanálise e sociedade.

Que Freud se utilizava de casos clínicos como investigação clínica e científica, isso é sabido. No entanto, as transcorrências do processo terapêutico que, além de originar o campo teórico da psicanálise, serviram também para integrar e compor a teoria geral da psique, seu funcionamento e transtornos (MEZAN, 2006). Com isso, foi estudando a psique humana por meio das manifestações de adoecimento individual que se pode dimensionar a experiência humana inscrita nos modos de subjetivação e de sofrimento. Para Freud (1921/ 2011) a psicologia individual se dirige ao ser humano particular, mas pode referir às suas relações com os outros indivíduos. É neste aspecto que afirma que toda psicologia individual é também social (FREUD, 1921/2011, p. 14).

Essa afirmação de Freud sugere que a experiência individual é tão importante para compreender os processos intrapsíquicos como para compreender a organização dos indivíduos em grupos e em massa. No referido texto, Freud (1921/2011) afirma que algo da ordem da diferença se coloca facilmente no indivíduo isolado daquele que em massa estão interligados. São justamente essas particularidades que convidam a psicanálise para descobrir a influência dos mecanismos do inconsciente e da cultura nessas modalidades de atuação.

Sob essas características mencionadas que a presente pesquisa se manteve, a partir da aproximação do pesquisador com os textos, atento a uma leitura minuciosa, da interpretação e do conjunto de ideias e pontuações oriundas desse processo. Com isso, essa pesquisa se pautou nos fundamentos teóricos de Sigmund Freud, concernente aos seus estudos sobre o narcisismo. Do mesmo modo que as contribuições de Christopher Lasch (1983; 1986) sobre a Cultura do narcisismo, de Debord (1997) com a Sociedade do espetáculo e Baudrillard (1929/2007) com a Sociedade do consumo que, de fora da psicanálise, do campo filosófico e sociológico, deram suas contribuições para a compreensão do narcisismo enquanto fenômeno social. Bem como, com a mesma finalidade, lançou-se mão de autores contemporâneos fundamentados no aporte psicanalítico, a exemplo de Joel Birman, com suas contribuições para o entendimento do narcisismo nas relações sociais marcadas na indiferença, entre outros estudos que se situam na interface entre narcisismo e cultura, entre Psicanálise e o Social.

Trata-se, assim, de pesquisa teórica realizada através de levantamento bibliográfico e estudo aprofundado. A escolha pelos textos se deu inicialmente a partir de dois dispositivos, livros e artigos, que abordassem diretamente em suas discussões as temáticas relacionadas ao narcisismo, cultura do narcisismo, consumismo e narcisismo, desigualdade social e

humilhação social sob a perspectiva da psicanálise, da filosofia e da sociologia. Sendo de grande importância as contribuições de autores que se dedicam a mediar tais discussões ou indicar a possibilidade de articulação entre elas, a exemplo do psicólogo social José Moura Gonçalves Filho (1998; 2004; 2007).

Tendo em vista a complexidade teórica que se fez presente ao buscar articular os temas que por si só são complexos, como narcisismo e humilhação social, optou-se por incluir comentários acerca de fragmentos de observações e depoimentos de sujeitos registrados por Gonçalves Filho (1998), que “de dentro” do sofrimento puderam transmitir a angústia como uma das principais manifestações inscritas nas dimensões do eu. O uso dos recortes de falas serviu tão somente para ilustrar, para além do campo da abstração, a humilhação social como um fenômeno vivenciado por sujeitos reais, representando um dos efeitos subjetivos das falhas do narcisismo.

Dito isto, no primeiro capítulo optou-se por fazer uma retomada ao elemento do narcisismo proposto por Freud com a “Introdução ao Narcisismo” de 1914, destacando a relevância desse conceito para compreensão da constituição do eu na estrutura psíquica e como marco para posteriores desdobramentos da teoria. Em seguida é abordada a inserção do conceito de narcisismo para compreender o contemporâneo. Birman (2016, p. 38) postula que na contemporaneidade há uma passagem do narcisismo tipo como positivo por Freud (1914/2010) para um narcisismo negativo proposto por Green (1983).

Essa nova economia psíquica é registrada no campo clínico pela perda da potência de si do sujeito que foi esvaziado narcisicamente na contemporaneidade (BIRMAN, 2016, p. 38). Essa nova modalidade é lançada de igual modo no espaço social e rege as relações sociais de maneira avassaladora. É atento a essa dimensão negativa do narcisismo disseminada no laço social como forma de subjetivação que Lasch (1983; 1986) enunciou o conceito de cultura do narcisismo para caracterizar a contemporaneidade.

A partir de então, é preciso articular a dimensão do narcisismo contemporâneo e sua relação com a produção de mal-estar, que desde Freud, é pensado como cerne do sofrimento humano. Para tanto, auxilia-nos neste caminho, a contribuição teórica de Joel Birman que, no campo da psicanálise brasileira tem discussões voltadas para a inscrição do narcisismo em relação ao sofrimento psíquico.

No segundo capítulo, foram considerados os textos que apontam o cenário da desigualdade social apresentando sua configuração, não somente suas características, mas ressaltando as particularidades que interferem nas distâncias hierárquicas estabelecidas, gerando o afastamento entre as pessoas. A possibilidade de considerar a dimensão subjetiva

da desigualdade social abre margem para descrever as manifestações de sofrimento pautadas nas hierarquias sociais e, sobretudo, nos seus efeitos.

A suposição de que por trás da desigualdade social há o sofrimento, o medo e a humilhação é considerar a dimensão subjetiva do fenômeno (SAWAIA, 2009). Mas é, sobretudo, compreender que a luta de classes interfere no laço social e no sentimento dos sujeitos que se atualizam na medida em que as práticas de exclusão são reforçadas. O crescimento econômico, ao contrário do que se imagina, não dissipa as desigualdades, acaba por instalá-las (BAUDRILLARD, 1929/2007). Por isso, o consumo passa a ser considerado como marca da contemporaneidade ao colocar nas fileiras hierárquicas da sociedade aquele que tem seu maior privilégio e, portanto, maior status.

O terceiro capítulo se encarrega de apresentar a humilhação social como um dos efeitos subjetivos decorrentes da desigualdade social. É feita uma descrição do fenômeno a partir das considerações elaboradas pelo psicólogo social José Moura Gonçalves Filho. Ao considerar a humilhação como uma modalidade de angústia, Gonçalves Filho (1998) se dá conta de algo que ocorre na materialidade do laço social que transpõe o psiquismo e se instala na forma de mal-estar.

Levando em consideração que para a integração do psiquismo é necessário que o investimento pulsional circule entre o amor de si e o amar ao outro, estar na condição de inferioridade aponta para um movimento que é desinvestido, mas que, além disso, é abandonado. Nesse momento há uma aposta de que a condição para a instalação da humilhação social está em algo que é relacional e que tem a ver com a indiferença e com a perda dos elementos da alteridade que caracterizam o narcisismo como fenômeno social na contemporaneidade.

Por fim, são apresentados fragmentos de observações e falas de participantes de uma pesquisa realizada na cidade de São Paulo, pelo pesquisador social Gonçalves Filho (1998). Trata-se de uma pesquisa participante sobre a humilhação social enquanto problema político e social, envolvendo mulheres trabalhadoras que assumiam os Centros de Juventude em São Paulo e de trabalhadores assalariados. Os trabalhadores aceitaram participar da pesquisa e, por meio de depoimentos, relataram suas experiências do sofrimento presente em situação de humilhação social. Os comentários tecidos sobre este material pretendem articular a discussão teórica com a realidade do fenômeno em nosso meio, buscando uma aproximação com a experiência e o sofrimento vivenciado por sujeitos humanos e reais.

CAPÍTULO 1: NARCISISMO- DA ORIGEM DO CONCEITO ATÉ OS DIAS ATUAIS

A menção ao narcisismo proposta por Freud a partir do uso do termo para designar como uma conduta na qual o sujeito trata o próprio corpo como objeto de desejo tem uma passagem significativa para a compreensão desse fenômeno na cultura. Muito tem se discutido o narcisismo enquanto conduta e, sobretudo enquanto modo de funcionamento social que culminam em novas fontes de sofrimento (BIRMAN, 2012ab, FUKS, 2010, LAZZARINNI, 2006). Há em geral, um consenso na psicanálise a partir de Freud de que o elemento narcísico é imprescindível à vida humana e salutar para constituição psíquica. No entanto, há controvérsias quando se percebe esse elemento fixado nos investimentos libidinais a quem deveria lançar mão em prol do seu equilíbrio.

As particularidades da cultura têm se encarregado de fazer alguns acréscimos à teoria de Freud, mesmo que sem intuito, demarcam as diferenças entre a teoria da constituição do eu para as suas ressonâncias na cultura. A suposição de que as vicissitudes do eu narcisista, em sua forma de manifestação evidenciam novas formas de subjetivação pautadas nos imperativos sociais. Há um deslocamento de domínio que se inscreve na possibilidade ou na impossibilidade da alteridade em meio aos modos contemporâneos de subjetivação (CUNHA, 2007). O reconhecimento da alteridade é uma possibilidade de abrir mão do narcisismo em se dispor para o amor ao próximo como chave para uma cultura marcada pela mutação do laço social (LEBRUN, 2008) pela indiferença (BIRMAN, 2012a) e pela transformação do outro como objeto de gozo (COSTA, 2014).

Os fundamentos da teoria da constituição psíquica foram previstos por Freud em 1914 ao propor *Uma Introdução ao Narcisismo*, muito embora se volte a vertente clínica referindo o enamoramento por si mesmo e a escolha objetual fundamentais para um ego unificado e necessário para a condição humana. Antevendo, com isso, a instabilidade desse empreendimento ao considerar que quanto mais se emprega uma mais se enfraquece a outra (FREUD, 1914/2010, p.17). Esta inscrição é feita a partir de uma diferenciação proposta por Freud entre um narcisismo primário e dedicado ao investimento no eu em relação a um narcisismo secundário por meio de uma escolha objetual como uma etapa seguinte e também constituinte.

O que há de emblemático nesse movimento é uma tendência a uma fixação em um dos investimentos libidinais que se desviará da condição constitutiva ao psiquismo. Dito de outro modo, essa fixação consistirá em falhas que conduzirão ao entendimento de que prevalecem novas formas de narcisismo. Como propõe Fuks (2010) ao definir como neonarcisismo o

registro dessas falhas na contemporaneidade. Essa suposição leva em conta que alguns acréscimos foram feitos no sentido de interferir nessa dinâmica. A esses acréscimos foram colocados alguns elementos no campo da cultura que se responsabilizaram pelo predomínio do narcisismo como modo de funcionamento social caracterizado em seu eixo mais conhecido: o amor próprio.

Essas considerações foram iniciadas por Lasch com *A cultura do narcisismo* (1983) e trataram de aprofundar o conceito psicanalítico proposto por Freud ao inseri-lo na cultura considerando os espaços de atuação e de relações do sujeito. Tais considerações partem de um uso equivocado do termo narcisismo de Freud que se encarrega de aproximá-lo às características de egoísmo (COSTA, 1988). As proposições feitas por Lasch supõem que alguns elementos culturais estimulam o narcisismo a partir de características que sinalizam o amor próprio, o autoinvestimento, as soluções privadas e particulares que cada vez menos se abre ao próximo e a coletividade. Em outro momento Lasch (1986) vai referir essa configuração como uma condição mínima para o eu enquanto reserva psíquica que se protege frente aos perigos ofertados na sociedade capitalista. Se em Freud a felicidade está na capacidade de amar, é amando ao próximo que se reafirma o amor próprio.

Este é o cenário para uma discussão proposta por Joel Birman ao considerar o narcisismo como um traço da sociedade contemporânea que diz respeito a modalidades de mal-estar. Frente a isso, é na relação consigo e com o outro que essas derivações de sofrimento se colocam a partir da noção de que atualmente há um estímulo ao narcisismo por meio do incentivo a soluções individualistas e ao culto a própria imagem que utiliza o outro para sua realização, mas que revela um sujeito desprovido de investimento que também sofre por não saber dosar seu autoamor.

É considerando as duas facetas do narcisismo que são fundamentais para a integração do psiquismo, mas que também são fundamentais para as relações sociais por meio do amor a si e do amor ao outro como correlato da experiência humana indispensáveis para uma vida minimamente feliz que este capítulo se encarregará. Para tanto, apresentando a origem do conceito de narcisismo e de atualizá-lo para que se possam analisar os traços que indicam a destituição dos laços sociais visibilizados pelo distanciamento entre as pessoas. Para que posteriormente seja possível compreender o grau de afetação do sujeito sofrente e humilhado em se tratando de distanciamentos hierárquicos que por si só são segregadores e excludentes.

É importante salientar que neste trabalho não há a proposta de apontar as falhas que se encarregaram de considerar um momento histórico em detrimento de outro, mas, de considerar de forma sensível as especificidades dessa cultura que se encarregaram de

contribuir com a prevalência do objeto deste estudo. Sem que para isso, volte-se a um olhar pormenorizado dos aspectos que constituem essa cultura nem tampouco se volte contra ela.

1.1 O conceito psicanalítico de narcisismo: constituição psíquica

Para compreender os desdobramentos atuais e os usos do conceito de narcisismo para analisar os fenômenos sociais, vale uma retomada a sua origem, a construção da teoria do narcisismo proposta por Freud e as derivações desse conceito no campo das relações alteritárias, consideradas inicialmente no contexto de sua clínica. Na contemporaneidade há uma demanda clínica e social sob o signo do narcisismo que se materializa em um sujeito marcadamente autocentrado e exibicionista que serve de fundamento para uma posição de indiferença frente a vida e ao outro. Freud (1914/2010) ao fazer sua leitura sobre o narcisismo e inaugurar na psicanálise o dispositivo social para a indagação das relações do sujeito com o mundo, contribui com todo desenvolvimento da teoria pulsional que se atualiza no modo de funcionamento social a partir das escolhas objetais de investimento.

Freud cunhou o termo narcisismo, em referência ao mito de Narciso, para designar a conduta em que o indivíduo trata seu corpo como objeto de satisfação sexual (FREUD, 1914/2010, p. 14). O termo narcisismo foi utilizado no século XIX, inicialmente para caracterizar uma espécie de quadro clínico no âmbito do diagnóstico, contribuindo, assim, para sua dimensão clínica no campo da psiquiatria. Um estudo realizado por Guimarães e Endo (2014) sustenta que a invenção do termo narcisismo deve ser atribuída a dois clínicos, Havellock Ellis e Paul Nacke, em 1898 e 1899, respectivamente. Estes autores usaram a expressão narcisismo para descrever um comportamento perverso relacionado ao mito de Narciso, caracterizando seu enquadre patológico. Esse momento equivale ao surgimento da psiquiatria cuja ênfase era o estabelecimento do diagnóstico para os comportamentos considerados patológicos. O mito de narciso é para Carneiro (2007) a possibilidade de compreender o homem moderno, a partir de um mito constituinte da subjetividade, projetando as consequências que se lançam no sujeito sob a forma de patologias do eu ou do amor como uma espécie de narcisidade.

O dicionário de Laplanche e Pontalis (2001) afirma que o conceito de narcisismo é abordado por Freud antes mesmo do texto “*A Introdução ao Narcisismo*” de 1914. Ao seguir as pistas, encontramos no texto de 1910- *Uma recordação de infância de Leonardo Da Vinci*-

a proposta inicial de Freud, em menção ao mito de narciso, um encontro com o objeto amoroso pela via do narcisismo em referência ao amor pela própria imagem. No texto *O Caso Schreber* de 1911 é feita a referência ao narcisismo que estaria relacionado a uma fase mediadora entre o autoerotismo e a escolha objetual como um processo imprescindível, a partir da unificação dos instintos sexuais de forma autoerótica, ao tomar o próprio corpo como objeto de amor (FREUD, 1911/2010, p. 81). Em *Totem e Tabu* (1913) essa suposição é confirmada ao considerar o narcisismo presente entre a passagem do autoerotismo à escolha objetual designado a um estado de enamoramento de si mesmo (FREUD, 1911/2010, p.141). No entanto, é em 1914 que Freud estabelece a evolução do conceito dando lugar à teoria, que tem sua ênfase nos investimentos libidinais decorrentes do processo do instinto de autoconservação, afastando-se do modelo de perversão pensado anteriormente no campo psiquiátrico. Um pouco mais adiante em 1917, em *Luto e Melancolia*, Freud trata o estado de melancolia como uma regressão ao narcisismo, na medida em que a perda do objeto se torna a perda do eu, como um obstáculo que obriga a essa retração.

Em seu panorama clínico, Freud vai apostar que o processo de retirada da libido do mundo externo e seu retorno ao eu vai designar o narcisismo enquanto conduta. Conduta esta vista como narcisismo primário e normal, presente também nas esquizofrenias e parafrenias. Sob essa hipótese, supõe-se que o narcisismo seria um acréscimo ao processo de autoerotismo, que tem no corpo sua forma de expressão, o estágio inicial da libido. Sendo esse modo de satisfação inicial o que Freud denomina de narcisismo primário, enquanto momento de constituição do eu (FREUD, 1914/2010).

Para que o narcisismo secundário se estabeleça, é necessário que haja um retorno do investimento libidinal dos objetos que posteriormente se transforma em investimento do eu, momento em que a libido reconhece o eu como objeto (FREUD, 1914/2010). Tem-se, com isso, um estado da libido que não é interrompido pelo investimento nos objetos, tendo no eu a permanência desse investimento. Esse estado da libido é importante para Kupermann (2016, p.85) para que o sujeito se recupere das feridas sofridas no encontro com a realidade insatisfatória. O que predomina é um esforço de se distanciar desse investimento libidinal primário na busca da satisfação no objeto, que retornará posteriormente como um reencontro, garantindo, assim, o amor e a perfeição narcísica (NASIO, 1997, p. 56).

O que Freud vai supor, e que parece relevante para o propósito deste estudo, é que há uma tênue oposição entre a libido do eu e a libido do objeto. Enunciando uma diferenciação entre essas energias psíquicas, Freud as coloca em um polo de oposição, onde o emprego da intensidade de energia se dá de forma inversa: o enriquecimento de uma promovendo o

enfraquecimento da outra. Por que aqui está o antagonismo: “Quanto mais se emprega uma, mais se empobrece a outra” (FREUD, 1914/2010, p. 17). Nesse sentido, talvez o primeiro comprometimento na escolha objetal se encontra na alternância entre esses dois eixos de investimento, sinalizando a oscilação entre as instâncias psíquicas marcadas pelo investimento *versus* desinvestimento.

De modo claro, quanto maior for o investimento no ego, menor será o investimento da libido dos objetos e também acontece de modo contrário. Essa alternância estabelece a priori o equilíbrio dos investimentos necessários para a condição humana que em determinados momentos da vida se volta ao ego, em outros na escolha objetal. No entanto, o risco desse movimento alternante entre a libido do eu e a libido de objeto é, segundo Kupermann, o risco da estagnação patológica por meio da inflação do narcisismo secundário, comprometendo o processo de recriação de si e de encontro de novos objetos de satisfação libidinal (KUPERMANN, 2016, p.86). É dessa forma, pois, considerando o risco de estagnação patológica pautada na fixação das instâncias psíquicas que se pode denominar esse movimento a partir do seu desequilíbrio pulsional.

Nesse caso é possível relacionar o desequilíbrio pulsional posto nas instâncias psíquicas com as modalidades de sofrimento que se fundamentam na perda da alteridade e na fragilidade dos laços sociais (BIRMAN, 2012a). Tendo em vista que a escolha do objeto de amor requer um esforço de agradar o psiquismo, reluta-se em abrir mão desse investimento e transpor para o mundo externo. Do mesmo modo que o destino da libido demasiadamente no mundo externo faz com que se abra mão da onipotência narcísica originária.

O narcisismo constituinte na proposta de Freud vai além de considerá-lo como uma fase evolutiva do desenvolvimento do ego. É visto como uma condição para que o psiquismo se constitua. Contribuindo, assim, com o processo de unificação do ego a partir da dependência dos investimentos libidinais indispensáveis no provimento da vida. No segundo momento do texto, Freud (1914/2010) vai sugerir outros caminhos para a compreensão do narcisismo. Um deles trata de pensar o desinteresse do mundo externo e retorno ao eu como processo semelhante ao que acomete o sujeito em casos de doença orgânica e da hipocondria. Nos casos de adoecimento orgânico, há o abandono das coisas do mundo externo quando não dizem respeito ao seu sofrimento, revelando o narcisismo em seu caráter mais fundamental: o retraimento. Que só retorna ao mundo externo após a cura. Na hipocondria também coincide o efeito sobre a distribuição da libido, retirando o interesse libidinal dos objetos do mundo exterior e concentrando especificamente no órgão que ocupa (FREUD, 1914/2010, pp.26-27). A modificação da libido revela os destinos do investimento narcísico necessários para o

estabelecimento do psiquismo e que, com efeito, determina o modo de o sujeito ser e vivenciar as relações com o objeto.

Freud destaca que, alguma forma de egoísmo nos protege contra o adoecimento, enfatizando, ainda, a importância em dedicar uma porção de amor ao outro (FREUD, 1914/2010, p. 29). Estabelecer o equilíbrio entre o investimento no eu e no objeto demanda um esforço psíquico que parece ser um empreendimento difícil. Nesse caso, o pior que pode acontecer a dinâmica psíquica, segundo Kupermann (2016), é o represamento da libido no narcisismo secundário mortífero. A dimensão mortífera do narcisismo secundário ganharia corpo na nova trama metapsicológica de Freud com a introdução do conceito de pulsão de morte, em que o desinvestimento libidinal de objeto em favor da libido do eu viria juntamente com desequilíbrio pulsional. No entanto, na presença da pulsão de morte no psiquismo, uma vez não havendo o emprego de novos objetos de satisfação libidinal, há a tendência de se instalar o potencial opressor do supereu, tornando o sujeito cada vez mais subjugado pelos objetos que incorpora e das exigências impostas socialmente, revelando, com isso, as fragilidades do eu (KUPERMANN, 2016, pp.91-92).

Green (1983) há de supor uma forte tendência para que o narcisismo se estabeleça como estrutura psíquica que de certo modo impressione mais que a perversão. Para o autor isso se dá pelo fato de que no narcisismo não existe objeto de desejo além de si mesmo, diferente do ocorre na perversão que ao menos há de supor quais são seus objetos (GREEN, 1983, p. 16). Estabelecendo, assim, o narcisismo como uma ferida crua que se põe sobre todos nós a partir de uma posição de defesa para evitar possíveis lesões. Tais fragilidades estariam relacionadas para o autor a uma tendência do psiquismo a uma apatia diante da vida que está atrelada a um narcisismo negativo ou de morte.

Freud continua afirmando que toda forma de idealização se torna possível tanto na libido do eu quanto na libido do objeto. Na medida em que, para a constituição da libido narcísica, ora o amor próprio é aumentado, ora é diminuído. Trata-se da inconstância dos vínculos pautados pelo amor próprio na experiência amorosa por meio do elemento narcísico. Provocando, com isso, uma espécie de engrandecimento ou empobrecimento do eu que denuncia o descontrole dos investimentos libidinais. O texto de Freud evidencia um esforço para dar um lugar teórico à libido que tem no eu seu eixo central.

Este ponto se tornou objeto de estudo e análise de autores contemporâneos a exemplo de Joel Birman, buscando compreender a dinâmica da oposição eu-objeto na constituição psíquica e nas relações alteritárias. Contribuindo, assim, com a discussão de que há novas formas de subjetivação presentes nessa dinâmica (BIRMAN, 2012ab; COSTA, 2012). Costa

(2012) vai endossar essa discussão ao afirmar que o sujeito cuja identidade está baseada no narcisismo tem seu ponto de partida e ponto de chegada no cuidado de si, situando todo espaço de sua preocupação na autorrealização pessoal, afetiva, econômica, de sucesso pessoal e de bem estar físico (COSTA, 2012, p. 3).

Na lógica do movimento do narcisismo no eixo do amor a si próprio. É preciso concordar com Coelho (2016) que o narcisista contemporâneo troca o social pelo pessoal e perde a noção de público em detrimento da intimidade. É nesse sentido que se pode afirmar que o conceito freudiano de narcisismo gerou muitos desdobramentos teóricos, dentro e fora da psicanálise. Sendo relevantes para a compreensão das manifestações clínicas, das psicopatologias e dos fenômenos sociais. Ordenando o narcisismo no campo dos modelos de patologias narcísicas ou patologia dos sentimentos de si (HORNSTEIN, 2009) a partir da eleição narcísica de objeto e suas funções que limitam o reconhecimento da alteridade, assim como compreende o desinvestimento narcísico como uma forma de sofrimento.

A partir da introdução do conceito freudiano de narcisismo, há uma tentativa de aprofundar a relação particular que tem o eu inflado nas relações estabelecidas com o outro. Assim, Moreira (2009) vai partir da noção do eu como um espaço subjetivo supostamente isento de conflitos, mas que se denomina, sobretudo, como um espaço intersubjetivo, pois reconhece na relação do outro a constituição real do eu, inscrevendo na dinâmica dessa relação a abertura para a alteridade.

Nessa mesma direção, Fuks (2010), ao considerar a relevância da temática do narcisismo, chama atenção para os efeitos traumáticos que a autoimagem produz no processo de estruturação da subjetividade, destacando os impactos narcísicos dessa incidência para os laços intersubjetivos (FUKS, 2010, p.16). Tais impactos, segundo a autora, não estão somente relacionados à escolha narcísica objetual, mas vinculados ao endereçamento e investimento libidinal a ela destinada, consistindo num sistema de reflexos (FUKS, 2010, p. 16).

Deve-se registrar que o reconhecimento da presença do outro por meio do seu olhar é em Freud (1914) responsável pela unificação do eu o que dá margem para a instalação da alteridade como um processo fundamental e constitutivo do psiquismo. Inicialmente Freud aponta a necessidade de ultrapassar as fronteiras do narcisismo em direcionar a libido aos objetos para evitar o adoecimento, assim como o represamento da libido no eu tem esse fundamento. A superação desse investimento no eu se daria na capacidade de amar ao considerar que a esquivia do adoecimento estaria na capacidade de amar a si e amar o outro. Esse mecanismo se difere em casos de adoecimento em que o represamento da libido impede

o investimento nos objetos ou tem nesse processo o princípio da indiferença pela indisposição de se voltar para os objetos no exterior. Esse represamento da libido no eu por meio do desligamento dos objetos foi estudado por Freud nos casos de megalomania, hipocondria e nos distúrbios afetivos, que por ventura serviram para conceituar o narcisismo no campo da patologia.

No entanto, o que Freud não estava atento era na repercussão que esse represamento no eu teria nos vínculos sociais, esse fator serviu de base para a compreensão do fenômeno do narcisismo para além daquele descrito por Freud capaz de compreender essa inscrição na inserção do sujeito no seu laço social. Assim, pode-se entrever que o campo do adoecimento descrito por Freud para compor o represamento da libido no eu também se estende atualmente para compreender outras formas de adoecimento subjetivo.

Ao considerar a via amorosa a outra possibilidade para o estudo do narcisismo, Freud aponta ser nos instintos sexuais a primeira escolha de objeto de satisfação que posteriormente é substituída pela escolha do tipo apoio àquela relacionada aos cuidados e proteção iniciais capazes de garantir os instintos de conservação do psiquismo. Nas palavras de Freud esse movimento “deu a reconhecer um outro, que não esperávamos encontrar” (FREUD, 1914/2010, p.32).

Desse modo reconhecendo a inscrição para o campo alteritário que, muito embora, inicialmente a escolha do objeto chamado de objeto narcísico se dará pelo objeto de amor segundo o modelo da mãe. Inicialmente o investimento libidinal está indissociado ao narcisismo primário e secundário, vindo a se diferenciar posteriormente na escolha dos objetos de satisfação. A preferência pela escolha do objeto de amor Freud deixa a cargo do sujeito, no entanto inicialmente essa escolha circula por dois objetos sexuais: ele próprio e a mulher que o cria, pressupondo o narcisismo primário presente em todo indivíduo.

Na terceira parte do texto, a análise teórica de Freud ao propor a compreensão do narcisismo se estende para a tentativa de acompanhar os destinos dos instintos libidinais. Ao afirmar que os destinos da libido entram em conflito com as ideias morais do indivíduo, Freud (1914/2010) está atento às manifestações externas que impedem a perfeição narcísica imaginária e se instalam psiquicamente em forma de ferida. Para ele, o narcisismo primário que se encontra deslocado nessa configuração retorna ao indivíduo sob a forma de ideal do eu para garantir a satisfação narcísica da qual não quer abrir mão, contribuindo, assim, com o aumento das suas exigências.

O substituto para o narcisismo sob a forma de ideal do eu reafirma as exigências do psiquismo em dedicar ao eu o destino da libido. Considerando o amor próprio uma das facetas

do narcisismo constituinte, Freud (1914/2010, pp.45-46) reconhece sua aproximação com a libido narcísica ao exemplificar que na vida amorosa a falta do amor diminui o amor próprio enquanto que ser amado eleva sua presença. Atribuindo a responsabilidade do estabelecimento do narcisismo perdido na importância de ser amado para recuperá-lo.

Podemos considerar que os efeitos da incapacidade de amar que Freud (1914/2010) afirmou rebaixar o amor próprio, vão além das situações limítrofes para o psiquismo, como nos casos de distúrbios psíquicos, como se pensava. O amar a si e amar o outro redimensiona o equilíbrio dos investimentos libidinais que se perde no amor a si e se recupera com o objeto amado, a troca nesses investimentos garante a sua qualidade e diminui as discrepâncias do seu desequilíbrio para o processo de unificação do eu.

Dentro ou fora da psicanálise, mas ainda atenta a dimensão intersubjetiva do eu, a contribuição teórica tem sido no sentido de considerar os impactos do narcisismo no campo social a partir das relações que o sujeito estabelece no laço social. A busca de compreensão das manifestações do sofrimento psíquico decorrentes dos sintomas clínicos evidenciados na época de Freud foi ampliada para a compreensão desses sintomas em sua dimensão social, ultrapassando a fronteira de um narcisismo necessário para um acréscimo que se direciona para um narcisismo exacerbado, tido como neonarcisismo com novas características que interferem no distanciamento das pessoas (FUKS, 2010, p. 55).

Fuks fundamenta essa discussão, considerando que o narcisismo adquire uma nova configuração com o advento da pós-modernidade que está permeado de exageros (FUKS, 2010, p. 54). As características sociais que reforçam esse novo direcionamento são justificadas pela glorificação do eu (BIRMAN, 2012a), pelo neoindividualismo¹ (LAZZARINI, 2006), bem estar pessoal (LASCH, 1983), que ultrapassam o psiquismo em forma de excesso.

Diante desses elementos que apontam uma passagem do narcisismo “normal” e indispensável para o narcisismo como modo de funcionamento social, segue-se com a proposta de traçar algumas características que foram acrescentadas ou retiradas do entendimento freudiano acerca do narcisismo. Para então desenhar o quadro de adoecimento subjetivo atrelado a um diagnóstico da sociedade marcada pelo elemento narcísico a partir do modo de relação do eu com os objetos de satisfação. Para tanto, conta-se também com o apoio

¹ Há uma tendência de descrever o narcisismo contemporâneo a partir de características como individualismo ou egoísmo. A indicação dessas semelhanças é utilizada apenas para registrar a compreensão do uso do narcisismo no campo social sem que, para isso, seja exigido algum desdobramento teórico acerca dessas aproximações.

de autores fora do âmbito psicanalítico na compreensão do que se denomina de cultura do narcisismo.

1.2 O Narcisismo na cultura e a cultura do narcisismo

Neste item será apresentado um panorama conceitual acerca dos desdobramentos do conceito de narcisismo articulado no campo da cultura. As transformações sociais que se encarregaram de configurar um novo quadro na dinâmica do eu em conflito com o outro trataram de redimensionar o narcisismo enquanto fenômeno social com interferências significativas na condição subjetiva e nas relações humanas. O surgimento da pós-modernidade se destaca como um movimento de estruturação e funcionamento social a partir da inserção da moda e da tecnociência, promovendo uma pluralidade de referenciais e exigindo do sujeito um novo posicionamento (SANTOS, 2008; BAUMAN, 2012). Dentre as análises dessas transformações, há uma afirmativa de que a pós-modernidade é palco para a cultura do narcisismo (LASCH, 1983), resultante de uma ênfase ao individualismo exacerbado por meio do culto a própria imagem e do apelo excessivo ao consumo.

Há um consenso de que a introdução do conceito do narcisismo no campo da psicanálise corresponde a um marco teórico acerca dos destinos da pulsão e de um novo direcionamento concernente ao eu (GREEN, 1983; LAZZARINI, 2006). Direcionamento este que foi considerado posteriormente por Lasch (1983) para realizar um diagnóstico da sociedade americana a partir do elemento do narcisismo e sua interferência na dinâmica social.

As particularidades da análise da sociedade nos oferece um panorama das transformações sociais e apontam os indicadores dessas mudanças. Tais especificidades da cultura foram tratadas por diversos autores que se responsabilizaram de desenhar um quadro social a partir de sua contextualização. Sob a égide do consumismo que, por convenção, difunde-se em todos os espaços de atuação do sujeito, em seu cotidiano e nos laços sociais, nasce com ele um novo modo de funcionamento.

O momento para essas transformações é abordado de diferentes perspectivas. Dá-se o nome de pós-modernismo às mudanças ocorridas nas ciências e nas artes nas sociedades avançadas que se alastrou pela tecnociência e invadiu o cotidiano com a informação; entregue ao prazer imediato acaba por comprometer a individualidade e se entrega a glorificação do eu como uma das facetas para o narcisismo na cultura (BAUMAN, 2001; SANTOS, 2008). O impacto dessas mudanças é tratado por Bauman (2001) em um novo contexto estruturado na

fluidez. A contemporaneidade, por sua vez, acaba por reacender essa característica em transpor para as relações sociais a instabilidade dos laços e a inconsistência da subjetividade ao se deparar com tantas mudanças.

Sendo assim, alguns posicionamentos do sujeito frente à vida começam a ganhar notoriedade, com particularidades distintas da época de Freud ao escrever sobre o narcisismo. Ainda com foco em outra vertente teórica, estudos sobre as especificidades do narcisismo na cultura vão se intensificar e contribuir com a proposta de uma cultura do narcisismo para sinalizar que o campo da convivência e de atuação do sujeito está permeado por esse fenômeno, desta vez, tratado como um modo de funcionamento.

Novas contribuições teóricas, de vários campos do saber, auxiliam na compreensão do narcisismo imerso na cultura, que tem interferências significativas na dimensão da subjetividade e no trato social, na forma que o sujeito encara o sofrimento e redimensiona a experiência psíquica. Tendo em vista a emergência dessas particularidades para o entendimento de uma cultura do narcisismo, será apresentado como autores de diversas áreas compreendem o narcisismo nessas dimensões.

O historiador Christopher Lasch (1983), ao fazer uma análise da sociedade americana na década de 70, registra a crise cultural que impera na humanidade, considerando a ênfase do sujeito no autocrescimento e nos interesses pessoais, como uma espécie de recuo e repúdio diante das catástrofes que lhe acometem, exigindo-lhe uma nova posição, a da sobrevivência. Essa posição é para o autor decorrente de transformações que se dão na economia e na política e, sobretudo, no cenário social. Viver para o momento e não para a posteridade, tornou-se o imperativo desse período, configurando o que ele denominou narcisismo coletivo (LASCH, 1983, pp.25 e 26).

A desesperança nos tempos futuros e a incerteza de um mundo melhor faz com que o sujeito viva intensamente e se dedique ao seu desempenho particular, emergindo, assim, uma nova dimensão do narcisismo enquanto modo de funcionamento social (LASCH, 1983, p.27). De acordo com Langaro e Benetti (2014), essas mudanças passaram a influenciar tanto no social quanto no psiquismo humano. Desta feita, contribuindo com novas formas de subjetivação e de manifestações de patologia.

Os ideais da época se modificam e com isso também os modelos de atuação do sujeito. As mudanças produzem efeitos para o indivíduo, assim como para suas relações com os outros. Prevalece uma lógica de realização pessoal, comprometendo a relação com os objetos (FUKS, 2010, p. 55). Nesse ponto, Lasch afirma que o sujeito narcisista depende do objeto-

outro para sua admiração e validação da sua autoestima, mas depara-se com relações pessoais instáveis e precárias, instalando-se uma espécie de vazio interior (LASCH, 1983, pp.37-43).

Nessa direção, Brum (2004) apresenta o narcisismo como uma das patologias do contemporâneo a partir de um modelo de personalidade que se caracteriza em meio às mudanças sociais. Para a autora, esse funcionamento que é, sobretudo, psíquico, diz respeito a um modo de adoecimento caracterizado por uma patologia do vazio que se inscreve sob a forma de angústia e constitui o processo de subjetivação na contemporaneidade.

Nesse contexto, Fuks (2010) analisa as mudanças sociais sofridas ao longo dos anos e suas influências para o estabelecimento das relações na atualidade, justificando o predomínio de um esvaziamento de vínculos (FUKS, 2010, p. 56). A atualidade impõe situações que posicionam o sujeito diante de um conflito: na dúvida de quem amar, o eu se retrai libidinalmente. No entanto, para que haja o alívio do sofrimento é preciso voltar a amar para não padecer. Manter-se autossuficiente tornou-se imposição na atualidade. Da mesma maneira que o outro se tornou adversário na busca incessante e competitiva de realização.

O retraimento e o enfraquecimento dos vínculos comprometem as condições necessárias para a solidariedade, a qual é o principal fundamento das relações alteritárias (BIRMAN, 2012a, p. 25). Como será visto no próximo item, Birman endossa a discussão ao compartilhar da assertiva de que na cultura do narcisismo há um predomínio de uma individualidade marcada pelo exibicionismo e pelo autocentrismo, cujas relações alteritárias encontram-se fragmentadas e desinvestidas de trocas humanas (BIRMAN, 2012a, p. 25). Segundo ele:

O que justamente caracteriza a subjetividade na cultura do narcisismo é a impossibilidade de poder admirar o outro em sua diferença radical, já que não consegue se descentrar de si mesma. Referindo sempre a seu próprio umbigo e sem poder enxergar um palmo além do próprio nariz, o sujeito da cultura do narcisismo encara o outro apenas como um objeto para seu usufruto (BIRMAN, 2012a, p. 25).

Em sua análise dos modos de subjetivação e das relações humanas na atualidade, Birman afirma que o eu se encontra em uma posição privilegiada. Destaca, ainda, que os destinos do desejo estão ligados a uma glorificação do eu, negligenciando o outro nesse processo (BIRMAN, 2012a). Birman segue pontuando que a cultura do narcisismo é o palco para a exaltação desmesurada do eu, onde não existe lugar para os deprimidos e ‘panicados’, devido a sua incapacidade de atuação na sociedade do espetáculo, a qual descreveremos mais adiante (BIRMAN, 2012a, p. 204).

Sobre os caminhos de atuação do sujeito, retomamos Lasch com sua afirmação de que os meios de comunicação-mídia servem de instrumento de encantamento e excitação que são capazes de capturar e intensificar os sonhos narcisistas de fama e glória, promovendo uma identificação do sujeito com as estrelas, caracterizando um processo de ilusão. Assim, aponta a identidade uma das questões mais problemáticas da sociedade pós-moderna (LASCH, 1983, pp. 43-47; LASCH, 1986, p.21).

Para lidar com o desamparo frente às intempéries da cultura contemporânea, Lasch (1986) sustenta que deve haver um ‘mínimo eu’ capaz de sobreviver. O autor considera uma mudança da cultura do narcisismo para a cultura do sobrevivencialismo, afirmando que o eu mínimo ou narcisista é, antes de tudo, um eu inseguro de seus próprios limites, que ora deseja reconstruir sua própria imagem, ora almeja fundir-se em seu meio (LASCH, 1986, p. 12). Assim, emerge um narcisismo característico de um novo tempo, que privilegia o eu enquanto reserva psíquica, destoando da proposta inicial de Freud em 1914. Se, para Freud, o narcisismo primário é constituinte do sujeito, em Lasch o narcisismo é uma resposta do sujeito ao perigo, originado de uma transformação social profunda.

Uma das características da pós-modernidade é o incentivo ao consumo. Lasch considera que o consumo em massa se estabelece como padrão, dependência e controle, estimulando, com isso, o narcisismo, fazendo, no entanto, uma ressalva: para ele, o consumismo não torna as pessoas ambiciosas e gananciosas, mas, ao contrário, dependentes (LASCH, 1986, p. 19). Nas palavras do autor: “os arranjos sociais que sustentam um sistema de produção em massa e consumo de massa tendem a desencorajar a iniciativa e a autoconfiança e a incentivar a dependência, a passividade e o estado de espírito do espectador” (LASCH, 1986, p. 19). A análise de Lasch traz, assim, um contraponto à suposição de um sujeito contemporâneo empoderado em seu autocentramento e individualismo.

Lazzarini (2006) reforça que o narcisismo na contemporaneidade é considerado como um neoindividualismo que tem sua base numa cultura em que o valor da imagem ganha relevância, clamando pelo reconhecimento do outro enquanto espectador. Para a autora, a busca exagerada pela imagem promove efeitos patogênicos, sendo o consumismo uma das manifestações do sofrimento e da busca por reconhecimento. Além disso, enfatiza o enfraquecimento dos vínculos, diante da impossibilidade do sujeito de construir laços duradouros, rendendo-se à futilidade e ao vazio (LAZZARINI, 2006, p. 12). Assim como Fuks (2010) vai configurar o narcisismo na contemporaneidade como um narcisismo frio mediante a repercussão que esse elemento pressupõe no distanciamento dos vínculos sociais.

Por sua vez, o sentimento de vazio e de embotamento psíquico é visto por Fuks como um desligamento global da realidade, marcado pelo isolamento, pela solidão, pelo desassossego crônico e pelo tédio. É esse desligamento que, para a autora, reforça o sujeito a um voltar-se sobre o ego como objeto narcísico primário, tornando-se cada vez mais imprevisível e capaz de desfalecimentos inesperados (FUKS, 2010, pp. 39-40).

É importante destacar que a retirada do fenômeno do narcisismo proposto por Freud em 1914 e sua inserção na cultura, não exclui a grande relevância que a origem do conceito produziu no campo teórico acerca do psiquismo. Apenas apresentam formas de leitura e interpretação de diferentes pontos de vista.

Se a psicanálise concebe que a condição subjetiva está atrelada ao processo de aculturação e de sociabilidade, é nesse eixo que o narcisismo na cultura é concebido. Para muitos autores da psicanálise e fora dela, há um impacto promovido pela cultura na constituição subjetiva, principalmente no que concerne às manifestações do sofrimento psíquico. É possível capturar esse entendimento pelas expressões que circulam nessas discussões, tais como: manifestações de mal-estar, enfraquecimento dos vínculos e novas formas de subjetivação na cultura. Busca-se compreender como o atual modo de viver em sociedade conduz o sujeito para novos posicionamentos frente à vida, com consequências subjetivas e no espaço social.

Certamente a condição subjetiva, quando atrelada a cultura, demarca formas de ser, de viver e de adoecer, com particularidades distintas de outras épocas, o processo de estruturação psíquica passa a carregar as marcas do tempo. Dando margem para desdobramentos teóricos e contribuições que até então não tinham sido abordados por Freud em sua época. Assim como, interferências na clínica contemporânea também se fazem necessárias, considerando as mudanças sociais e também as mudanças nas formas de sofrimento.

Há uma passagem considerável do narcisismo como elemento constituinte e indispensável para a vida humana, tido como “normal”, dedicado a si mesmo como uma das etapas fundamentais do desenvolvimento que se expressam em Freud por meio do autoamor ou do investimento libidinal necessário para o processo de integração do psiquismo. Para então considerar as falhas nesse processo que se voltam para a caracterização das patologias do narcisismo ou mesmo de considerar uma cultura do narcisismo.

É considerando essas nuances que Langaro e Benetti (2014) vão descrever o narcisismo a partir de dois polos: o narcisismo patológico e o normal. Para as autoras, a patologização do narcisismo está nos aspectos negativos que estruturam a personalidade referida nos sentimentos de grandiosidade, autossuficiência e na falta de empatia,

denominando de narcisismo mal- adaptável o momento que o eu está inseguro e, portanto, é sustentado de interesses pessoais e de poder. Enquanto que em outro eixo, os investimentos no processo de crescimento pessoal e de maturação, bem como na autoestima alimentam os aspectos positivos do narcisismo. Vale destacar que tais afirmações são feitas considerando o quadro social de mudanças como coadjuvantes na constituição do psiquismo humano.

Como vimos até o presente, na história do narcisismo, desde sua origem com o mito de narciso até o que se desenha atualmente na cultura do narcisismo, o fenômeno tende a ser considerado pela sua vertente negativa, ou seja, como um traço psíquico ou social que aponta o caráter destrutivo e indesejável de sua denominação. Pensando também no seu caráter de preservação do psiquismo como uma vertente positiva do narcisismo, Araújo (2010) chama a atenção para a necessidade do psiquismo em investir-se libidinalmente, já apontado por Freud na tentativa de aumentar a libido do eu quando se é investido pelo objeto, ou seja, quando se é amado. E com isso, enfatizar a importância que tem esse registro para o processo de “cura” das mazelas do eu.

É em defesa do narcisismo que Lasch (1986) pressupõe que sob a égide do sobrevivencialismo em forma de um eu mínimo em meio a uma visão apocalíptica de mundo, abre-se margem para a tensão pessoal e um estilo mais duro que em situações extremas com características mais indesejáveis que vão desde a restrição das perspectivas futuras ao imediatismo com ênfase na individualidade multiforme (LASH, 1986, p. 84). Assim, o retraimento passa a ser considerado como uma estratégia de sobrevivência. Não se deve desconsiderar, portanto, que a experiência subjetiva por meio da identidade pessoal e do autoinvestimento se tornaram problemáticos na sociedade contemporânea. Tendo em vista que outros elementos culturais passaram a intermediar as relações sociais, contribuindo com a desorientação do sujeito.

Lasch compreende como uma fonte adicional desse descontrole, o estímulo ao consumismo como uma marca do exagero que adveio com as transformações culturais e compreende o consumo em massa como parte de um padrão maior de dependência e de perda de controle (LASCH, 1986, p. 19). Contribuindo com novos arranjos sociais se responsabilizam por divisões de trabalho, mas, sobretudo, pelo distanciamento entre as pessoas, uma vez que no processo de descontentamento, os modernos arranjos sociais tornam os indivíduos livres para escolher um modo de vida que os agrada, mesmo que a escolha seja dolorosa (LASCH, 1986, p.27).

O debate teórico indicado acima tem se voltado para analisar as formas sociais de manifestação do narcisismo, ressaltando suas particularidades, principalmente no que

concerne o sujeito em relação com o outro, importante campo de interesse para a psicanálise. Chamando atenção para suas manifestações exacerbadas e instaladoras do mal-estar contemporâneo, destacam-se suas relações com o incentivo ao consumismo enquanto potencializadoras dos sintomas narcísicos na atualidade, com repercussões significativas no estabelecimento das relações sociais constituídas com base na indiferença e no distanciamento entre as pessoas. É atentando para as derivações de mal-estar que se faz necessário um maior destaque para a contribuição que o psicanalista Joel Birman faz acerca do narcisismo, seus destinos e impasses na contemporaneidade.

1.3 Destinos do narcisismo: contribuições do psicanalista Joel Birman

O psicanalista brasileiro Joel Birman é escolhido nessa pesquisa por considerar em toda sua obra as manifestações de sofrimento que imperam na atualidade e conduz sua leitura sob a ótica do narcisismo contemporâneo. Nesse momento será considerado todo seu argumento acerca do que ele compreende na cultura do narcisismo as manifestações de sofrimento. Assim como, este autor já parte de uma leitura articulada com outros construtos teóricos fora da psicanálise que auxiliam no entendimento do narcisismo em toda sua dimensão subjetiva e cultural. Ao repensar os fundamentos da leitura da subjetividade a partir das manifestações de mal-estar contemporâneo, Birman parte da noção de que na construção da individualidade na modernidade impera o narcisismo por meio da oscilação entre o amor de si e o amor ao outro.

A menção de Birman ao mal-estar é em referência ao texto de Freud “O Mal-estar na Civilização” de 1930. Nesse texto, Freud reconhece que a fonte para a infelicidade está inscrita sob três formas: no corpo, no mundo exterior e nas relações com os outros homens. Para lidar com a fonte de sofrimento advinda do meio externo, Freud supõe que o afastamento e o isolamento funcionam como uma espécie de salvaguarda para as relações humanas, supondo o distanciamento entre as pessoas como uma defesa contra o temido mundo externo. A nossa incapacidade de dominar a natureza das coisas nos impede de limitar a possibilidade de sofrimento.

Para Freud (1930/2010) há o reconhecimento dessa impossibilidade, no entanto, aponta que parte do sofrimento pode ser abolida. Se uma terceira fonte de sofrimento estaria na civilização, abrir mão desse empreendimento e voltar-se às condições primitivas estaria no cerne da questão como condição para a felicidade. Que os avanços da humanidade contribuíram para o seu desenvolvimento, isto é sabido. O que não consiste na afirmação de

que a felicidade caminha nesse desenvolvimento. Do ponto de vista subjetivo a busca pela felicidade é justificada, no que concerne às possibilidades do meio, há uma linha tênue de separação e de questionamentos.

É levando em consideração o pressuposto de Freud (1930/2010) de que a condição para a civilização está na regulamentação entre os vínculos dos homens entre si está nela também o fundamento para a instalação de mal-estar, que Birman situa sua leitura acerca das manifestações de sofrimento que compõem a atualidade sob a instabilidade dos laços como uma das principais características. O autor considera como marca dessa configuração a perda da figura do pai como legislador absoluto, com isso, instalando-se o desamparo subjetivo como sintoma nas produções de perturbações de origem psíquica.

A sua tese sobre o mal-estar na atualidade gira em torno da experiência psíquica do desamparo que tem em um de seus destinos a condução da individualidade para o estabelecimento do narcisismo. A perda do legislador absoluto teria na modernidade o seu mais forte registro, tendo implicações no campo de possibilidades entre o gozo² próprio e o gozo do outro, já que não existiria quem estabelecesse mais a fronteira entre esses polos.

Um dos impasses da impossibilidade de democratização do gozo é a instalação das desigualdades (BIRMAN, 2006, p. 70). Com isso, inscrevendo a distribuição injusta do gozo numa ordem que se mantém das hierarquias, disseminando o mal-estar no tecido social. É pensando no gozo próprio que, nesse contexto, o narcisismo é incrementado, utilizando-se para esse fim da extorsão e do gozo do outro. Ao falar sobre a ausência de um Estado que pudesse fazer a partilha e a distribuição justa do gozo, o autor vai mencionar os efeitos dessa desigualdade na tradição brasileira a partir da noção de que no Brasil já é marcado pelas desigualdades. Uma das razões apontadas pelo autor se refere a fragilidade das instituições sociais e o descaso das autoridades políticas em condições de miserabilidade, tendo impactos maiores nas classes populares.

No entanto, Birman sustenta que a má redistribuição do gozo afeta indiscriminadamente todos os segmentos sociais sob o imperativo do gozo a todo custo. Estando as classes sociais reproduzindo o mesmo padrão ético dos crimes de colarinho branco e da corrupção se aproveitando das mesmas armas utilizadas para o gozo coletivo com a finalidade de alcançar as condições mínimas do gozar (BIRMAN, 2006, p. 75). Diante disso, na tentativa de se salvar do mal-estar que essa condição promove, as subjetividades, segundo

² Apropriação do termo laciano de gozo para fazer referência à manifestação do excesso de prazer que transpõe o psiquismo e inclui nessas dimensões as manifestações de dor e sofrimento.

Birman, buscariam de alguma forma uma espécie de proteção para o psiquismo, pois, estaria o sujeito desolado diante desse desamparo.

É nesse contexto que Birman situa no Brasil o mal-estar afirmando que essa manifestação se dá no registro da vergonha. O autor se refere a esse registro com um pesar reconhecendo que no Brasil, diante da certeza da impossibilidade de uma lei simbólica capaz de operar com justiça a distribuição do gozo, restando a subjetividade salvar a própria pele por meio do gozo próprio valendo-se do outro (BIRMAN, 2006, p. 76).

A suposição dada por Freud (1930/2010) de que é no amor ao próximo que se tem a resposta para as exigências ideais da civilização por meio do mandamento “Ama teu próximo como a ti mesmo” é dada a pista. Como é possível amar o desconhecido? Nas palavras de Freud, há a impossibilidade de amar o diferente na medida em que não se pode equipará-lo aos mais próximos dignos de amor, mas aponta para uma dependência posta na relação de quem ama na medida em que é amado, pois na primeira oportunidade de marcar a diferença e impor vantagem assim será feito (FREUD, 1930/2010, p. 75). Essa posição de gozo sobre o outro marca o desamparo subjetivo daquele que é defrontado com a magnitude do dano. Freud então esclarece:

O que de realidade tem por trás disso, que as pessoas gostam de negar, é que o ser humano não é uma criatura branda, ávida de amor, que no máximo pode se defender, quando atacado, mas sim eu ele deve incluir, entre seus dotes instintuais, também um forte quinhão de agressividade. Em consequência disso, para ele o próximo não constitui apenas um possível colaborador e objeto sexual, mas também uma tentação para satisfazer a tendência à agressão, para explorar seu trabalho sem recompensá-lo, para ele se utilizar sexualmente contra sua vontade, para usurpar seu patrimônio, para humilhá-lo, para infligir-lhe dor, para tortura-lo e matá-lo (FREUD, 1930/2010, p. 77).

Neste aspecto compactuam Guimarães e Endo (2011) de que a abertura para a aceitação da alteridade é metapsicologicamente impossível, na medida em que há uma série de obstáculos que se opõem ao reconhecimento do outro. Tudo isso conduz, segundo Birman, para uma falha na alteridade afetando o reconhecimento do outro como valor fundamental do discurso ético. Esse valor fundamental teria dado lugar ao narcisismo através da exaltação desmesurada do eu, impedindo algum tipo de reconhecimento do outro enquanto tal (BIRMAN, 2006, p. 96). Isso porque em nome do progresso social e moral, engendrou-se a perversidade pelas rivalidades narcísicas entre os homens. Seria então a ausência da figura do pai que Birman aponta ser o fator denunciador da condição de desamparo como produção do mal-estar, revelando outra face produzida no campo da civilização. Em função disso, as subjetividades ficariam diante da alternativa de produzir sua própria história (BIRMAN, 2006,

p. 99). Que para Freud (1930/2010, p. 78) a permanente ameaça de desintegração da sociedade está na hostilidade primária entre os homens.

Nessa direção, Birman segue sua tese afirmando que se instala uma modalidade de relação com o outro na qual a alteridade perde o sentido e esvazia-se tendo como uma de suas consequências-limite a construção proposta pelas ciências sociais de uma cultura do narcisismo. Na qual a subjetividade assume uma posição autocentrada desatenta a existência do outro e voltada para o próprio engrandecimento (BIRMAN, 2006, p. 113). Para fazer essas considerações, Birman se utiliza dos pressupostos teóricos de Lasch com “A cultura do Narcisismo” de 1983 e de Debord com “A sociedade do espetáculo” de 1997. Considerando que para a promoção do engrandecimento do eu que vê nas performances a grande possibilidade de promover-se diante o olhar do outro, a mera produção de espetáculos.

Nesses termos, o autor sustenta que a falta da experiência da fraternidade funciona como resposta aos imperativos da cultura do narcisismo e da sociedade do espetáculo. Dito de outra forma, a impossibilidade da fraternidade se caracteriza pela noção de que o sujeito é autossuficiente, sendo essa característica promovida pela cultura do narcisismo e pela sociedade do espetáculo. Uma das saídas para esse imbróglio é pela via do reconhecimento da não-suficiência que o sujeito poderia reconhecer o outro como igual (BIRMAN, 2006, p. 119).

O que Birman quer dizer com isso é que a autossuficiência como princípio pressupõe uma condição de hierarquia, o que significa que há sempre alguém na posição de superioridade em relação aos demais. Essa condição impediria, no entanto, a igualdade, já que a lógica da onipotência se coloca em questão.

Em “Mal- estar na Civilização” (1930/2010) Freud nos adverte que a rivalidade e a agressividade humana não resultam primariamente da ordem econômico-social e da instituição da propriedade privada, mas existem desde os tempos pré-históricos. Freud segue afirmando que a origem da rivalidade e da agressividade do homem repousa em fenômenos primários da constituição psíquica, relacionados à infância e às primeiras relações amorosas.

O nome dado por Freud (1930/2010) ao posicionamento de hostilidade entre os homens que sinaliza o distanciamento entre eles é narcisismo das pequenas diferenças marcadas pela oposição entre uma minoria com vantagens e a maioria com desvantagens que na cultura se encarregam da miserabilidade das relações civilizadas. Ao reunir narcisismo e diferença, a expansão daquilo que inicialmente deveria ser considerado como equivalente, é visto como uma justificativa para o afastamento e a hostilidade entre as pessoas. Pois há um correlato próximo entre os termos ao afirmar, com o poeta popular que “Narciso acha feio o

que não é espelho” (DIONÍSIO, 2016, p.192). No entanto, há de supor que para viver em sociedade na condição mínima da sobrevivência há de se valer do outro como aliado.

Nesse sentido, Birman afirma o quanto a autossuficiência é uma pretensão ilusória, pois não se sustenta como tal e supõe um sujeito autocentrado que se alimenta do outro na posição de coisa (BIRMAN, 2006, p. 119). Essa forma imediata de satisfação configura o que o autor denomina de pretensão vazia, tendo em vista que é na fraternidade que se ancora as possibilidades de igualdade dos sujeitos no laço social fundada pela precariedade. Um dos desdobramentos possíveis da fraternidade é a condição da solidariedade como registro tangível das relações humanas (BIRMAN, 2006, p.120).

A ênfase dada pelo autor a autoexaltação como marca da individualidade no mundo espetacular implica na crescente dissipação da solidariedade enquanto valor ético que se encontra em baixa definindo as condições de mal-estar na atualidade (BIRMAN, 2012 a, p.25). Para Birman (2012a), a solidariedade seria o correlato das relações inter-humanas pautadas no reconhecimento da alteridade. Esse empreendimento denunciaria e caracterizaria a subjetividade em seu direcionamento narcísico pela impossibilidade de admirar o outro em sua diferença. Deixando claro o quanto esse direcionamento acomete as relações inter-humanas que pela ausência de projetos sociais compartilhados resta ao sujeito o usufruto do outro e o gozo à todo custo (BIRMAN, 2012a, p. 26).

Birman é enfático em seu argumento de que a atualidade é marcada pelo narcisismo e para isso se vale da leitura da modernidade e da pós-modernidade para apoiar sua tese. Afirmando que na passagem de um tempo para o outro algo da ordem do sujeito e do desejo se transforma consideravelmente, já que o sujeito deixa de acreditar na transformação do mundo e de si mesmo e passa a se reinventar e reconfigurar a ordem social (BIRMAN, 2012a, p. 89). A antinomia entre modernidade e pós-modernidade é utilizada pelo autor para sinalizar as diferenças nos modos de subjetivação que desta feita se funda na exaltação da individualidade. Em condições atuais o autocentramento do sujeito é comparado a outros momentos históricos que até então eram impensáveis.

Nessas condições, o autocentramento e o desaparecimento da alteridade como valor foi considerado por Lasch para configurar a cultura do narcisismo e é apropriado por Birman ao fazer sua leitura das subjetividades contemporâneas. O autocentramento para Birman se apresenta sob a forma de estetização da existência, vigorando a exaltação gloriosa do eu (BIRMAN, 2012 a, p. 179). A cultura do narcisismo dá margem para uma cultura da estetização do eu que vale pelo que parece ser diante das imagens produzidas para o engrandecimento na cena social. Um dos desdobramentos desse empreendimento põe a

exibição como lema da existência humana. É vivendo para a exibição que se possibilita a exaltação do eu. É este o palco que para Birman se confunde a todo momento o ser com o parecer (BIRMAN, 2012 a, p. 181). Ser e parecer são condições apontadas pelo autor que se identificam no discurso narcísico do espetáculo por meio do ganho da exterioridade, mas de uma perda da interioridade (BIRMAN, 2012 a, p. 201). Com isso, as individualidades se transformam em objetos descartáveis sendo comparadas com objetos de consumo, considerando que a alteridade e a intersubjetividade são modalidades de existência que tendem ao esvaziamento.

As falhas nas relações sociais pautadas na alteridade remetem a uma leitura freudiana do narcisismo que oscila entre o amor de si e o amor do outro a partir da noção de que “Quanto mais se emprega uma, mais se empobrece a outra” (FREUD, 1914/2010, p. 17) que Birman vai revelar ser a oscilação entre o descentramento e o centramento, entre o fluxo pulsional e o eu na dimensão do inconsciente desejante e do consciente. Revelando com isso, a oscilação insistente da subjetividade entre os pólos da precariedade e da autossuficiência que para o autor se mostra como condição para o estabelecimento do laço social (BIRMAN, 2006, pp. 127-129).

Para Birman, predomina no sujeito do inconsciente a oscilação entre o amor de si e o amor do outro que se remetem a alternância entre dois polos, o narcísico e o alteritário. Tendo nessas condições a estruturação psíquica, no entanto, para a instalação do desejo, que requer que o outro se apresente atraente o bastante e desperte a capacidade desejante do sujeito, só será possível se o sujeito pender para o polo alteritário (BIRMAN, 2012 a, p. 315). Se isso não for possível, para o autor as condições pautadas no desejo também são impossibilitadas restando ao sujeito o usufruto do outro para afirmar de maneira predatória o seu autocentramento, impedindo, também a experiência da diferença (BIRMAN, 2012 a, P. 316).

Atento às manifestações de sofrimento psíquico e as formas de subjetivação produtoras de mal-estar na atualidade. Birman vai referir que os registros do mal-estar hoje se materializam no corpo, na ação e nas intensidades (BIRMAN, 2006; BIRMAN, 2012b). Inicialmente, as queixas corporais nos seus mais diversos registros sinalizam a preocupação do sujeito diante das exigências da sociedade do espetáculo que hoje se transformou em modalidade de mal-estar. Em seguida, o autor aponta o registro da ação como um imperativo social que se apresenta como as marcas do excesso.

Algumas modalidades desse registro se dão na disseminação da violência sem causa aparente e gratuita e na prevalência da compulsão como impulso que inevitavelmente impõe e ultrapassa o psiquismo como um imperativo, como é o caso das toxicomanias. Por fim,

Birman registra as intensidades que se expressam no sentimento como última inscrição do mal-estar contemporâneo. Para o autor o que articula os registros em pauta são os excessos que transbordam o psiquismo e se colocam no corpo e na ação. Mas é no sentimento que os excessos agiriam como regulador das afetações. Uma forma de sinalizar essa dimensão está na posição de impotência do sujeito que por ventura já vínhamos circunscrevendo. Defrontado com algo que é muito maior do que o sujeito, Birman afirma que uma das consequências-limite deste processo é a paralisia psíquica, dimensionando, assim, a experiência traumática (BIRMAN, 2012b).

Nesse registro entra em cena o terror de se perder e para tanto se apodera do eu. O que poderia caracterizar o sujeito centrado em seu narcisismo, revelaria em Birman, a despossessão de si como uma problemática crucial no mal-estar contemporâneo que na depressão se apresenta como uma das suas modalidades. No entanto, o que vigora nesse tipo de construção psíquica é a instalação do vazio que possibilita a perda do envolvimento do sujeito com as coisas e as pessoas.

Até o presente momento, as afirmações de Birman nos permite considerar que as falhas das relações sociais pautadas nas condições da alteridade são produtoras de mal-estar e comprometem a relação eu- outro tão importante para a construção do psiquismo, como já sinalizara Freud. E que as marcas da cultura do narcisismo permitem questionar os vínculos sociais que se estabelecem atualmente quando se compreende que o eu ocupa lugar de privilégio.

Partindo da assertiva de Birman que a cultura do narcisismo favorece a instalação de vínculos sociais inconsistentes e impede a solidariedade³ como correlato das experiências alteritárias e que a má partilha do gozo pressupõe a condição hierárquica das relações intersubjetivas. Uma questão que se coloca vai na direção de pensar quais os efeitos da cultura do narcisismo e suas implicações subjetivas em se tratando de relações de desigualdade social, que por si só já são hierárquicas?

Parte-se do pressuposto de que o psicanalista Joel Birman é um autor contemporâneo que está preocupado com a inscrição do sujeito nas condições de mal-estar e, portanto, atento aos enlaces do sujeito nas manifestações de sofrimento psíquico. Para tanto, ele é o autor eleito para conduzir nossa leitura. Em se tratando de desigualdade social e vigilante ao que as

³ É importante destacar, entretanto, a presença de manifestações de solidariedade humana nos espaços público e privado. Por exemplo, em situações de tragédia e catástrofes, são visíveis a mobilização e engajamento de pessoas e grupos em campanhas de salvamento e doação de donativos. Isto demonstra a manutenção do laço social e das possibilidades de estabelecimento da solidariedade como um correlato possível entre os homens.

relações de classe podem promover no campo do sofrimento, elege-se a humilhação social como um dos efeitos subjetivos decorrentes das falhas nas condições alteritárias e como uma das marcas do narcisismo contemporâneo.

Para o auxílio nesse empreendimento, parte-se do entendimento de humilhação social promovido pelo psicólogo social José Moura Gonçalves Filho, que vê na humilhação social uma modalidade de angústia promovida pelo impacto traumático das desigualdades sociais. Tendo em vista que a humilhação social se dá no campo relacional, pois se pressupõe que para que ocorra a humilhação deve-se valer de alguém que a pratique e que sofra a ação, nas condições de desigualdade social, a hierarquia estabelecida entre as classes sociais sinaliza essa problemática em questão.

A aproximação entre a Psicanálise e a Psicologia Social, nesse contexto, é possível pelo simples fato de contar com um objeto que é comum para o exame dos processos psíquicos, a leitura da subjetividade, que tanto uma como a outra se caracteriza pela aproximação do sujeito imerso em suas relações e experiências com o outro. No entanto, a psicanálise passa a ser o instrumento para esse empreendimento para indagar as relações do sujeito na contemporaneidade, circunscritas no processo de produção de mal-estar e inscritas no campo da subjetividade.

O próximo capítulo se encarregará de apresentar o cenário da desigualdade social sob os ditames do consumismo que tanto se responsabiliza de marcar as diferenças sociais na chamada sociedade de classes. A busca pela realização pessoal e pelo pertencimento de classe sinaliza o direcionamento da sociedade para as ressonâncias do narcisismo contemporâneo que deixa impactos na construção do laço social e no campo da subjetivação decorrente desse trato.

CAPÍTULO 2: O NARCISISMO EM TEMPOS DE DESIGUALDADE SOCIAL

Conforme apresentado no capítulo anterior, o narcisismo contemporâneo gira principalmente em torno do eixo do amor próprio *versus* indiferença, visibilizado na inconsistência dos vínculos sociais. A dicotomia presente entre o amar e o odiar fundamenta a experiência relacional a partir da escolha objetual de satisfação. Com base nesse pressuposto, na luta pela sobrevivência e proteção, o campo relacional parece se esvaziar. Nesse sentido, Campos (2001) faz uma menção a Rousseau a partir da sua consideração acerca do estado da natureza das coisas, ao afirmar que o homem vivencia potencialmente duas paixões: o amor

de si e a *pitié*. O amor de si se traduz nos aspectos da autoconservação do ser, enquanto que a *pitié* é caracterizada pela compaixão ao sofrimento do outro, transpondo para o campo relacional o sentimento de generosidade, gratidão e amor. No entanto, é ao longo do processo de civilização que há o enfraquecimento da *pitié* e a prevalência do amor de si como uma figuração possível para o surgimento do narcisismo em tempos modernos.

É possível supor que o equilíbrio entre o amor de si e amar o outro fundamenta a consistência da experiência relacional em torno do bem-estar em condições de alteridade. Também, há de notar que em busca do progresso social essa consistência perde o sentido pela rivalidade humana. Em função dessa inclinação para a rivalidade, os laços sociais ficam circunscritos à imagem de si mesmo (AQUINO E ASSIS, 2016), tendo como uma das consequências-limite, o desprezo e a apatia pelo coletivo (OLIVEIRA E ARAGÃO, 2014).

Levando em consideração que na desigualdade social, como pressupõe Nascimento, Sarubbi e Souza (2009), vigora a hierarquização das diferenças e a produção de diferentes subjetividades, diferenças no campo relacional também são colocadas em questão. Assim como entende-se que a desigualdade produz impactos na subjetividade a partir da noção de que a dor dos excluídos se manifesta no sentimento de isolamento que Sawaia (2002) vai denominar de sofrimento ético-político. A desigualdade produz uma lógica social marcadamente fragilizada e destituída de alteridade e reconhecimento do outro, com consequências subjetivas nefastas, tal como o sofrimento emocional.

Considerar a dimensão subjetiva da desigualdade social é levar em conta o sofrimento pautado nas fileiras da hierarquia que se atualiza na medida em que novos elementos sociais entram em cena. Um dos principais elementos responsáveis pelo distanciamento social com base na desigualdade é o poder de compra. A sociedade de consumo atualiza a diferenciação social a partir de uma demanda de pertencimento de classe social, instituindo o desequilíbrio e acusando as suas disparidades (BAUDRILLARD, 1929/2007, p. 63).

Numa expectativa de mundo ideal, o estabelecimento da igualdade dissipará as diferenças sociais e com isso se instalará a justiça entre os povos e a felicidade reinará como ordem. Tendo em vista que a felicidade está vinculada às necessidades individuais e, que, numa sociedade que tem como fundamento absoluto o princípio de satisfação, estabelecer o equilíbrio social deixou de pertencer a pauta do dia. Como bem afirma Baudrillard (1929/2007, p. 49), a felicidade constitui a referência absoluta da sociedade de consumo, como equivalente autêntico da salvação. Assinalando que o consumo se funda numa exigência para o estabelecimento da felicidade e da igualdade, no entanto, é na desigualdade social que ele se mantém.

O que há de particular nas relações interpessoais pautadas na desigualdade social é o que será destacado ao longo deste capítulo. Sobretudo no tocante a condição subjetiva atrelada a este fenômeno que se atualiza enquanto manifestação de sofrimento. Para tanto, considerar a dimensão subjetiva da desigualdade social é fundamental, atentando para o mal-estar e o sofrimento que se dá a nível intersubjetivo.

Tendo em vista seu caráter interdisciplinar, uma discussão completa do tema da desigualdade social ultrapassaria os limites do presente trabalho. Busca-se aqui apresentar uma leitura desse fenômeno no campo relacional e do sofrimento, não se aprofundando a análise das condições políticas, econômicas, sociológicas e filosóficas que se atrelam a temática. O interesse é, pois, contribuir com um recorte de leitura que busca articular a discussão das condições de desigualdade social enquanto impeditivas de relações de alteridade com a análise sobre os efeitos do narcisismo na cultura.

2.1 A dimensão subjetiva da desigualdade social

A ampliação do olhar sobre a dinâmica da desigualdade social expande também a forma de compreender a configuração atual da sociedade e, sobretudo, seus atores sociais. Pensar na condição subjetiva da desigualdade é atribuir visibilidade a um sofrimento que é dela decorrente trazendo para o campo da afetividade um movimento que se dá no cerne do laço social com impactos na organização individual e intersubjetiva.

Há de reconhecer a complexidade que envolve tais discussões, mas é preciso notar as possibilidades de contribuição que a Psicologia, de modo geral, pode ofertar a esse campo. No entanto, o que se vê, são pouquíssimas inserções na problemática da desigualdade social, o que só denota uma incoerência entre um fenômeno social central no Brasil e a pouca contribuição da Psicologia para a sua compreensão. Sem a pretensão de adentrar nesse debate, mas de apontar uma possibilidade de reflexão, são gastas as tentativas de reduzir as discrepâncias sociais, mas são raras as possibilidades de tratar de um sofrimento que é, sobretudo social. Nesse sentido, Bock (2016) traz à tona o tema da desigualdade social como uma grande questão brasileira, mas critica a inserção da Psicologia nesse debate, ao desvalorizar de certo modo a desigualdade social como um aspecto determinante da constituição subjetiva, refletindo sobre uma falta de prioridade que deve ser enfrentada e superada também na Psicologia.

Considerar o campo da subjetividade é destacar as experiências do sujeito que se constroem em articulação com o meio social, para além de algo estruturado numa dimensão interna e isolada do psiquismo, mas que se estrutura também na intersubjetividade. Para Di Matteo (2007, p.194) o verbo subjetivar-se, ou seja, fazer-se sujeito, permite melhor incorporar a noção de sujeito aquela de processo e de possibilidade de singularização. Com isso, os discursos na contemporaneidade ganharam maior notoriedade em torno da estrutura do sujeito enquanto singular no processo de construção. Muito embora Freud não se utilize dessa terminologia, o intuito deste trabalho é considerar o campo intersubjetivo e relacional dos fenômenos sociais em questão. No que concerne a desigualdade social, algumas particularidades decorrentes da hierarquia social se encarregam de contribuir com o processo de subjetivação que se dá no campo relacional.

Para Rousseau (1999) o preço pago pela civilização que se dirige para a desigualdade como fato deu lugar a frieza, as suspeitas, as reservas e o ódio. O que o autor denominou de estado natural o momento atribuído a condição de homem nascente tornava a convivência mais harmoniosa. À medida que aumentou o gênero humano, as diferenças foram acrescentadas e foram incluídas nas formas de viver. Para Rousseau, os progressos alcançados habilitaram ao homem a alcançar mais progressos com mais rapidez (ROUSSEAU, 1999, p. 207). Aumentando, com isso, a rivalidade entre os homens. Neste aspecto, ressalta o autor:

A partir do instante em que o homem necessitou do auxílio do outro, desde que percebeu que era útil a um só ter provisões para dois, desapareceu a igualdade, introduziu-se a propriedade, o trabalho tornou-se necessário e as vastas florestas se transformaram em campos risonhos que cumpria regar com o suor dos homens e nos quais logo se viu a escravidão e a miséria germinarem e medrarem com as searas (ROUSSEAU, 1999, p. 203).

Tem-se como resultado desse conflito entre os homens, a desigualdade como condição. Com efeito, o argumento de que a rivalidade entre os homens aumentou quando os avanços sociais foram alcançados, aumentou a competitividade e interferindo na dinâmica relacional que vem se tornando demanda de mal-estar atualmente. As formas de viver, nesse contexto, demonstram essa rivalidade nas condições essenciais da vida humana, a sobrevivência. Exigindo das subjetividades um novo esforço psíquico. As rivalidades entre os homens garantiram ainda, a ocupação de determinadas posições sociais que privilegiassem uns em detrimento de outros. Asseguraram ainda, uma lógica de funcionamento social que se encarregassem de afastar as pessoas a partir das diferenças que eram inicialmente sociais, estendendo-se para os vínculos construídos socialmente.

Em título de nota o abismo entre a riqueza e a pobreza de um país é demonstrado pela concentração de renda. A desigualdade social, por sua vez, é definida a partir da diferença na hierarquização da riqueza produzida na coletividade de um país, atenta para as consequências sociais inscritas nas dificuldades de acesso, na má distribuição de renda e nos serviços (NASCIMENTO, SARUBBI E SOUZA, 2009). Estudos do campo da sociologia em contribuição a uma análise da sociedade baseada na economia, têm se dedicado a caracterizar a distribuição de renda do Brasil e seus impactos (MEDEIROS, 2005; SAWAIA, 2006). Medeiros (2005, p. 30) está atento aos efeitos da desigualdade social na distribuição de renda do país, mas considera que existem outras dimensões da desigualdade social tão ou mais importantes que não devem ser subestimadas. É seguindo essas pistas que se está valorizando os impactos subjetivos do fenômeno social da desigualdade, importantes para os estudos da Psicologia e da Psicanálise ao considerar as afetações sociais na dinâmica psíquica para compreender os fenômenos sociais contemporâneos.

Importante contribuição da Psicologia ao tema são os estudos de Sawaia (2002) sobre a desigualdade social, a partir dos quais foi possível considerar a dimensão psicossocial do fenômeno. É nesse intuito que as suas principais contribuições serão consideradas neste trabalho. A autora aponta ser na exclusão social que se dá o registro das injustiças sociais sendo vista como um descompromisso político e com o outro (SAWAIA, 2002, p. 8). Promovendo, com isso, a emergência de subjetividades que refletem no trato social as dissonâncias do sofrimento. É por isso que Sawaia (2002, p. 9) reafirma que essas subjetividades não podem ser compreendidas apenas pelas determinações econômicas, pois determinam e são determinadas por manifestações que se dão no cotidiano, na sociabilidade, na afetividade, na consciência e na inconsciência.

Nessa perspectiva, a autora ressalta que “a exclusão é processo que envolve o homem por inteiro e suas relações com os outros” (SAWAIA, 2002, p.9). Essa definição chama atenção para um fenômeno que se dá no campo relacional e que tem nele seu começo e fim. Ou seja, o funcionamento social passa a interferir no laço social a partir da sua legitimação como efeito da desigualdade, mas que se responsabiliza pelas aproximações e afastamentos entre as pessoas.

Nesse caso, é possível relacionar que as aproximações estão articuladas com as vantagens fundamentais de um determinado grupo social com objetivos em comum: o poder, o prestígio, o status e a riqueza. Enquanto que os mesmos elementos por si só são capazes de marcar as diferenças no campo da desigualdade. Como afirma Baudrillard (1929/2007, p.57) “o dinheiro se transmuta sempre em privilégio hierárquico, em privilégio de poder e de

cultura”. Sim, ao constatar isso, Baudrillard compreende o sentido da desigualdade social em se manter do desequilíbrio e aponta que nesse plano, o crescimento econômico produz, reproduz e restitui a desigualdade social (BAUDRILLARD, 1929/2007, p. 53). Essa afirmação de Baudrillard é uma severa crítica ao crescimento econômico produzido no sistema capitalista, demonstrando os efeitos marcadores da desigualdade social a partir da má distribuição de renda. A riqueza produzida e má distribuída no sistema capitalista se dá pela via da injustiça e da exploração, impossibilitando a igualdade e promovendo a desigualdade social de fato.

Em outras palavras, o crescimento econômico autoriza o afastamento entre as pessoas, instituído pela desigualdade e, sobretudo, pela incompatibilidade social e pela indiferença a partir da injustiça social presente no sistema capitalista. Se o sistema vive do desequilíbrio, como afirma Baudrillard, a exclusão social representa o prejuízo no campo relacional que é sacrificado em busca do progresso social.

Face a uma época marcada pela abundância material e pelo crescimento econômico, Baudrillard faz uma afirmação inquietante: o crescimento econômico é a causa das desigualdades. Embora essa afirmação traga consigo uma crítica severa ao capitalismo e seu funcionamento, destacamos aqui as implicações que trazem para o campo da subjetividade, quando se estabelece que o consumo institui as classes sociais, acentuando suas disparidades (BAUDRILLARD, 1929/2007, p. 63).

Para Baudrillard (1929/2007, p. 55) toda a sociedade origina a diferenciação e a discriminação social. Para o autor esse modo de organização se estrutura na distribuição das riquezas. Muito embora haja uma luta social em torno da redução das discrepâncias sociais, esse fator não exclui o desequilíbrio. Para Baudrillard acentua o desnivelamento racionalizando-o e generalizando-o em todos os segmentos da sociedade (BAUDRILLARD, 1929/2007, p. 55). O desnivelamento social acaba se expandindo para o trato das relações sociais visibilizadas também em nível de hierarquização. Dito de outro modo, tal hierarquia funda uma ordem de prioridade que se estabelece para além da desigualdade puramente econômica e se inscreve de modo relacional.

Mas é precisamente isso que deve ser enfatizado, a fim de se compreender o que se situa nos espaços dessas relações hierarquizadas que apontam para uma destituição do reconhecimento intersubjetivo. É verdade que, nesse caso, o processo de subjetivação decorrente das fileiras da riqueza e da pobreza aponta para dinâmicas diferentes para o psiquismo. Por consequência, dependem unicamente de uma estruturação que se funda na aproximação entre as duas camadas. Ou seja, não existe riqueza sem a pobreza, do mesmo

modo ocorre o contrário. Há uma relação entre as partes que se encarregam de apresentar as divergências nos modos de subjetivação.

“Cada um por si!” Esse é o lema. “Dane-se o resto!”, o imperativo contemporâneo. A compaixão, a solidariedade e a fraternidade não permeiam a ordem das relações cotidianas, apenas da boa convivência superficial. Viver para o presente e para o próprio crescimento individual se relaciona com o sentido de felicidade. O preço pago em troca dessa escolha enfraquece o campo da afetividade e constitui a competitividade e a rivalidade entre as pessoas.

Aqui se tem outra contribuição de Sawaia (2009), ao afirmar que por trás da desigualdade social há medo, humilhação e sofrimento. Destaca, pois, a emoção que se expressa em forma de sentimento, tão importante quanto considerar as dimensões objetivas do fenômeno. São as expressões de sofrimento que constituem a esfera do psiquismo tão valorizada pela Psicologia, em conjunto com as manifestações sociais que corroboram para o surgimento de determinados fenômenos.

Maciel (2008) considera que é na pobreza que a desigualdade se manifesta em sua essência, expressando-se de forma objetiva e subjetiva. As manifestações dão conta de contribuir com uma cultura de indiferença com a pobreza, representada por um grupo social, expressando negação da singularidade do outro e do seu reconhecimento. A cultura da indiferença é para Maciel (2008) estruturada e estruturante; estruturada porque tem suas manifestações consolidadas por meio de expressões cotidianas de banalização e de negação e descaso com o sofrimento do outro e estruturante porque afirma e reafirma em diferentes espaços sociais as práticas sociais tidas como normais e naturalizadas (MACIEL, 2008, p. 1).

Constatar essa cultura da indiferença é reafirmar a indiferença como manifestação de uma relação fragilizada pela desigualdade social. Na luta e na busca por melhores condições de vida, a busca pela cidadania passa a ser parte constitutiva da relação existente entre a pobreza e as formas encontradas pelos indivíduos para seu enfrentamento (MACIEL, 2008, p. 2). Esse movimento de enfrentamento da pobreza é atravessado por fatores políticos e econômicos, mas principalmente pelo campo do sentimento subjetivo que é ferido naqueles que ocupam as posições inferiores da hierarquização social.

É por isso que Maciel (2008) afirma que é nesse enfrentamento pela busca da cidadania, que existe a possibilidade de se deparar com a não cidadania, o que contribui para a formação de um determinado tipo de sujeito sem direitos e sem reconhecimento que fica à disposição da boa vontade dos outros. Para o autor, a não cidadania promove a exclusão social, por meio de manifestações cotidianas no campo social que são construídas para

colocar esses indivíduos à margem. Isso acontece, inclusive, em decorrência de discursos e ações que teriam a finalidade de diminuir a exclusão, como os programas sociais. Esclarece o autor:

A identidade do indivíduo pobre, do destituído, vai escapando de suas mãos, e este deixa de ser um rosto, uma singularidade, passa a ter um estereótipo definido pelas tipologias definidas nos programas sociais de atendimento ao indivíduo em situação de vulnerabilidade. Nesse aspecto, o indivíduo é recortado em toda a sua extensão e passa a ser o carente, o infrator, o abandonado ou em situação de risco, o imigrante, o idoso, o homem de rua, etc. (MACIEL, 2008, p. 3).

Esse recorte vai expressar a não cidadania, a perda do seu reconhecimento, a marginalização deferida nos espaços sociais que atualizam a desigualdade e as distâncias sociais. O modo como a sociedade naturaliza essa posição de marginalização contribui na aceitação da não cidadania. No entanto, há de se notar que as inquietações consequentes a essa situação partem de diversas frentes e culminam no seio da individualidade dos indivíduos marginalizados, sendo expressas no sentimento de não pertencimento, de impedimento e do não reconhecimento.

A proposição feita por Maciel (2008) de que há algo de estruturado e estruturante na cultura da indiferença, contribui para compreender seus impactos nos modos de construção de laço social nos cenários de desigualdade, assim como suas afetações na condição subjetiva. Interessa-nos, neste ponto, apresentarmos algumas considerações para contribuir com a reflexão acerca de um modo de funcionamento subjetivo que se qualifica no campo da inferioridade no seio da convivência. Isso por que, segundo Baudrillard (1929/2007), a pobreza e seus danos são irreduzíveis e existem em toda a parte na estrutura socioeconômica. E requer, portanto, a compreensão de algo que vai além do estabelecimento da igualdade de condições materiais, mas remete a algo que está na ordem psíquica.

A pobreza caracteriza, segundo Paugan (2002, p.67), uma parcela da sociedade desvalorizada e estigmatizada, obrigada a viver em condição de isolamento, mantendo relações distantes com os demais. Para o autor, o isolamento aumenta com a instalação da humilhação que impede de aprofundar os sentimentos de pertencimento de uma classe social. Constata-se que a desigualdade social se mantém dos distanciamentos que atravessam as condições socioeconômicas e se configuram na forma de segregação.

As novas segregações são abordadas por Baudrillard (1929/2007) a partir de uma lógica social que se estrutura tanto na abundância quanto no prejuízo. Os espaços urbanos se encarregam de marcar tais segregações. Com isso, determinados bens que estão disponíveis

aparentemente para todos só se tornarão acessíveis para os privilegiados. Assim, tornando o consumo como um dos principais elementos responsáveis pela hierarquização social e de segregação. O consumo é instituição de classe, como pressupõe Baudrillard (1929/2007, p. 64), sendo um dos elementos capazes de acusar as disparidades com sua discriminação de maior poder. Este elemento de segregação será trabalhado detalhadamente ainda neste capítulo.

Para Sawaia (2002) o sujeito excluído não sofre por um sofrimento que tem gênese nele próprio, mas nas intersubjetividades delineadas no meio social. Essa assertiva exclui do sujeito a responsabilidade da sua condição social e da superação dos conflitos decorrentes dela. Nesse eixo, as subjetividades ficariam restritas a uma economia psíquica que paralisa e impede de saídas ainda no campo intersubjetivo.

Essa paralisação é decorrente da desigualdade social, tida como um dos seus importantes efeitos subjetivos. Gonçalves Filho (1998) entende a paralisação como uma forma de impedimento que se dá no cenário excludente das desigualdades. O que se inicia como uma restrição ou impossibilidade de compartilhar dos direitos em comum é estendida sob a forma de impedimento que se vivifica nos espaços de convivência e no trato social.

Esse autor propõe que o impedimento perpassa as condições de trabalho, de convivência e de cidadania, expressando a restrição e a limitação da existência e da singularidade. Para Gonçalves Filho (1998) um dos mais fortes efeitos subjetivos da desigualdade social está no advento da humilhação social. Este efeito representa claramente a dimensão da subjetividade em conflito, portadora de um sofrimento que é social e corrosivo, constituído no campo da intersubjetividade. O tema da humilhação social será aprofundado mais adiante.

A injustiça social é tida por Caniato e Nascimento (2010) como produto de uma sociedade em abundância, pelo fato de que dessa sociedade emerge a condição de miserabilidade social e de privilégios influenciados pela má distribuição de renda. A marca dessa configuração está no poder do consumo como lugar social que estabelece o modo de relação com o outro que assinala as diferenças e estimula o poder, a vantagem e o engrandecimento. O próximo item se encarregará de abordar esse tipo de relação a partir das condições de desigualdade social que implica no afastamento entre as pessoas.

2.2 Narcisismo e consumismo em condições de desigualdade social

Para compreender como o consumismo marca o lugar social e direciona o sujeito para as fileiras da desigualdade social, é preciso considerá-lo como uma das facetas do narcisismo contemporâneo. Ao tempo em que estimula o narcisismo individual, o consumismo colabora com o sintoma social no campo da coletividade. Como visto anteriormente, a justiça social não acontece numa sociedade em abundância, cujo mecanismo encontra na mercadoria e no excesso, o verdadeiro valor social.

Um estudo anterior acerca das relações entre narcisismo e consumismo na atualidade, gerou uma reflexão acerca dos efeitos subjetivos da lógica do consumo prevalente numa cultura caracterizada pela ênfase no individualismo e autocentramento (SANTOS, 2014). Através do incentivo ao consumo, a cultura se caracteriza pela existência de dispositivos que prometem ao sujeito uma satisfação imediata, garantida pelo show de estímulos disponíveis. Tal reflexão ressaltou as consequências deste cenário para as formas de subjetivação emergentes na atualidade e suas consequências individuais e sociais.

O estudo apontou o quanto o processo de modernização é ilusório, questionando o chamado progresso cultural e a busca pela autonomia. Destacou-se que a sociedade de consumo serve como dispositivo para a oferta de recursos que prometem ao sujeito o alívio como alternativa para a autossuficiência, fomentando o enfraquecimento dos vínculos sociais visibilizados pela indiferença. Para além disso, enfatizou-se o quanto o consumo exacerbado aprisiona o sujeito nas condições do espetáculo marcadas pelos excessos, que muito tem a oferecer, mas que nada tem a dizer para um sujeito que tem no eu sua fragilidade e desamparo, buscando na sociedade do espetáculo uma forma de reduzir a todo custo o sentimento de vazio interior. Verificou-se que o consumismo contemporâneo é estimulado pela lógica narcisista, ao tempo em que sustenta e realimenta os desejos narcísicos individuais (SANTOS, 2014).

Diante de tais considerações, é possível supor que o consumismo evidencia as diferenças sociais, pois destaca, com isso, a distinção social como equivalente ao status que se adquire a partir do poder de compra. Além disso, marca o afastamento social visibilizado pela indiferença como reflexo de uma fragilização dos vínculos sociais. Como pressupõe Freitas (2003) a sociedade contemporânea estabelece uma postura estética fundada no gozo narcisista que vê nos objetos de consumo os signos de integração do próprio ego. A partir dessa suposição, compreende-se o quanto o ato de consumir ultrapassa os fundamentos da busca

pela sobrevivência, solidificando, enrijecendo e incapacitando o sujeito das possibilidades de ser consigo e com o outro.

Fortes (2009) configura o lugar do sofrimento psíquico na contemporaneidade afirmando que as novas formas de subjetivação se encarregam de tratar a felicidade como realização no consumo. Assim, considera que o hedonismo e o individualismo estão no cerne dessa lógica, tendo em vista que a obtenção de prazer imediato tem no consumo essa possibilidade. A autora considera o esvaziamento do campo político como resultado de uma transformação que se dá nas relações entre público e privado, culminando em formas privativas de vida, onde prevalecem os interesses e as experiências pessoais em detrimento do campo intersubjetivo e social.

O eixo hedonista-individualista é, para Fortes (2009), a resposta a uma exigência de felicidade a todo custo que tem nos apelos do consumismo essa solicitação. A ilusão posta entre consumir e ser feliz sinaliza o caráter hedonista ao sujeito contemporâneo. A mera redução do sujeito ao objeto de consumo e, portanto, de gozo, servindo como instrumento egóico do sujeito reduz a figura do outro e as possibilidades da alteridade (FORTES, 2009, p. 1127). Essa constatação sugere que o gozo solitário se dispõe sobre o esvaziamento alteritário a partir de um círculo consumista que assola o homem contemporâneo. A aposta da autora é de que o consumismo vai além da busca prazerosa de alimentar-se narcisicamente, sendo uma forma paliativa de enfrentar as inseguranças da vida, apontando para outra faceta do narcisismo contemporâneo, a fragilidade do eu.

O fantástico mundo das mercadorias é, para Lasch, responsável pela falseabilidade das percepções das pessoas tanto em relação a elas mesmas como ao mundo que as rodeia. Impulsiona o sujeito a uma noção de que a autoimagem projetada é mais valiosa que qualquer habilidade ou experiência, sendo ele avaliado por suas posses, roupas e personalidade, restringindo-se às condições de performance (LASCH, 1986, p.21). Tal descrição sugere a emergência de personalidades pautadas no consumo e na superficialidade, que se constitui como a base para as relações pessoais estabelecidas atualmente. Sobre isso, Lasch tem a dizer que a configuração da individualidade e da identidade na sociedade do espetáculo são questões problemáticas, tendo em vista que o consumismo altera as percepções não somente do eu, mas do mundo ao redor, criando espelhos cada vez mais indistinguíveis da realidade, transformando os objetos numa extensão ou projeção desmesurada do eu (LASCH, 1986, p.22).

“A sociedade do espetáculo” (DEBORD, 1997), “A sociedade de consumo” (BAUDRILLARD, 1929/2007), “Vida para consumo” (BAUMAN, 2007) e “Tempos

hipermodernos” (LIPOVETSKY, 2004) são obras que retratam a centralidade e o valor do consumo na vida das pessoas, sua interferência no cotidiano e na dinâmica social. Ao considerarem esse elemento, estão apresentando a organização da sociedade contemporânea, a partir do seu domínio em todos os espaços sociais. Sendo, assim, torna-se fundamental apresentar o quanto o consumo interfere no laço social, nas formas de subjetivação e como elemento encarregado pela instituição de classe.

Em “A sociedade do espetáculo”, Debord (1997) é enfático ao afirmar que a vida na sociedade atual representa modernas condições de produção pautadas no espetáculo, como um espaço de atuação onde a mercadoria tornou-se marca de valor. Em consequência, exige uma modalidade de existência que encontra amparo na cultura do narcisismo de Lasch (1983). O conceito de espetáculo simboliza a forma de dominação da economia sobre o mundo, capaz de definir toda a condição de existência humana acarretando numa degradação do ser em razão do ter (DEBORD, 1997, p. 18).

Se tal análise leva a apreender que há uma modificação e reconfiguração do espaço social, há com isso, novas formas de pensar o sofrimento psíquico, denominado por Birman (2012a) como formas de produção de mal-estar. Assim, demanda-se uma leitura urgente de tais condições culturais, na medida em que afetam o campo da subjetividade e do sofrimento psíquico.

A tese de Debord vai sustentar que o espetáculo estabelece uma forma de relação entre as pessoas mediada pela imagem, sendo ao mesmo tempo produto e resultado do modo de produção vigente. O espetáculo é, para ele, o modelo atual da vida que prevalece na sociedade, que associado com a economia domina a vida humana, impossibilitando o sujeito de outras saídas (DEBORD, 1997, p.17). Trata-se de um modelo de funcionamento social que atinge diretamente a individualidade e os vínculos sociais. Nas palavras do autor “toda realidade individual tornou-se social” (DEBORD, 1997, p.18). Essa realidade surge como resultado de um processo em que a economia passa a ser o fator dominante e com efeitos contraditórios, pois “ao passo que liberta a sociedade, por meio da luta pela sobrevivência, acaba tornando o indivíduo preso em seu próprio progresso e a mercadoria passa a ser uma ilusão que se manifesta sob a forma de espetáculo” (DEBORD, 1997, p. 23).

Por meio da instalação do espetáculo, a mercadoria assume a vida cotidiana dos indivíduos, tornando-se valor exclusivo das relações pessoais, mostrando suas artimanhas de dominação da sociedade. É evidente que a sociedade do espetáculo exerce uma pressão sobre o espaço social, exigindo uma nova participação do indivíduo, seja pela privação ou pela aceitação.

Para Birman (2012a), as exigências do espetáculo regulamentam o espaço social, servindo de referência para a estetização do eu (BIRMAN, 2012a, p. 91). Nesse aspecto, o consumo exacerbado tornou-se código de exigência na sociedade de espetáculo e o principal mediador dos laços sociais. Desta forma, há um destaque dado por Birman (2012a) para prevalência de um modo de atuação que se expressa pela negação do outro, elegendo como um de seus elementos de análise o consumo predominante na sociedade do espetáculo. Nessa direção, a cultura da imagem serve como instrumento de definição da existência. Remetendo-se, assim, às nuances performáticas da cultura do narcisismo. Nessa performance, surge uma demanda social visibilizada pelo excesso de exterioridade (BIRMAN, 2012a, p. 184). Nesses termos, a noção de exterioridade ganha notoriedade ao afirmar que o sujeito da sociedade do espetáculo é marcado pelo exibicionismo e pelo tempo espetacular (DEBORD, 1997, p.103).

A nova sociedade é, para Baudrillard, a sociedade de consumo, precisamente quando afirma que a busca pela felicidade é o valor absoluto das sociedades pautadas pelo consumismo. A esse respeito, o autor vê a felicidade como um mito das sociedades da mesma forma como predomina o mito da igualdade. Com isso Baudrillard quer dizer que todos são iguais diante do valor de uso dos objetos, no entanto são desiguais no acesso a determinados bens e serviços (BAUDRILLARD, 1929/2007, p. 51). O autor também usa o termo desequilíbrio para afirmar ser este o verdadeiro definidor da sociedade de consumo, tendo em vista que o crescimento econômico não dissipa as desigualdades, ao contrário as instala. Esse paradoxo é afirmado nas palavras do autor: “O crescimento produz, reproduz e restitui a desigualdade social, os privilégios, os desequilíbrios, etc.” (BAUDRILLARD, 1929/2007, p. 53).

Analisando o consumo exacerbado e suas implicações no campo da subjetividade e das relações eu-outro, o sujeito no tempo dos excessos é visto por Birman (2012b) como aquele que quer agir antes de mais nada, que clama por uma atuação que se dá no campo da ação, tendo no agir seu imperativo (BIRMAN, 2012b, p. 82). Birman (2006) ressalta que o consumo atualmente tem se transformado numa espécie de compulsão que tem no corpo um de seus mais fortes registros. Assim, o que se evidencia são as grandes queixas corporais, as promessas para a longevidade, o culto à beleza destacando as exigências da moda, a busca incessante por objetos de consumo que se inserem no cenário do espetáculo. Dessa forma, Birman (2006) aponta um novo espaço para atuação dos excessos: os shoppings centers (BIRMAN, 2006, pp.175-182).

Nesse contexto, o que é disseminado no cenário cultural é o incentivo a soluções imediatas. Os efeitos disso são registros do consumo excessivo e volátil que atinge todas as

camadas sociais. É esse o quadro para a instalação do consumismo como uma das facetas produtoras do mal-estar contemporâneo, disseminado nas mais diversas formas em segmentos das classes médias e populares, inscrevendo o sujeito em novos registros de sua experiência. Não por acaso, Caniato e Nascimento (2010) descrevem esse momento histórico em uma de suas características centrais: a exacerbação, por meio da profusão de objetos, informações, tecnologias, mensagens e imagens ofertadas na sociedade de consumo, responsáveis também pela produção de escassez e privação.

No plano sociológico, Bauman (2007) considera que o consumo era antes visto como algo banal e corriqueiro, inseparável da condição da sobrevivência humana. No entanto, da passagem do consumo ao consumismo, o autor afirma ser o consumismo uma espécie de arranjo social que resulta da reciclagem de vontades, desejos e anseios humanos que se transforma na principal força propulsora e operativa de uma sociedade e que coordena, ainda, a estratificação social (BAUMAN, 2007, p. 41). Insiste o autor que o consumismo é um atributo da sociedade, ao tempo em que a capacidade individual de desejar é mantida como uma dinâmica de convívio humano, interferindo nas estratégias individuais de vida e nas condutas também individuais.

Tudo isso sinaliza bem a interferência do consumismo na dinâmica social, sobretudo nas relações sociais mantidas pelo desejo individual em detrimento do bem comum e coletivo. É por isso que Bauman (2007, p.42) afirma que o anseio individual sob o modo de vida consumista é a acumulação de objetos valorizados pelo conforto que proporcionam. A orientação desse desejo tem se direcionado a um modo de satisfação individual e particular que se priva das experiências alteritárias.

Numa época em que a desigualdade social é marcada principalmente pelo poder aquisitivo, tudo isso faz sentido. Uma sociedade que aposta na primazia do ter, nas soluções individualistas e no consumo exacerbado como condição de existência, a longo prazo gera implicações nas relações humanas que não poderão ser construídas sob os pilares do bem comum, da solidariedade e da alteridade. Numa sociedade de consumo facilmente a durabilidade do ter se rompe, pois há sempre algo maior que ultrapassa o desejo em busca da satisfação, o querer sempre mais. Sobre esse aspecto, Bauman ressalta que:

Difícilmente poderia ser de outro jeito, já que o consumismo, em aguda oposição às formas de vida precedentes, associa a felicidade não tanto a satisfação das necessidades (como suas “versões oficiais” tendem a deixar implícito), mas a um volume e uma intensidade de desejos que sempre crescentes, o que por sua vez implica o uso imediato e a rápida substituição dos objetos destinados a satisfazê-la (BAUMAN, 2007, p. 44).

A insaciabilidade das necessidades e desejos, apontados por Bauman (2007), sinaliza bem a dinâmica do consumismo e sua expansão para o campo da subjetividade, que se articula com a instabilidade social que a todo momento se confunde com a instabilidade individual. A previsão de um tempo estruturado na fluidez das relações, na imprevisibilidade dos laços sociais, no imediatismo e no individualismo foi também tratado por Bauman (2001) para caracterizar a sociedade contemporânea

A cobrança cada vez maior de um desempenho individual e pela realização pessoal é vista por Lipovetsky (2004) como responsável pela instituição de bases emocionais fragilizadas. Essa nova demanda é tratada pelo autor como um novo modo de funcionamento marcado pelo individualismo que tem sua base fundamental na sociedade de consumo, onde os desejos são pessoais e o discurso de ordem parte do uso do termo na primeira pessoa. Esse é o parâmetro para a instalação do narcisismo no meio moral, contribuindo com a crise existencial contemporânea. Essa crise existencial se expande para as relações sociais que sob o signo do narcisismo deixam impacto nas formas de lidar com o desamparo social. Nas palavras do autor “recolhido para dentro de si mesmo, o homem pós-moderno tem cada vez mais dificuldade em cair na gargalhada, em sair de si mesmo, sentir entusiasmo, entregar-se a alegria” (LIPOVETSKY, 1983, p. 121).

Nesse momento, há uma tentativa de pensar o narcisismo em seu atributo mais fundamental: o da constituição psíquica. Denunciando os aspectos que contribuem para um abalo em sua dimensão, decorrentes dos conflitos dispostos na contemporaneidade, responsáveis pelo novo investimento psíquico em questão. De fato, faz sentido esse questionamento quando se considera o desamparo individual e o social como marcas da atualidade.

Esse desamparo é, segundo Fortes (2009), fruto do sentimento de desproteção e da carência dos laços sociais, na medida que se perderam todas as expectativas de amparo e proteção diante dos desencantos do mundo. O fortalecimento da individualidade é, para a autora, o grande adversário da cidadania, a qual tem sofrido um enfraquecimento, como efeito da privatização da vida. Caniato e Nascimento (2010) sustentam que esse desamparo subjetivo é decorrente de um modo injusto de organização social que se encarrega também de um novo arranjo no laço social.

Há uma descrença no cenário público que se reflete no campo da individualidade, tendo como uma de suas repercussões a descrença no outro como participante do processo de subjetivação. Como Fortes (2009, p. 1138) pressupõe, “o espaço público tornou-se palco para

a promoção do espetáculo que visa dar vazão ao exibicionismo e à necessidade de exteriorização do eu”. Utilizando-se, para tanto, do consumo desenfreado com uma noção equivalente a de felicidade que cumpre o exercício de fortalecimento do eu, solidificando-o e enaltecendo-o, mas que, sobretudo, fragmenta-o. Revigorando um polo do narcisismo através do bem-estar pessoal e deixando a desejar nos atributos do reconhecimento intersubjetivo.

2.3 O fortalecimento do narcisismo pela constatação da diferença

As evidências teóricas até então descritas, apontam para a prevalência de uma cultura do narcisismo que alimenta os interesses pessoais em detrimento da coletividade. As divergências entre privado e público robustecem o narcisismo que se evidencia em uma posição social que prioriza o bem estar pessoal e individual. O outro, enquanto ser diferente provoca a rivalidade humana que exige cada vez mais um novo posicionamento ético.

A felicidade em simulacro instala a divisão entre perdedores e vencedores, (CUNHA, 2014), sendo esses últimos os únicos a terem o direito de usufruir dela. Instaura-se, assim, um jogo de exclusão que se alimenta da competição entre os homens. Tem-se aqui as lógicas formais de sociabilidade que Lasch (1983) apresentou com a cultura do narcisismo e que Birman (2012a) indicou como pressuposto para a volatilização da solidariedade. A utilização voraz do outro, enquanto diferente do eu, é considerada por Birman (2012a) como uma tentativa de afirmar de maneira predatória o autocentramento do sujeito. Esclarece o autor:

O corpo do outro é o cenário carnal para a descarga pulsional do sujeito, que o devora como um canibal. Com isso, a experiência da diferença se revela impossível, já que o sujeito se sustenta apenas por meio de suas miragens, mergulhado na mais profunda mediocridade existencial (BIRMAN, 2012a, p. 316).

A captura do sujeito pelos arredores do imediatismo e do gozo individual o impede de reconhecer a possibilidade da diferença. Por isso, instala-se o impedimento de uma abertura para a experiência da alteridade. Nesse sentido, Birman (2012 a, p. 316) afirma que essa ordem social desconstituída de valores é responsável por conduzir os sujeitos e os grupos sociais para o polo narcísico de sua estrutura simbólica. Para o autor, o imperativo do gozar alimenta os desejos narcísicos individuais, tendo em vista que não existem ideais alteritários que fomentem os grupos sociais. Assim, “a violência então toma corpo, literalmente, justamente porque o sujeito não pode encontrar uma via segura que possa suportar o polo alteritário de seu psiquismo” (BIRMAN, 2012 a, P. 317).

Assim, diversas manifestações de violência se fazem presentes na contemporaneidade. Tendo em vista que a competitividade e a rivalidade entre os homens instaurou um imaginário de que um deve ser melhor que o outro. Pode-se evidenciar isso não apenas nas finalidades da violência, no ato em si, mas em manifestações simbólicas que se caracterizam pela aniquilação do outro enquanto diferente. Birman segue esclarecendo que:

A intolerância se funda na impossibilidade de convívio do sujeito e do grupo social com a diferença do outro. A violência predatória do sujeito e do grupo social é seu deslance inevitável, pois é a única forma que resta ao sujeito de gozar freneticamente, diante da impossibilidade de desejar face à sua pobreza simbólica (BIRMAN, 2012 a, p. 318).

A falta de ideais alteritários legítimos autoriza de alguma forma a anulação da diferença. Birman (2012 a) não está falando diretamente sobre desigualdade social ao afirmar que os modos de organização dos grupos sociais não suportam se deparar com qualquer diferença. Mas há de supor que a invalidação do reconhecimento do outro também se estende para as relações baseadas na hierarquia social, tendo em vista que fazem parte dos grupos sociais aqueles que politicamente e socialmente se diferem. No entanto, chamamos a atenção de que na hierarquia social existem dois polos e que o narcisismo se alimenta de mecanismos distintos em cada um deles. Veremos tais mecanismos mais adiante.

Nesse contexto, Carneiro (2013) analisa os efeitos da subjetividade postos diante do imperativo do gozo. A noção de que há um *superobjeto* que se encarrega de atribuir o objeto a categoria de coisa, com luz própria, perde-se o interesse na importância do próximo. Ao fazer um diagnóstico da cultura do narcisismo, o autor questiona a ausência de uma função reguladora capaz de restaurar a desagregação dos laços sociais. Mas aponta que a lógica subjetiva em questão se pauta na indiferença, na desconfiança e no individualismo como encarregado do declínio do respeito ao próximo (CARNEIRO, 2013, p. 83).

Carneiro (2013) vai propor, em nome da anulação das diferenças entre ricos e pobres, uma ordem igualitária do consumo enquanto mercadoria comum e disponível a todos. Pois quando se pressupõe que há um consumo privilegiado, a lógica disposta no espaço social verticaliza as relações e compromete sua horizontalidade. Com isso, a desagregação social visibilizada pela indiferença, pela desconfiança e pelo individualismo assumiria sua hegemonia. Em nome da uniformização do gozo, Carneiro (2013, p. 81) vai afirmar que “todos devem gozar da mesma forma, um gozo que paira acima de tudo e de todos sem autoria”. Assim, o imperativo do gozo solitário seria disposto para o bem comum, contribuindo com a horizontalidade dos laços sociais.

A radicalização das relações sociais em prol do bem pessoal teve um lugar de destaque na obra de Freud. Em “Mal-estar na civilização”, Freud (1930/ 2010) afirma que a infelicidade das relações está na ilusão de que o outro seja visto como adversário. Recorrendo a justificativa de que a rivalidade se dá na condição relacional. Afirmando que:

“Atualmente os seres humanos atingiram o total descontrole das forças da natureza, que não lhes é difícil recorrerem a elas para se exterminarem até o último homem. Eles sabem disso: daí, em boa parte, o seu atual desassossego, sua infelicidade, seu medo” (FREUD, 1930/2010, P. 122).

Sabendo disso, Freud estaria identificando a maldade do homem que sobre o outro é capaz de ferir e humilhar. Atualizando o modo de relação adversa que se constrói quando estão presentes a rivalidade e a diferença. Assim, Tizio (2013, p. 30) afirma que o mandamento “Amarás ao próximo como a ti mesmo” esconde esse horror e propõe que a transformação do mandamento sugere tentar transformar o outro em semelhante para que a dimensão narcísica permita amá-lo. O próximo visto como semelhante considera a dimensão do narcisismo de si e do outro se abrindo para o polo alteritário.

A discussão teórica leva a compreender que a indiferença se fundamenta na posição egóica da subjetividade narcísica que compromete a relação com o outro. Na atualidade, o alimento para a alteridade perdeu o sentido, tendo em vista que o outro da relação pode também ser descartável (FORTES, 2009, p. 1127). Há, assim, uma troca relacional que se mantém na medida em que se alimenta do outro para alguma finalidade. O gozo solitário, como aponta Fortes (2009), encerra as possibilidades de abertura para os laços sociais e instaura, como efeito do vínculo precário com o outro, a solidão e a vulnerabilidade (FORTES, 2009, p. 1128).

Numa leitura sobre os vários vértices do narcisismo, Hornstein (2009) destaca que, ao contrário do narcisismo trófico, responsável por nutrir os aspectos indispensáveis para o bem estar, o narcisismo patológico aponta as falhas de investimentos libidinais que se encarregam da falta de amor próprio. Nesse caso, estendendo-se para a falta também do amor ao outro. A possibilidade de existir, nesses termos, fará sentido se em alguma medida houver uma súplica, pois pela falta de amor próprio o psiquismo clamará sua essência. O autor aponta que, nesse contexto, surgem as atuações e os estados depressivos. Uma das formas de compreender essa vertente do narcisismo é através da eleição narcísica de objeto que interfere no reconhecimento da alteridade, já que a disfunção no equilíbrio pulsional se mantém.

A perda da experiência da diferença na relação eu-outro é, segundo Birman (2012 a), responsável pela manutenção narcísica do ser. De um lado, através de um investimento de

energia que se dedica ao outro com os procedimentos de aniquilação, insistindo na onipotência narcísica que apaga a diferença a todo custo. De outro lado, através de uma reserva do psiquismo que se mantém pelo servilismo dedicado ao outro enquanto superior.

Para o autor, qualquer ameaça da diferença, ameaça também a completude narcísica do ser e o diferente deve ser, portanto, aniquilado. Tal posicionamento refere-se a um modo de perversão que se caracteriza do gozo sobre o outro a todo custo e do seu não reconhecimento enquanto semelhante. Pode-se supor, que a diferença pode se dar em qualquer registro. Há de notar que a diferença social traz à tona posicionamentos pelos quais o usufruto do outro se manifeste sob a forma de impedimento e humilhação como possibilidades de aniquilamento da diferença e, portanto, do outro.

É seguindo essa linha de pensamento, que o próximo capítulo se encarregará de apresentar a humilhação social como um dos possíveis efeitos subjetivos da desigualdade social, como possibilidade de aniquilamento do outro/diferente, o qual na cultura do narcisismo não terá lugar. A retração narcísica que no humilhado vem atingi-lo como manifestação de angústia, retrata a ferida dessa afetação. No entanto, como vimos, o que posiciona esse sujeito nas condições de servilismo e de impedimento subjetivo, é algo que o empurra e o mobiliza para o sofrimento. Assim, faz-se necessário compreender melhor o fenômeno da humilhação social, sua dinâmica social e suas interferências na manifestação de mal-estar.

CAPÍTULO 3: HUMILHAÇÃO SOCIAL: O REBAIXAMENTO DO EU

Não se deve negar que é incipiente a discussão sobre o tema da humilhação social na Psicologia, de modo geral e, sobretudo na psicanálise. O tema da humilhação como dor do sujeito é importante tanto para uma quanto para a outra. Muito embora os historiadores venham se debruçando sobre a temática ao longo dos anos. Poucos trabalhos dão conta de abordar diretamente o tema da humilhação social pelo campo do sofrimento psíquico. Buscamos aprofundar neste trabalho a análise e discussão apontadas pelo psicólogo social José Moura Gonçalves Filho (1998; 2007) que coloca a humilhação social como um problema político e social, mas que também é produtora de sofrimento e mal-estar subjetivo.

Seu direcionamento vai além de tratar o tema como um problema social, considerando sua complexidade na dimensão da subjetividade e do sofrimento, aproximando-se do nosso

foco de interesse. Se, para Gonçalves Filho, a humilhação social deve ser enfrentada de um lado por sua vertente política, também deve ser vista de outro lado em sua condição intersubjetiva. Para tanto, o autor se utiliza das companhias de Marx e Freud para compreender esse fenômeno como uma problemática que não se reduz às motivações do capitalismo nem tampouco às condições do inconsciente. Supondo, assim, sua necessidade de entendimento enquanto processo psíquico e social.

Partindo do pressuposto de que os processos políticos nos informam as condições da subjetividade, o autor justifica a dificuldade de lançar mão tão somente da leitura da individualidade ou da sociedade em se tratando de desigualdade de classes, colocando o problema como uma questão ao mesmo tempo política e psicológica. Em se tratando de desigualdade política, o autor vai deixar claro o quanto a exclusão social afeta o campo intersubjetivo, impossibilitando o sujeito ou sua classe social da oportunidade de expressão sob a forma de impedimento. “Sofrimentos políticos não são apenas enfrentados psicologicamente, uma vez que são políticos” (GONÇALVES FILHO, 2004, p. 27). No entanto, o que não se sabe tão bem é até que ponto um se sobrepõe ou afeta o outro.

A humilhação social é acompanhada por uma série de dispositivos sociais que se encaminham na direção de tratar a questão sob a vertente política, buscando dissipar as desigualdades e minimizando seus efeitos. É como um desses efeitos que, subjetivamente, a humilhação social vem se instalar e instaurar o sofrimento como angústia.

3.1 Humilhação como sofrimento psicossocial

A noção de sofrimento social é referida desde os tempos de Freud ao abordar os sintomas sociais como meio de sinalizar o grau de adoecimento da sociedade. Noção esta que vem sendo repensada e reconfigurada diante de enlaces sociais que redimensionam as formas de ser e de viver atualmente. Mas não é só isso. De acordo com Peixoto Júnior (2008), teríamos passado de um sintoma social meramente neurótico, como sugeriu Freud em sua época, para uma sociedade permeada pela perversão ou, ao menos, cercada de seus traços. Que, por sua vez, redimensionam as manifestações de sofrimento, oscilando pelo psiquismo ou pela coletividade, afetando os processos de subjetivação que tem no eu sua maior evidência.

Por não saber se deparar com a dor, Peixoto Júnior (2008) afirma que a solução mais imediata ao sujeito parece ser a submissão ao outro que é percebido como todo poderoso, do

qual se espera o alívio e a proteção, fornecendo-se como um ser autossuficiente que saberá lidar com as incompletudes em questão. Esse processo, para o autor, instala uma espécie de pacto social ancorado à custa da humilhação e da autoestima. Influenciando, com isso, na perda da singularidade e exigindo novas alternativas de cuidado de si (PEIXOTO JÚNIOR, 2008, p. 50).

Considerando que há uma passagem do sintoma social da neurose dos tempos de Freud para a perversão em tempos contemporâneos como possíveis consequências a perda da singularidade, pensar em estratégias de defesa ao psiquismo e proteção da humilhação em respostas a máquina perversa de produção de subjetividades tem sido grande impasse para a psicanálise (PEIXOTO JÚNIOR, 2008, p. 50). O que se expressa nesse ponto é o que Birman denominou como uma nova cartografia do social com a fragmentação da subjetividade, tendo no eu o principal impacto. Que, no entanto, serve como fundamento teórico para realizar a leitura das manifestações de sofrimento na atualidade. Trata-se, enfim, de indicar que o eu oscila entre o amor de si e o amor do outro como estratégia psíquica para as formas de atuação prevalentes na cultura do narcisismo.

É preciso lembrar que, na presença do sintoma social as manifestações de sofrimento ajudam a desenhar o quadro tanto do adoecimento social quanto o grau de afetação do sujeito. Em se tratando de humilhação social, como afirma Carreteiro (2003), é um sofrimento social que, portanto, por não ter visibilidade, torna-se mais difícil de dimensionar, mas se inscreve no interior das subjetividades e vem afetar o sujeito em cena pública, interferindo no laço social e nas relações de classe que são mais evidenciadas, em meio a um modelo que reforça o individualismo e a posição social (CARRETEIRO, 2003, p. 59).

O eu como fonte de sofrimento e mal-estar fornece o eixo em torno do qual se ordena o estudo do narcisismo, incluindo-se a variedade de suas manifestações sociais, para além das motivações clínicas, permitindo compreender as várias forças que atuam no processo de estruturação psíquica e suas modalidades de manifestações, sejam elas pela via do retraimento de si ou do exibicionismo, bem como pelas identificações e pela precarização dos vínculos sociais.

A vasta literatura acerca da manifestação do narcisismo na cultura trata de abordar as implicações subjetivas a partir do eu em posição privilegiada. Daí a derivação dos sintomas que se manifestam sob a forma de mal-estar. Não se pretende afirmar, categoricamente, que os sintomas sociais são produtores de sofrimento psíquico. No entanto, há de se notar que a recorrência de determinadas manifestações ajudam a configurar os sintomas sociais e, portanto, compreender suas marcas no psiquismo.

O narcisismo como a teoria do eu, tem em seus eixos constituintes a necessidade do autoamor para o processo de amadurecimento salutar do ego, indispensáveis a vida humana, como propôs Freud em 1914. O chamado narcisismo necessário é investido sob a forma de amor a si mesmo, que contribui com o estabelecimento da vida que vai desde o autocuidado à autovalorização como prazer indispensável e fundamental. No entanto, há uma rivalidade que se estabelece entre o amor a si e o amor ao outro que se fundam no desequilíbrio do investimento libidinal, consistindo em seu desvio que tem implicações importantes no trato social.

A outra vertente do narcisismo que se contrapõe ao narcisismo vital vai endossar a discussão de um narcisismo característico da contemporaneidade, que tem em seu fundamento características de um investimento narcísico que se ancora em comportamentos e atitudes que vão do perfeccionismo e do exibicionismo a um vazio existencial marcado pelo desamparo subjetivo e pelo desinvestimento narcísico como uma das suas falhas.

Os traços de exacerbação do eu e perfeccionismo são responsáveis pela promoção de modelos de identificação que, segundo Fuks (2010) comprometem a relação com os objetos. Para a autora, trata-se de uma tentativa de protagonismo na gestão da própria existência na tentativa de compensar o vazio subjetivo crescente que afeta o próprio sentido da existência, cuja tentativa, no entanto, é fracassada (FUKS, 2010, p. 56). A exacerbação narcísica do eu, portanto, revelaria, de forma paradoxal, seu empobrecimento e esvaziamento. É esse narcisismo que oscila entre o autoamor e o amor objetual que passou a ser visto socialmente como um dos registros de mal-estar contemporâneo. Entretanto, pouco entenderemos a complexidade das manifestações de sofrimento psíquico se desconsiderarmos os aspectos sociais que corroboram com os desvios em questão.

Não é fácil estabelecer um limite entre o autoinvestimento e o investimento objetual. As mudanças sociais ajudaram na acentuação e agravamento de seus elementos contribuindo com a discussão de que alguns acréscimos foram responsáveis pela afirmação de que há uma cultura do narcisismo como cenário para repensar as problemáticas das relações interpessoais. Entre tantas afirmações de Freud (1930/2010) sobre o que possibilita a vida minimamente estável, é o amor que ele refere ser um elemento importante para o estabelecimento da felicidade. Entretanto, ao situar o amor no campo das relações, contrapondo o mesmo valor do autoamor ao amor objetual, vários componentes foram sendo acrescentados nessa relação a ponto de mais problematizá-la a instituí-la.

Alguns desses componentes dão conta de reconfigurar a queda da alteridade como perda do correlato das relações inter-humanas baseadas no respeito ao próximo na sua

singularidade. Assim como afirma Joel Birman (2012 a) ser este um dos registros da crescente volatilização da solidariedade e reconhecimento da diferença. Caracterizada justamente pela direção marcadamente estetizante, exibicionista e autocentrada do narcisismo que se responsabilizaram pelo enfraquecimento e esvaziamento das trocas inter-humanas.

Quando acrescentamos as diferenças de classe social nesse contexto, estamos considerando que as relações hierárquicas historicamente são marcadas pelo distanciamento entre as pessoas, seja ele socioeconômico ou político. Mas esse afastamento é que impede, até certo ponto, o respeito ao outro na sua condição de singularidade, devido a posição social ocupada. Esse argumento, de certo modo, se aproxima da proposição de Fuks (2010) acerca do que ela chamou de narcisismo frio, que provoca o esvaziamento dos vínculos, como característica das novas relações pautadas na ambivalência do amor e da agressividade (FUKS, 2010, p. 56).

O enfraquecimento dos vínculos sociais tem nas relações hierárquicas um caráter particular, pois, em se tratando de diferenças de classes, a postura frente a um grupo ou indivíduos parece revelar esse distanciamento. Sob a forma de humilhação social, tema abordado neste estudo, surge um elemento mais intrigante que é o rebaixamento subjetivo, capaz de “autorizar” a negação do outro. Sobre isto, Sirota (2008) descreve a humilhação social como uma conduta perversa, caracterizando-a como um ataque que nomeia de desqualificação perversa que o sujeito aprende a operar numa cultura hierárquica como a nossa.

Essa conduta que, em geral, é repetida compõe o quadro das condutas psicossociais que Sirota (2008) utiliza para caracterizar de perversão narcísica, como essa necessidade de se satisfazer na cena social à custa do outro (SIROTA, 2008, p. 558). Retirando do outro o direito a expressão, a oportunidade, a voz e a dignidade. Para tanto, valendo-se da violação dos registros da existência de outro sujeito que também é desejante. Se a alteridade é condição para as relações inter-humanas, esse ataque perverso atribuído ao outro é responsável por ferir, de forma não autorizada o espaço social do outro, sua cidadania e subjetividade, acarretando, com isso, na instalação de uma ferida narcísica que ao outro vem atingir.

A ferida subjetiva que no humilhado vem se instalar em forma de angústia é tratada por Carreiro (2003) como uma referência ao déficit narcísico que vem instalar as marcas no psiquismo individual ou grupal forjado gradativamente pelos ataques cumulativos. Denominação que se aproxima da aposta de Birman (2006,2012 a) ao considerar o esvaziamento subjetivo como uma proteção do psiquismo, que em Lasch (1986) é chamado de condição mínima para a sobrevivência. A vulnerabilidade do ponto de vista do narcisismo

responde à ferida narcísica pela qual tem no retraimento e no autocentramento a afirmação de que por trás da força do narcisismo se encontra a fragilidade do eu (FUKS, 2010, p. 69).

A fragilidade do eu em seu eixo constituinte de narcisismo é revelador de mal-estar para Birman (2012) ao apontar o desamparo como uma condição da modernidade que o sujeito não suporta enfrentar. Historicamente, a perda do referencial paterno e a desesperança nos tempos futuros trouxeram ao sujeito os temores do desamparo. Que, em suas direções, incidem na recusa desse isolamento ou na sua rendição. Dito de outro modo, o desamparo subjetivo tem no eu fragilizado o registro do sofrimento que se estabelece pelo conflito entre a conformidade e a recusa como formas de funcionar e de administrar o amor de si e o amor ao outro. Essa recusa do desamparo é tratada por Birman para compreender o traço perverso nas relações sociais enquanto estratégia do sujeito para negar sua fragilidade psíquica.

Por outro lado, exclui o outro das fileiras do reconhecimento e da alteridade, colocando-o na condição de miserabilidade psíquica e existencial (BIRMAN, 2012, p. 123). Isso se dá, principalmente, pela negação ao outro da liberdade de falar e pensar. Tal situação caracteriza a condição de miserabilidade psíquica na humilhação social, a qual se relaciona com o impedimento subjetivo da iniciativa e da palavra, as quais são condição para a existência do sujeito através do seu reconhecimento. O sujeito colocado na situação de impedimento ou de miserabilidade psíquica revela um sofrimento socialmente constituído, que remete a vestígios nas falhas do narcisismo. Ou seja, a angústia advinda da humilhação social se apresenta enquanto sofrimento infligido ao narcisismo.

As novas formas de exclusão têm repercutido em manifestação de sofrimento que incidem sobre o fracasso subjetivo e a vulnerabilidade dos laços sociais que atuam diretamente na produção dos sofrimentos sociais. Essa questão pode ser compreendida a partir do entendimento que Carreteiro (2003) faz de um modelo de funcionamento que privilegia o individual em detrimento da coletividade, reforçando, com isso, o predomínio de uma lógica que tem prerrogativa no indivíduo e no seu status social. Aquele que tem sua experiência caracterizada pela perda do reconhecimento e pela humilhação social tem como um dos efeitos produzidos o sofrimento que se inscreve no interior da subjetividade e que não tem visibilidade nem é compartilhado socialmente (CARRETEIRO, 2003, p. 60).

Seguindo pela compreensão de que a humilhação social está inscrita numa dor que é sentida e vivida pelo sujeito, recorremos a Birman (2012b) ao assinalar que o mal-estar contemporâneo se situa no registro da dor, apoiando essa afirmação numa distinção entre dor e sofrimento. Propõe, assim, uma interpretação teórica acerca do mal-estar que tem marcas distintas no registro das subjetividades. Para tanto, situa a dor numa experiência solipsista que

se fecha sobre si mesma impedindo um lugar para o outro negando, com isso, a dimensão alteritária. Aquele que vivencia essa dor responde a uma passividade que o domina subjetivamente, ficando restrito aquilo que dói e esvazia, perdendo a autoestima e a sua potência (BIRMAN, 2012 b, p. 141).

É essa dor que Birman (2012b) afirma ser evocada também em forma de ressentimento que recai sobre os humilhados e ofendidos que em si, constitui-se como narcisismo pela incapacidade de se abrir para o outro de quem se rivaliza e desconfia. Nesse sentido, fazer qualquer tipo de apelo ao outro mostraria uma necessidade do outro, revelando as falhas e as faltas que em forma de dor sinaliza as incompletudes do sujeito, as quais não podem ser exibidas na cultura do narcisismo. A autossuficiência parece ser, portanto, a exigência para existir na cultura do narcisismo que, se afetada, mostra as insuficiências que são negadas a todo momento. A busca pela autossuficiência na cultura do narcisismo é exemplificada por Birman na afirmação de que “pega mal precisar do outro”, pois numa cultura onde triunfa o narcisismo as insuficiências e falhas não podem aparecer (BIRMAN, 2012b, p. 141).

Em contraste à dimensão da dor enquanto experiência solipsista, o autor vai referir à dimensão do sofrimento como uma experiência alteritária, a qual necessita de outro para que se caracterize. É então que se coloca a alteridade como um correlato das relações inter-humanas que são inscritas nos registros do sofrimento. Pode-se compreender, com isso, que a experiência do sofrimento que se dá na relação eu-outro está a todo o momento interiorizando no sujeito em forma de dor que se expande para fora ao mesmo tempo ao se dirigir ao outro com sua demanda. Nesse sentido, Birman afirma que as experiências que se situam nos registros do mal-estar são correlatos de uma condição solipsista da subjetividade, mas que está a todo tempo em interlocução com a exterioridade, com o mundo (BIRMAN, 2012b, p. 142).

O que o autor vai denominar de um modelo alteritário de subjetividade se estende para uma condição subjetiva que necessita do outro em seu empreendimento. Pode-se entrever com tudo isso, a dificuldade que o meio social tem de lidar e ofertar um dispositivo de elucidação para um problema que se situa nas dimensões do sofrimento social, no caso da humilhação. Temos uma prevalência atualmente de dispositivos que se dispõem a abarcar a dor do sujeito, buscando tamponar as queixas e demandas da dor sem que, para isso, necessite do outro. No entanto, dá conta de uma experiência de sofrimento que requer o outro para sua elucidação, demandando deste o seu reconhecimento é pedir demais numa cultura onde predomina o narcisismo.

Dando continuidade à compreensão de uma experiência que se dá pela via do sofrimento que tem na interiorização o seu registro, Birman (2012b) vai afirmar categoricamente que é nessa dimensão que se situa o desamparo subjetivo. Pois em ambas experiências o outro também se faz presente, ou seja, são experiências movidas pelo desamparo que permitem transformar a dor em sofrimento, como pressupomos ser no caso da humilhação social. Nessa condição, o sujeito entregue ao solipsismo, impossibilitado de abertura para o outro, torna-se incapaz de alcançar a sua autossuficiência, tendo como impactos o desolamento e a paralisia psíquica (BIRMAN, 2012b, p. 144). Termos como desamparo, desalento, miséria psíquica, ressentimento e paralisia psíquica refletem bem o desolamento causado pelo enfraquecimento da experiência da alteridade. Partindo dessas considerações e tomando o eu como fonte de mal-estar e sofrimento, seguiremos tratando os efeitos devastos dessa manifestação e suas marcas subjetivas.

3.2 O eu como fonte de humilhação e sofrimento

Gonçalves Filho é um importante estudioso do tema da humilhação social no Brasil. Em seu clássico artigo sobre o tema, (GONÇALVES FILHO, 1998) compreende a humilhação social como um problema político e psicológico a partir do seu impacto traumático oriundo da desigualdade social. Caracterizado como um fenômeno ligado à dominação e referente a um problema histórico que surge como efeito da desigualdade política, sua historicidade é caracterizada pelo longo período de humilhação crônica sofrida pelos pobres. Destaca que tem no aspecto da 'ação' um de seus impactos, quando o sujeito é impedido ou ameaçado de compor a esfera pública por meio da iniciativa e da palavra.

No que concerne a manifestação de sofrimento, o autor vai referir como um impulso mórbido que atinge o corpo, o gesto, a imaginação e a voz do humilhado, sob a forma de angústia (GONÇALVES FILHO, 1998, pp. 14-15). Enquanto fenômeno externo e interno, a humilhação social não se dá no campo do isolamento e, portanto, necessita do outro para seu empreendimento. Uma vez que se dá no campo relacional, leva a constatação de que as diferenças sociais acabam produzindo hostilidade e indiferença entre as pessoas.

É na companhia do outro que o ser humano se constitui psiquicamente e também tem experiência com as diferenças. Pensando na humilhação social como uma experiência relacional, não se pode desconsiderar que enquanto fenômeno social abarca tanto aquele que a causa quanto aquele que sofre a ação. No entanto, é na condição de humilhado que o rebaixamento se instala e é nessa condição que a humilhação vem ferir o sujeito. Na

hierarquia social essas nuances são mais evidenciadas quando se compreende que a desigualdade social já prevê as diferenças e marca as distâncias sociais na esfera pública. É na experiência intersubjetiva que as diferenças sociais deixam seus impactos traumáticos. No caso do rebaixamento decorrente da humilhação, decai a condição moral e o valor ético do sujeito.

É nessa medida que, para Gonçalves Filho, a humilhação é sempre humilhação social, como uma experiência que se dá pela perda de um traço da humanidade, de forma não natural ou acidental, mas que é sustentado por outros humanos (GONÇALVES FILHO, 2007, p. 6). Desdobrando-se do campo social para dentro, atingindo o sujeito em seu caráter singular e pessoal, retirando sua oportunidade de expressão. Gonçalves Filho (1998, p. 15) conceitua a humilhação social a partir da experiência traumática e singular que afeta o sujeito na dimensão do sofrimento, definindo-a como uma modalidade de angústia disparada pelo enigma da desigualdade de classes.

Laplanche em seu dicionário (2001) faz referência a angústia como uma reação do sujeito sempre que se encontra numa situação traumática, isto é, submetido a um afluxo de excitações, de origem externa ou interna, que é incapaz de dominar. Pensar a humilhação social como angústia remete, pois, a compreender suas relações com a experiência traumática, para além das possibilidades do sujeito. A humilhação historicamente sofrida pelos pobres, como efeito de uma desigualdade política e social, exclui o sujeito, ou uma classe, do campo intersubjetivo. Gonçalves Filho (1998) destaca que o sujeito atravessa não somente uma situação de impedimento, mas de não reconhecimento em seu mundo e em seu trabalho e por que não dizer, da sua singularidade.

Os estudos voltados para a humilhação social fazem referências aos impactos que esse fenômeno tem na dimensão da subjetividade e do sofrimento, que enquanto processo psicológico afeta o sentimento em forma de angústia, destruindo o orgulho, a honra e, sobretudo a dignidade humana (GONÇALVES FILHO, 1998). Que segundo o autor é sentimento que os escravos conhecem bem a partir de mensagens que apontam e indicam a sua inferioridade. E que diante dos maus tratos, o sujeito sofre continuamente por uma espécie de sentimento que age por dentro como um golpe, um impulso invasor e desenfreado, como angústia (GONÇALVES FILHO, 2004). A humilhação crônica, segundo o autor, nega a possibilidade dos direitos que, pelo impedimento, pode-se afirmar como seu registro nas modalidades de mal-estar.

O autor vai fortalecer o argumento da prevalência da humilhação social nas classes sociais marcadas pela desigualdade política, tendo seu mais forte impacto nas classes sociais

menos favorecidas, que historicamente sofrem pelas impossibilidades e pelas condições de miserabilidade. Gonçalves Filho (1998) vai destacar três condições de impedimento que vão marcar o sujeito nas fileiras da humilhação: o morador impedido, o trabalhador impedido e o cidadão impedido. Partindo do morador impedido, vai referir a visão dos bairros pobres como sempre impiedosa porque vai materializar a realidade cujos meios e recursos são perdidos e nunca alcançados, impedindo também novas montagens de formas de vida.

Passando pelo trabalhador impedido que, o autor justifica ser o dinheiro o mediador dos laços sociais, transformando qualquer tipo de relação em moeda e, para tanto, perdendo as qualidades concretas e humanas. E que, por meio de depoimentos de trabalhadores de uma comunidade de São Paulo vai apontar o quanto é emblemático a relação que se tem com o dinheiro ao pontuar que “se não tiver dinheiro acabou o mundo”, sendo o dinheiro a esperança dos pobres e cada vez menos o outro (GONÇALVES FILHO, 1998, p. 20 e 27).

Essa passagem sinaliza o que autor vai chamar de impedimento nas dimensões estruturais para a sobrevivência humana que vê no trabalho a possibilidade de viver dignamente. E que, torna-se exigência e imperativo quando se compreende que é no dinheiro que se podem alcançar além do poder econômico, a visibilidade social. Por fim destacando que esse impedimento afeta não somente o morador e o trabalhador, mas é na condição de cidadão que o impedimento se faz mais presente, revelado pelo caráter restrito dos espaços e do poder, carregado de signos de exclusão e de segregação, típicos das desigualdades.

Um argumento utilizado por Gonçalves Filho sinaliza que as classes sociais mais privilegiadas se voltam a elas mesmas afirmando que por vezes, deixam de se importar ou somente se importam com a pobreza de seus parentes próximos. Nesse ponto o autor é enfático ao afirmar que a fortuna que enriquece a camada mais favorecida é sustentada por outra classe e nesse aspecto afirma que “o novo rico busca consolar-se com o pensamento de que sua fortuna vem do trabalho, como se nunca tivesse dependido também do trabalho alheio” (GONÇALVES FILHO, 1998, p. 39). Nesse ponto o autor complementa que o que a classe social menos privilegiada anseia são condições mais igualitárias e distributivas ofertadas por meio de um trabalho sem subserviência e servilismo. E que poderíamos reafirmar também a busca por condições de reconhecimento enquanto sujeitos, condições estas importantes para o estabelecimento dos laços sociais.

Gonçalves Filho vai apontar de forma alarmante que, para as classes pobres, o sentimento de não possuir direitos é informado no registro do sofrimento, tal como destacado em depoimentos coletados em sua pesquisa realizada com mulheres na comunidade Vila Joanisa em São Paulo. Uma das mulheres entrevistadas, ao narrar uma sensação estranha a

partir do pensamento de que não se tem o direito de receber algo ou de frequentar os mesmos espaços que outras pessoas, pois são espaços divididos e excludentes, revela a dimensão do seu sofrimento na constatação de que “(...) você vai ficando pequena” (GONÇALVES FILHO, 1998, p. 40). Nessa afirmação entram em cena as consequências subjetivas da humilhação que implicam um sentimento de rebaixamento da pessoa, observado no uso da expressão ‘sentir-se pequena’ diante de condições sociais desiguais, marcando o índice da inferioridade e fraqueza, reverberando a afirmação de Gonçalves Filho de que a humilhação social afeta, sobretudo, o interior, a dignidade humana.

Em condições de desigualdade, além da privação da experiência de compartilhar no laço social as mesmas oportunidades e condições de outros, acrescenta-se o fenômeno da humilhação que atinge a esfera da dignidade, produzida por práticas excludentes que atualizam as desigualdades e o sofrimento político. Gonçalves Filho destaca em um dos depoimentos colhidos em seu trabalho essa experiência, ao apontar que o ambiente carrega os signos da exclusão e impede, com isso, a participação nos lugares sociais que poderiam ser atrativos, mas são segregacionistas, a exemplo dos shoppings centers.

Destacada na fala de uma das entrevistadas ao relatar uma espécie de estranhamento em frequentar os mesmos espaços públicos que outras pessoas, sem poder, contudo, usufruir como deveria, nem tão pouco estender essa oportunidade para seus parentes próximos, devido à falta de recursos econômicos; depara-se com a sua impossibilidade e restrição em desfrutar de lugares comuns a todos, afirmando que: “(...) despenco na minha realidade, é uma coisa que te choca, uma magia (...) o pecado da realidade, você está naquele lugar, mas sente que não pode estar ali, aí você despenca” (GONÇALVES FILHO, 1998, p. 36).

A ‘sensação de despencar’ desaparece, contudo, nos momentos em que a moradora pode vivenciar e desfrutar do carnaval juntamente com seu povo em seu bairro, distante de um bem privatizante e, quando questionada sobre o surgimento da sensação de cair, ela narra: “Eu não! Eu tava no meio da gente como a gente, como eu ia sentir?” (GONÇALVES FILHO, 1998, p. 38). Despencar no uso literal da palavra sugere o desprendimento real da noção de valor, cair; em contextos de humilhação social, significa abrir mão da sua própria existência e, sobretudo se posicionar nas fileiras da inferioridade que tem como uma das suas implicações um desconhecimento total de si mesmo, ameaçado pela diferença do outro que impõe sua existência e superioridade. Que, na sociedade de classes, a dificuldade da partilha instaura o desequilíbrio que se mantém sob as condições de exclusão e no servilismo, o que Gonçalves Filho (1998) afirma ser em detrimento da primazia do bem estar pessoal.

Não se sabe quem autoriza o rebaixamento com tanta naturalidade. Esse questionamento é compartilhado por Gonçalves Filho ao se indagar quando isso se tornou tão sólido e onde surgiu todo o desequilíbrio político, principalmente considerando suas manifestações que infestam a subjetividade, agindo destrutivamente sobre o psiquismo e desencadeando os afetos “despencadores”: em um primeiro momento sob a forma de angústia como fonte dos processos inconscientes e, em seguida, na companhia dos outros, roubando do humilhado o seu reconhecimento (GONÇALVES FILHO, 1998, p. 44).

Para apontar o quanto que o sentimento de angústia se instala no campo traumático e demonstrar que ele se apresenta em meio a tantos afetos desfalecidos, Gonçalves Filho se apropria do uso que Laplanche dá a angústia como um enigma intersubjetivo, como um enigma que veio dos outros e no meio dos outros, surgindo como um gesto, uma palavra, um comportamento, mas que invade o interior como uma força física, a qual o sujeito não consegue decifrar ou traduzir (GONÇALVES FILHO, 1998, p. 44).

A discussão sobre a humilhação não pode, portanto, ser dissociada da questão da desigualdade social e seus efeitos nas relações intersubjetivas. Outros autores contribuem com o debate sobre a origem da manifestação da humilhação, apontando algumas mudanças sociais que, aceleradas, influenciaram e acarretaram novas formas de exclusão, posicionando uma parcela da sociedade nas fileiras extremas da vulnerabilidade do laço social. Como sinaliza Carreteiro (2003), para esses indivíduos as formas de sociabilidade são pautadas na instabilidade ou no que a autora denomina de sociabilidade flutuante (CARRETEIRO, 2003, p. 58).

A vulnerabilidade socioeconômica é expressa a partir das articulações entre a desigualdade econômica e política que refletem os interesses e ascendência de determinados grupos sociais sobre outros. Que, sem dúvidas, surge como um dos efeitos históricos da hierarquia e dominação que marca a realidade social brasileira. Segundo Svartman e Silva (2016), há um duplo impedimento articulado a desigualdade de classes que se inicia no âmbito público em seu caráter político, devido a divisão do trabalho entre empregados e patrões e na prevalência dos trabalhos desqualificados que garantem a submissão e o poder, passando pelo impedimento nas cidades que atualizam essas diferenças entre os ricos e pobres e, sobretudo, entre quem é visto e quem é invisível (SVARTMAN E SILVA, 2016, p. 340). Esses desdobramentos sociais vão encontrar apoio numa rede de dominação que se mantém das desigualdades e culmina na humilhação social afetando o sentimento e promovendo o impedimento que, além de político, é subjetivo.

Sem adentrar nos aspectos histórico-políticos que circunscrevem essas questões em contextos de Brasil, Gonçalves Filho sinaliza o quanto determinados processos históricos e, sobretudo políticos promoveram esses desdobramentos e afirma que a humilhação social é um fato psicossocial que conduz um sujeito ao outro (GONÇALVES FILHO, 1998, p. 48). Para esse autor, é somente na relação que esses enlaces podem ser elucidados, considerando a humilhação como um sofrimento transferencial que além de sobrecarregado é revivido e acrescentado ao que é novo.

A elucidação da humilhação que ocorre no campo social não tem sido uma tarefa fácil e tem se tornado tema de discussão nos mais diversos segmentos da sociedade desde os primórdios. Em tempos históricos, o problema da humilhação e das práticas de exclusão faz parte dos aspectos culturais e das relações humanas e tem desafiado a sociedade, principalmente a partir do compromisso ético com a diminuição da desigualdade econômica e no estabelecimento da igualdade social como uma das possíveis soluções. No entanto, sabemos que o estabelecimento da igualdade econômica é uma solução um tanto que utópica. Como afirma Baudrillard (1997/2007) trata-se de um mito, já que o crescimento econômico apenas restitui as desigualdades, tema pelo qual, segundo o autor, deixou de pertencer à ordem do dia.

Gonçalves Filho (2007) considera que é impossível falar em igualdade de classes, pois a igualdade é igualdade recusada, sendo recusado também o direito à fala, à ação e à iniciativa, manifestada pelos efeitos da dominação. Com isso, é no sujeito que a desigualdade social tem afetado, alcançando suas condições de moradia, educação e saúde, mas, sobretudo, a sua dignidade e o seu reconhecimento. É tratando dessa dor que é do sujeito, mas que é oriunda do laço social que o entendimento da humilhação social se faz necessário.

Pensar na elucidação da humilhação social é tratar o problema politicamente e psicologicamente, significa curar nos dois lados, como sugere Gonçalves Filho. Além de exigir um trabalho do governo e da cidade, ordena do âmbito interno, uma espécie de digestão que não demanda somente do sujeito, mas em pensar sentindo na companhia de alguém que aceite pensarem juntos (GONÇALVES FILHO, 2007, p. 8). Vale salientar que, estabelecer a igualdade econômica não representa alcançar a igualdade política.

Para Gonçalves Filho (2007) a igualdade política significa a supressão da dominação, não das diferenças. Estabelecer a igualdade, para o autor, é permitir a aparição de vários rostos e vozes, vendo e sendo visto, falando e sendo ouvido (GONÇALVES FILHO, 2007, p. 17). Enquanto que o estabelecimento da igualdade econômica não é possível na organização social prevalente, como foi destacado por Baudrillard só acentua e demarca as diferenças de

classe ao afirmar que “o crescimento produz, reproduz e restitui a desigualdade social, os privilégios e os desequilíbrios” (BAUDRILLARD, 1929/2007, p.53).

Para tratar a humilhação social, Gonçalves Filho (2007) afirma serem necessários ao menos dois participantes, retirando dessa compreensão o indivíduo isolado. Sob a raiz latina húmus, nome dado a terra, humilhar consiste em trazer para baixo ou rebaixar, termo que foi aderido facilmente para tratar o fenômeno como uma ação que consiste em alguém que coloca o outro como inferior, abordando-o soberbamente e colocando a problemática no meio social.

No campo das relações sociais, Gonçalves Filho (1998) vai afirmar que a experiência da aparição também é afetada, sendo bloqueado ao sujeito o direito de ser visto e reconhecido. Em uma de suas pesquisas, vem à tona o sentimento de se sentir invisível ao ocupar um lugar relacionado a papéis de servidão. A visibilidade se perde e se reduz ao seu caráter desumano, anulando as possibilidades do surgimento do eu, que vão do corpo à voz, destacando o caráter de inferioridade. Na pesquisa realizada por Fernando Braga Costa sob a orientação de Gonçalves Filho que culminou no livro “Homens Invisíveis: relatos de uma humilhação social” (2004), o pesquisador teve a experiência de ‘se sentir invisível’ ao vestir o uniforme de gari e circular pelo campus da USP, percebendo não ser reconhecido e vendo desaparecer gestos e palavras que antes lhe eram atribuídos, afirmando ser apenas um uniforme deambulando. Essa experiência se relaciona à discussão proposta por Gonçalves Filho sobre humilhação social e seus impactos traumáticos, que tem origem em mensagens estranhas e misteriosas que, finalmente, comunicam: vocês são inferiores.

É nesse sentido que a humilhação social está sempre à espreita como uma realidade vivida pelos pobres que a qualquer momento pode demarcar seu lugar social e deixar seus impactos, como sujeitos que ninguém vê. O autor sustenta que o sentimento de invisibilidade que pesa sobre as classes pobres, é decorrente da divisão do trabalho que, em nossa sociedade apoia e privilegia os trabalhos complexos e isola de certa forma, os trabalhos braçais.

O desaparecimento intersubjetivo como marca da invisibilidade social é uma forma de expressar o fenômeno psicossocial da humilhação, evidenciada como um fato a partir da súbita violência psicológica sobre a subjetividade do outro, sendo utilizada por Costa (2004) para tratar a questão como uma construção psíquica e social a partir do processo de negação intersubjetiva do outro. Tornar-se invisível devido a insignificância ou irrelevância no laço social aponta a ferida psíquica que a humilhação social vem instaurar. A visão embaçada ou cega do outro, incapaz de ver, é resultado de um aparato social que age continuamente no psiquismo e interfere no funcionamento subjetivo dos atores sociais.

Gonçalves Filho insiste em afirmar que é nas classes menos favorecidas que se instala o não reconhecimento e a angústia que tem na humilhação social o seu mais forte apelo. Alguns estudos que se utilizam do conceito de humilhação social desenvolvido por Gonçalves Filho dão conta de problematizar essa experiência no campo das relações de trabalho em que são elas as mais evidenciadas. A partir disso, Padilha (2014) aponta que nas relações de trabalho que têm predominantemente as diferenças hierárquicas, há a suposição de que a condição de inferioridade se evidencia mais frequentemente, destacando que na hierarquia há elementos indicadores das relações conflituosas que geram sentimento de rebaixamento (PADILHA, 2014, p. 338).

Nesse sentido, a autora compactua com o argumento de Gonçalves Filho de que a humilhação surge em situações de inferioridade e desvalorização. Que embora situada no campo das emoções, revela as falhas socioeconômicas embocadas num problema ético-político. Compactuando, ainda, da presença de elementos indicados no relato de sujeitos que sinalizam o predomínio do sentimento de invisibilidade afirmando ser no uso da roupa de trabalho uma marca da distinção social e da inferioridade.

Também compactuando do uso que Gonçalves Filho faz do conceito de humilhação social, Ramos (2009) reafirma que a questão econômica está implícita na problemática da humilhação social por ter origem na desigualdade de classes, que coloca o mérito de cidadão na sua capacidade de compra, funcionando como barreira para a manifestação do sujeito no espaço público (RAMOS, 2009, p. 640). Corrobora, pois, a ideia de que a humilhação social se dá na esfera pública e, portanto, nos espaços compartilhados com o outro, no bairro, no trabalho, nos lugares comuns a todos, mediados pelas condições socioeconômicas.

Nessa mesma perspectiva, Carreiro (2003) pensa a humilhação como um sofrimento social que além de não ter visibilidade se inscreve no interior das subjetividades impossibilitando ser compartilhado socialmente. Como um sofrimento decorrente das mudanças sociais que culminaram em novas formas de exclusão sob a prevalência de dois imaginários que operam no sentido da excelência destacada pelo imaginário de perfeição, de poder e de qualificação profissional e pelo imaginário da inutilidade acenado pelos valores de fracasso, de falta de inserção e desqualificação como rastros das novas formas de exclusão (CARRETEIRO, 2003, p. 58).

Para Carreiro (2003) em face da exacerbação de um modelo social que estimula o individualismo reforça também as posições sociais ocupadas a partir de um modelo de funcionamento que desliza de uma classe social para uma condição de status social, contribuindo, assim, com as formas contemporâneas de ser indivíduo: indivíduos por falta e

indivíduos por excesso. A partir das ideias de R. Castel sobre essas formas contemporâneas, Carreiro (2003, p. 59) reflete sobre a propensão do indivíduo constituído pelo excesso como aquele que tem suporte suficiente permitindo-lhe desenvolver estratégias sem dependência; já aqueles constituídos pela falta na experiência do sofrimento social, estariam na condição responsável pelo processo de desfiliação social decorrente da diminuição de chances de desenvolvimento de estratégias individuais acarretando marcas psíquicas, a exemplo da humilhação.

A autora destaca a importância de um contrato narcísico entre os sujeitos e o conjunto social, o qual só será possível se os sujeitos puderem investir narcisicamente a trama social. Sendo fundamental o reconhecimento social para essa finalidade que, em sua vertente positiva, é portadora de narcisismo. É, no entanto, quando o contrato narcísico se desfaz que marcas no psiquismo individual e grupal se instalam com desdobramentos subjetivos e sociais (CARRETEIRO, 2003, p. 61).

São fortes os indícios de que as experiências da humilhação social são mais prováveis de serem vivenciadas por indivíduos em condições de inferioridade na hierarquia social. Carreiro (2003) reforça, ainda, que são os integrantes de categorias mais subalternizadas na sociedade que vivenciam mais acentuadamente situações de desvalorização e humilhação, tendo no cenário público o seu prenúncio. Afetando, sobretudo, as subjetividades como já sinalizara Gonçalves Filho e, promovendo o déficit narcísico, deixando traços sem marcar o corpo (CARRETEIRO, 2003, p.65).

Retomando o argumento de Birman, de que a intersubjetividade e a alteridade tendem ao esvaziamento no contemporâneo, é possível compreender que a falha na alteridade se estende e se aprofunda nas relações de classe. Conforme já sinalizamos, pelo fato de que são relações que são em seu fundamento hierárquicas e se mantêm das diferenças sociais. Em se tratando de desigualdade social a fragilidade desse trato tem repercussão no campo do sofrimento e pode ser representada por um sujeito, um grupo ou uma classe diante da impossibilidade do reconhecimento do outro como semelhante. O outro como semelhante é, em Freud, aquele a quem devemos dedicar uma porção de amor ao abrir mão do amor próprio que em ambos os processos são constituintes. Se, o que vigora atualmente é a dificuldade de abrir mão do autoamor em prol do semelhante, isto é exacerbado em contextos de desigualdade social, por realçar as dessemelhanças estabelecidas pelas condições econômicas, produzindo relações sociais instáveis.

Para Sirota (2008) a alteridade se localiza em um ou vários indivíduos ou mesmo em grupos e categorias que, se afetada, influencia numa separação do mundo dos cidadãos que

perdem o direito à palavra, culminando no que o autor denomina de desqualificação perversa no eixo das condutas psicossociais. Essa perversão que, para Sirota, não se configura a partir de uma condição subjetiva, estando associado talvez, a uma cultura hierárquica que aprendeu a utilizar (SIROTA, 2008, p.559).

O argumento da dificuldade de amar e abrir mão do eu narcísico é retomado várias vezes por Birman ao fazer sua leitura acerca das manifestações de mal-estar inscritas no campo da subjetividade. Entretanto, é no sujeito “sofrente” que está sua maior atenção, tendo em vista que sua aposta teórica parte do interesse de indicar alguns impasses para o sujeito mediante os quais seja possível desenhar os novos cenários do sofrimento subjetivo.

Nesses termos, a condição de desamparo que posiciona o sujeito nas fileiras do sofrimento é tratada por Birman para justificar os seus diferentes destinos possíveis. Traçados inicialmente a partir do excesso como marca do sujeito contemporâneo que o obriga a construir um campo de objetos supostamente capazes de oferecer sua satisfação, mas que também o depara com a necessidade de dominar as intensidades que perpassam os excessos pulsionais promovendo, com isso, o impacto pulsional da angústia (BIRMAN, 2002, p. 47). O que Birman está querendo destacar com tudo isso que se coloca como um grande desafio para o sujeito é a dificuldade de permanecer e suportar a dor provocada pela situação de desamparo.

Há duas possíveis construções subjetivas pensadas por Birman para lidar com a questão do desamparo primordial (BIRMAN, 2006, pp. 50-53). Uma delas vai tratar do desamparo inédito produzido pela modernidade que em meio a perda de referências sociais teve como um dos efeitos mais devastadores a produção de individualidades marcadas pelo masoquismo. Nessa posição, o sujeito não suporta a solidão e se coloca diante do outro se disponibilizando como objeto de gozo no intuito de evitar sua experiência com o desamparo, sendo uma questão importante para compreender diversas relações de servidão. De outro lado, nesse pacto masoquista, tem-se a violência que se releva através do usufruto do outro que se encontra em condição de submissão e fragilidade, alimentando-se e engrandecendo o polo narcísico.

No entanto, argumentamos que o alto custo de manutenção da servidão ao outro para nele posteriormente se fundir na intenção de evitar a solidão e a dor podem ser pensadas nas relações de classe a partir do efeito subjetivo da humilhação social. Que para Gonçalves Filho vai afetar consideravelmente o sujeito desfavorecido socialmente, afirmando que essa recusa do desamparo através da submissão ao outro, vista na posição do masoquismo, é produtora de angústia, mas numa dependência relacional, sacrifica-se para o gozo do outro. O que Birman

afirma ter como custo fundamental nesse empreendimento, é a perda de qualquer experiência da diferença justamente pelo contrato de servilismo que se estabelece com o outro (BIRMAN, 2012 a, p. 52).

Assim como Birman (2012 a, p. 52) sugere que sob a forma da posição masoquista construída pela oferta de si ao outro é inevitável que se possa encontrar uma parceria na figura de um sujeito permeado pelo autocentramento e pelo narcisismo que por acreditar em sua autossuficiência se disponibiliza ao sujeito masoquista. Essa posição contrapõe, para o autor, na segunda construção subjetiva caracterizada pela perversão que funciona sobre o gerenciamento e agenciamento da pobreza simbólica no intuito de apagar a diferença, pela qual não consegue suportar que, em contrapartida, colocará em ação estratégias de aniquilação do outro em prol da manutenção da posição narcísica do seu ser (BIRMAN, 2012 a, p. 53). É justamente diante da diferença que o sujeito é confrontado com o desamparo que o atravessa, culminada nas produções das subjetividades apontadas, embora seja também na experiência da diferença que aprendemos a amar e a considerar os atributos da alteridade.

Para Birman, há uma impossibilidade para o reconhecimento de algo que se dá na ordem da diferença e da singularidade. Nessa perspectiva, o não reconhecimento da diferença traria implicações devastadoras na economia psíquica que origina a fragmentação corpórea e psíquica e instaurando a suficiência para que a condição perversa se instale como uma forma de ser, colocando o outro na condição de passividade e de servilismo absoluto comparado a um corpo a ser usufruído por essa posição (BIRMAN, 2012 a, p. 278).

Muito embora Birman não esteja falando diretamente sobre as relações pautadas pela humilhação social, sua obra é rica justamente porque nos permite apreender, com firmeza e vivacidade, essa problemática inscrita nas relações hierárquicas marcadas pelo não reconhecimento da diferença. Ele enfatiza os impactos do narcisismo nas modalidades de sofrimento psíquico a partir da impossibilidade de relações alteritárias, responsáveis pelas manifestações de mal-estar na atualidade. Suas contribuições nos indicam com clareza, como historicamente esses impasses foram se construindo até culminarem em possíveis considerações acerca da produção de mal-estar que tanto requer atenção para a instituição dos laços sociais, como para sua destituição.

É por esse viés que todo argumento construído por Birman oscila entre o amor de si e o amor ao outro. De fato, o não reconhecimento da diferença se dá pela ameaça que o outro oferece para a posição de autocentramento do sujeito que é permanentemente reconhecido como um inimigo, mas que tem de outro lado a imposição do reconhecimento do outro e da experiência da intersubjetividade (BIRMAN, 2002, p. 315). É nesse sentido que Birman

afirma que o sujeito do inconsciente oscila entre o investimento narcísico e alteritário, supondo que o reconhecimento da diferença só será possível se o sujeito pender para o polo alteritário, caso contrário, o reforço do eixo narcísico trará implicações psíquicas que circulam entre o autocentramento e pelo amor de si e, sobretudo, pela indiferença.

É a partir dessa dificuldade ou impossibilidade de reconhecimento da diferença que o outro é tido como usufruto para alimentar sua existência. Numa passagem de seu texto clarifica melhor essa referência ao afirmar que “O corpo do outro é o cenário carnal para a descarga pulsional do sujeito, que o devora como um canibal” (BIRMAN, 2002, p. 316). Destacando, com isso, a impossibilidade de estabelecimento das relações alteritárias autênticas, sinalizando o impedimento para a aceitação das diferenças. Conseqüentemente, é no outro que esse impedimento vem afetar, conduzindo para um impacto no polo narcísico como uma ferida.

É diante dessa problemática que Birman vai afirmar que não resta outra saída para os sujeitos e para os grupos sociais que não seja o gozo solitário, principalmente pela falta de existência de garantias capazes de regular a perversidade pulsional. Uma vez que não existem ideais alteritários que alimentem os projetos dos grupos sociais (BIRMAN, 2012 a, p. 317). Restando, assim, a negação do outro que em forma de violência nega a também o polo da alteridade. Não é por acaso que vemos cotidianamente o não reconhecimento do outro que sob os efeitos da violência afetam as relações sociais.

É pela impossibilidade de aceitação da diferença, seja ela de qualquer natureza, que Birman (2012) afirma se organizarem muitos grupos sociais, em torno de um imperativo resultante da perda da alteridade legítima, caracterizado pela intolerância e, sobretudo, pela indiferença, dirigida ao sujeito ou ao seu grupo social. Afirma que uma das possíveis saídas a essa situação seria a invenção de novos ideais alteritários que permitam se voltar para o outro, encontrando suportes necessários para esse direcionamento (BIRMAN, 2012 a, p. 318).

Ao considerarmos os efeitos das desigualdades sociais no campo da subjetividade, a humilhação social vem ilustrar o que discutimos acima, na medida em que aponta o não reconhecimento do outro e o fracasso no estabelecimento da alteridade. Essa falha tem características efetivamente do campo do narcisismo, pois há sempre a pretensão de se sobrepor sobre o outro para a manutenção do seu gozo como uma conduta que também aprendeu a utilizar. Para além da indiferença e da negação do outro, a humilhação social é acompanhada por seu rebaixamento, como meio de garantir uma posição narcisicamente investida de superioridade social. Por outro lado, se organiza o humilhado como faltoso de

investimento narcísico, passando, então, a responder a um modo de funcionamento que se alimenta desse servilismo.

Destacaremos, em seguida, algumas passagens apresentadas no trabalho de Gonçalves Filho (1998) sobre a humilhação social. O intuito é trazer registros das experiências vividas e carregadas de afetividade diante dos signos da exclusão que surgem na medida em que as desigualdades sociais se intensificam e que se expressam em forma de sofrimento pessoal/social. Busca-se, assim, enriquecer a discussão teórica, aproximando-a do campo social brasileiro onde se dá esse embate, ouvindo as vozes daqueles que vivenciam a experiência da humilhação.

3.3- Desigualdade Social em cena: ouvindo as experiências da humilhação social

No intuito de abordar a humilhação social como um dos efeitos subjetivos da desigualdade social e demonstrar a dimensão do sofrimento psíquico decorrente desse problema político, parte-se do registro de algumas cenas e depoimentos de trabalhadores do centro Joanesa em São Paulo que participaram de uma pesquisa realizada por Gonçalves Filho (1998), com a intenção de examinar a humilhação social como uma modalidade de angústia disparada pela desigualdade social. A ilustração dessas falas tem como objetivo exemplificar a humilhação social e a dimensão do sofrimento oriundo das relações de desigualdade instaladas a partir dos impactos produzidos no campo da subjetividade decorrentes das diferenças de classe. Para tanto, serão transcritos registros de situações observadas e depoimentos, seguido de uma discussão que busca articular o sofrimento infligido na humilhação com o narcisismo.

As formas de exclusão se configuram pelo afastamento do sujeito da cena social, retirando-lhe, no âmbito subjetivo, a iniciativa e as formas de expressão. Nesse afastamento é por dentro que a humilhação social vem ferir, infestando a subjetividade como uma modalidade de angústia que acomete o humilhado nas relações que estabelece com o outro. Não só isso, mas os lugares e os espaços públicos também traduzem o impedimento subjetivo que vem infestar o humilhado sob a forma de sofrimento.

Os bairros pobres carregam os signos da exclusão social que sob a forma de restrição e interrupção acometem seus moradores com a falta de recursos que possibilitariam novas produções de vida. Essas descontinuidades são comentadas por Gonçalves Filho (1998):

Os meios, os recursos, sobre os quais o *homo faber* investe seu poder inventivo, foram perdidos ou nunca alcançados: o resultado dessas carências e frustrações é que os poderes mesmo da fabricação humana ficam perdidos ou nunca alcançados - lançam-se em situações sem suporte, gastam-se no ar, sem resposta, são neutralizados (GONÇALVES FILHO, 1998, p. 16).

A neutralização surge decorrente de um processo que é anterior que paralisa e interrompe, como acontece com as formas de impedimento. O ressentimento por não possuir recursos materiais acomete o sujeito pela perda da sua iniciativa que, por meio da privação o direciona para um estado que Gonçalves Filho (1998) chamou de inanição.

Esse enfraquecimento promovido pelo impedimento diante das formas de exclusão enaltece a privação como uma sinalização de uma fragilidade que é também do laço social, numa sociedade capitalista o dinheiro se tornou o mediador dos vínculos e a moeda de compra para a qualidade das relações que se estabelecem atualmente, dividindo as pessoas e as transformando em objetos. O depoimento de um trabalhador aponta essa mediação:

Aqui você tem que trabalhar porque tudo depende do trabalho aqui em São Paulo. Você não tem de onde adquirir nada. Nem para comer. Nem pra nada. Tudo aqui tem que ser com dinheiro aqui em São Paulo. Se você não tiver dinheiro se acabou o mundo. Porque aqui você não tem colega, aqui você não.... só se for da família, um irmão pra dar uma força, um pai, alguém da família. Porque ninguém estranho dá a mão pra ninguém em São Paulo (Trechos da fala de Gerônimo, frentista em São Paulo) (GONÇALVES FILHO, 1998, p. 19, grifo nosso).

A ausência de recursos impede a ação, as possibilidades de viver e se relacionar. O impedimento que acomete também as relações de trabalho aponta a problemática que a desigualdade social inscreve, para além de uma má distribuição de renda, é na relação com o outro que as diferenças ficam mais acentuadas e por consequência deixam transparecer nos vínculos estabelecidos. Basta atentar-se para a seguinte afirmação “Porque ninguém estranho dá a mão pra ninguém” (GONÇALVES FILHO, 1998, p. 19).

Visto que o que se desenha atualmente é a privação das relações refreadas ao âmbito da família, num mundo de salve-se quem puder, ninguém pode contar com ninguém. Tendo no dinheiro a solução e condição para o pertencimento no laço, no meio, nas relações, visibilizadas na seguinte fala: “Se você não tiver dinheiro se acabou o mundo”. Essa queixa de Gerônimo encontra amparo na afirmação de Debord de que o espaço social é invadido pelos signos da economia que ocupa totalmente a vida social transformando-a em espetáculo, espalhando intensivamente sua primazia “Não apenas a relação com a mercadoria é visível, mas não se consegue ver nada além dela: o mundo que se vê é seu mundo” (DEBORD, 1997,

p. 30). Na experiência de Gerônimo, não ter dinheiro significa o fim de tudo e a exclusão do mundo.

As formas privativas de viver estão na ordem do dia, dominando os espaços públicos que reforçam e acentuam as disparidades, tornando “maquiniais” os relacionamentos sociais como uma passagem do imperativo do mercado para o imperativo da vida comum (GONÇALVES FILHO, 1994, p. 22). A propagação dessa mercantilização deixa rastros que atravessam não somente os espaços de atuação do sujeito, mas que também os dirigem, os orientam e os conduzem. Direcionemos essa captura a partir da seguinte passagem:

Ontem fui à padaria, cenas de um mecanismo: um homem se chegou ao balcão, perguntou pelo preço dos pães, ordenou quatro; uma velha senhora se chegou ao balcão, perguntou pelo preço dos pães, ordenou cinco; depois outro homem (parecia doutor), depois outro (manchado de graxa: um borracheiro?), depois uma menina, depois eu: eu me cheguei ao balcão e perguntei pelo preço dos pães, ordenei quatro. O balconista atendia com idêntica indiferença todos aqueles seres diversos, mas unificados pela monotonia dos comércios: eram compradores que se repetiam; e para nós, o balconista era um vendedor de mercadoria ao preço de R\$ 0, 15 centavos a unidade. A velhice e a meninice, a altivez a humildade, as qualidades sólidas que singularizavam a presença do outro, tudo se desmanchava no ar, perdia-se de vista, diluía-se na simplificação das trocas- paga-se, vende-se (GONÇALVES FILHO, 1994, p. 23).

A perda da singularização da presença do outro que envereda para a destituição dos laços sociais tem como seu registro a instalação da indiferença como um traço que se faz presente em uma cultura que privilegia as formas privatizantes e particulares da existência. É preciso lembrar que afirmações que direcionam a compreensão desse tempo para uma cultura do narcisismo, da sociedade do espetáculo e da sociedade de consumo também são possibilidades para compreender a indiferença no contexto das desigualdades. Nesse sentido, é preciso concordar com Birman em sua afirmação de que a indiferença está estritamente ligada ao enfraquecimento dos atributos da alteridade.

No entanto, ao considerar as diferenças de classe, esse traço adquire novos contornos. Uma das facetas desse registro é apontada por Gonçalves Filho ao afirmar que o pobre tem esperança cada vez mais no dinheiro e cada vez menos na cidade e no outro (GONÇALVES FILHO, 1994, p. 27). Ao afirmar que “tudo depende do dinheiro” se afirma também que é nele que se pode acreditar em dias melhores, na esperança que do trabalho se possa construir a saída para as desigualdades e negando ao outro a possibilidade de seu reconhecimento.

É preciso apontar que o discurso mediado pelos efeitos das desigualdades sociais que tem na palavra a sua mais forte arma se volta para o impacto das manifestações de um sintoma social que se expressa na neutralização, interrupção, impedimento, privação e

indiferença. Mas é no acometimento da humilhação social que esses registros se fazem presentes na forma de angústia, pois que é por dentro que essas manifestações vêm infestar. Não somente os ambientes urbanos carregados de poder revelam o caráter da exclusão, mas na relação eu-outro essa infestação também se reproduz.

A exclusão se manifesta na proibição de frequentar ou circular em certos lugares da cidade. Para o humilhado, os espaços sociais que se caracterizam pelo caráter expulsivo e segregacionista são carregados por esse poder que privilegia uns em detrimento de outros reproduzindo o movimento separatista e promovendo o sofrimento político pelo que Gonçalves Filho (1998) chama de corrosivo ao assumir um caráter doloroso e por vezes melancólico. Esse sofrimento pode ser constatado em sua pesquisa ao realizar visitas nas comunidades dos sujeitos que se identificavam com essa condição, ao ver surgir sentimentos desagradáveis e aparentemente sem explicação ao percorrer os espaços imantados de segregação. O sofrimento percebido se configura em seu modo involuntário e em forma de dor irreprimível, que por vezes se realiza sob o choro e no estado de inibição emocional e corporal como um enrijecimento de um corpo que impossibilitado da sua defesa, mantém-se paralisado e catatônico (GONÇALVES FILHO, 1998, p. 34).

De acordo com Gonçalves Filho (1998) esses fenômenos são disparados nos espaços públicos onde a presença dos pobres não é admitida, a não ser como a presença de inferiores a serviço daqueles que emanam as ordens e o dinheiro. E, assim, esses espaços passam a carregar os signos de exclusão e deixam de ser locais interessantes e divertidos. Vejamos um relato que ilustra essa experiência:

No restaurante, tudo se repetiu. Reparavam (Natil e Rose) inquietas no garçom que nos atendia. A prestimosidade do moço só servia para envergonhá-las. Quando chegou a refeição, consultaram-lhe: o senhor está servido? Quando se deteve conosco, por uns instantes, numa conversa sem trejeitos serviçais, foi só então que nelas apareceu o apetite. À cordialidade do rapaz, respondiam com cordialidade redobrada. Como se não fosse possível sentá-lo à mesa, amargavam a refeição separatista (GONÇALVES FILHO, 1998, p. 35).

De alguma maneira essa passagem sinaliza que há algo da ordem do psiquismo que no humilhado se instala sem necessariamente depender da relação estabelecida com o outro para ser ressaltada, como algo que está posto desde sempre e que se aprende a incorporar. Ou seja, a experiência de humilhação se inscreve no psiquismo como uma falha subjetiva que tem no eu narcísico o registro dessa falta. Dito de outro modo, naquilo que Freud propôs em 1914 como um narcisismo necessário e salutar que promove o amor a si para então se diferenciar do outro, aparece desprovido de investimento. A partir desse registro como falha narcísica, a

condição de humilhação emerge no sujeito sempre que se depara com a situação da desigualdade, mesmo sem ter sido provocada pelo outro.

É, portanto, nos espaços de relação com o outro, que se podem capturar as falhas dessas relações, podendo-se questionar também essa postura do humilhado frente ao sentimento de impedimento que toma conta da sua existência. Além disso, a dimensão de mal-estar que está presente nesses movimentos faz parte da inscrição do fenômeno da humilhação social que circula entre o externo e o interno e se defronta com a dor que fere a condição de sujeito. Ao se deparar com as formas de exclusão presentes nos espaços públicos, evidencia-se fortemente o impedimento de pertencimento e, sobretudo o impedimento subjetivo do reconhecimento e dos direitos comuns a todos. O depoimento de Natil exemplifica melhor a condição afetada desse impedimento.

Tem um lugar que não posso ir. Eu me sinto totalmente... Tem uma expressão que eu usei...Para quem eu usei? Foi quando a gente estava vindo de Contagem para Belo Horizonte. Até comentei com Carlos e a Santa: que quando eu saio, volto- e eu despenco na minha realidade! Sempre falo isso: eu despenco na minha realidade! (GONÇALVES FILHO, 1998, p. 36).

O uso da expressão “despencar na minha realidade” revela a aproximação entre as palavras despencar e a posição de inferioridade, manifestando o sentimento de humilhação social. Ao que parece ser uma manifestação comum no cotidiano das desigualdades sociais.

A dependência do consentimento do outro para a fruição de bens e dos espaços que privatizam parece bastar para o humilhado sair do campo excludente e do desolamento subjetivo. Esse entendimento é possível a partir de um dos argumentos utilizados por Gonçalves Filho (1998) de que é a impossibilidade de compartilhar o mundo que faz o sujeito despencar. Ainda nesse sentido, é na impossibilidade de reconhecimento de um sujeito singular que tem diferenças, que a falha da alteridade e a fragilidade do laço social se colocam, sobretudo em um tempo marcado pelo narcisismo, mas que oscila cada vez mais entre os polos de investimentos constitutivos no eu e no objeto que são responsáveis pelo estabelecimento do amor a si e do amor ao outro.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O intuito desta pesquisa foi analisar os efeitos da cultura do narcisismo nas relações caracterizadas pela desigualdade social. Para tanto, foi apresentada uma discussão iniciada por Joel Birman acerca do narcisismo em torno das relações sociais na contemporaneidade, para então tratar das relações baseadas nas hierarquias sociais. A eleição pela humilhação social como um dos relevantes efeitos subjetivos da desigualdade social foi por considerar que esta representa uma importante fonte de sofrimento psíquico decorrente da condição fragilizada do eu que se encontra inferiorizado e impedido no espaço social.

É possível considerar que as dimensões do narcisismo vêm se alterando com o passar do tempo, sendo atravessado por traços de uma cultura que estabelece modos de funcionamento individual e coletivo. No entanto, há algo de permanente que é mantido quando se trata do estabelecimento do narcisismo estruturante, ou ele se engrandece ou se enfraquece. Nesse sentido, a permanência em um dos polos de investimento se estende para um modo de funcionamento que repercute na oscilação entre o amor de si e o amor do outro, como se não fosse possível o estabelecimento dos dois. De fato, sabemos que o amor de si sinaliza para o polo do narcisismo positivo que todos precisamos para viver, no entanto, entendemos que o amor ao outro é uma forma de refletir o amor em si mesmo e, portanto, de fazer operar o narcisismo constituinte, integrando-o.

Na tentativa de agradar o psiquismo, o objeto de amor é escolhido. No entanto, o presente estudo apontou as falhas nas relações alteritárias no meio social, resultando na indiferença como um dos efeitos sociais da prevalência do narcisismo, como um preço que se aprendeu a pagar. Os custos desse preço se estenderam para os vínculos sociais que enfraquecidos sinalizam o distanciamento entre as pessoas e a incapacidade de abrir mão do amor próprio e dedicar-se ao outro, enquanto investimento. É preciso salientar que ambos os eixos de investimento são importantes e que é preciso reconhecer que alguns momentos nos obrigam a oscilação para um deles. Mas, numa sociedade tão desigual socialmente como a nossa, os efeitos da indiferença conduzem para manifestações de sofrimento que indiscutivelmente são derivações de mal-estar.

A negação da alteridade nas relações sociais atualmente reflete o autocentramento e ao mesmo tempo produz um mecanismo que nos impulsiona a um retorno a nós próprios. Como reverbera Lasch (1986), busca-se alguma condição mínima do eu enquanto reserva para o mundo de tempestades sociais. Essa é uma possibilidade de minimizar os impactos que tem a dimensão do narcisismo contemporâneo. É necessário atentar-se para o fato de que, apesar das

disparidades sociais, na sociedade uns precisam dos outros para atingir o bem comum, a felicidade.

Além disso, o reconhecimento do outro é fundamental para a constituição da subjetividade que se alimenta do campo social a todo o tempo. Dito de outra forma é na relação com o outro que a subjetividade se constrói e se, essa relação encontra fragmentos de uma ruptura do laço social, a subjetividade sentirá seus efeitos. Da mesma forma, o exercício do reconhecimento do outro como singular previne a indiferença e, portanto, reitera os fundamentos da alteridade que são fundamentais para a convivência social. Constatase a passagem de uma cultura do narcisismo para a cultura da indiferença, pois os dois traços caminham juntos, culminando com a destituição dos laços sociais. Mas, sobretudo, é preciso atentar-se para essa indiferença enquanto posicionamento perverso diante do outro.

Na esfera social, onde o amor de si tem sido enfatizado devido a prevalência de elementos que estimulam o polo individual e particular, o consumo muito tem servido para esse interesse. Em um trabalho anterior (SANTOS, 2014), foi possível concluir que o consumo enaltece o narcisismo no eixo do amor a si mesmo, tendo em vista que na sociedade do espetáculo essa forma de ser tem maior visibilidade. Consideramos, além disso, que o consumo enaltece a individualidade e marca as diferenças sociais, destacando melhor as hierarquias sociais.

Dessa forma, o poder econômico e o acesso aos bens de consumo são referências para o posicionamento dos sujeitos na hierarquia social, reiterando as desigualdades. A opção por tratar de diferenças ou distâncias sociais para se referir as desigualdades sociais foi proposital para reafirmar que foi considerada neste trabalho a desigualdade social para além da desigualdade econômica, enfatizando a sua responsabilidade em distanciar dos sujeitos o reconhecimento subjetivo.

É preciso atentar-se que as leis do amor se diferem das leis do mercado. Estas enaltecem a competitividade e instaura a rivalidade entre os homens. As leis do mercado explicam o porquê nossa sociedade é hierarquizada e porque o trato com o outro se dá de forma distanciada para além das desigualdades. Abrindo-se margem para a exclusão, para a invisibilidade e para a humilhação social. Isso pode ser evidenciado com os exemplos de servilismo, pelos espaços públicos de segregação e pelos movimentos sociais que se fazem em torno da redução da desigualdade social. E no campo da subjetividade, pela reflexão que se faz em torno do reconhecimento subjetivo do outro que independe da condição social ou do seu lugar na sociedade.

Assim, o narcisismo na cultura é enaltecido, enfraquecendo-se a possibilidade da alteridade como fundamento do laço social. Há algo nesse movimento que privilegia a condição mínima da sobrevivência, mas que destaca a fragilidade do sujeito e a fragmentação da relação com o outro. Em vias de desigualdade, um efeito subjetivo desse trato com o outro surge em termos de humilhação social. Nesse fenômeno social, foi possível capturar as dimensões de sofrimento visibilizadas nas falas dos sujeitos ao se referir a angústia como a afetação que se dá no campo do sentimento. A possibilidade de reconhecer essas falas e de identificar que na humilhação social há uma fragilidade do eu narcísico, é dar voz a um sofrimento que também é social, por ser decorrente do trato relacional.

Isso porque para que ocorra a humilhação social faz-se necessária a presença do outro, pois este fenômeno se dá em consequência das posições relacionais referidas na hierarquia estabelecida na sociedade de classes. Com este estudo, observou-se que as formas de exclusão são também expressão da incapacidade do reconhecimento da alteridade, indispensável para o convívio social. Ou seja, cada vez mais que se atualiza a segregação social, mais distantes da essência do humano permanecemos. Enaltecemos, sim, o eixo do narcisismo, mas também o fragilizamos, na medida em que desconsideramos a importância do outro nesse empreendimento, na interdependência necessária entre o amor de si e o amor ao outro.

Se no decorrer deste trabalho, questionamos como o eixo do narcisismo repercute nas relações de desigualdade social, buscamos responder esses questionamentos através da análise de posicionamentos subjetivos que sob o eixo do narcisismo oscilam entre o amor de si e o amor ao outro. Na medida em que o outro é percebido como inferior na hierarquia social, ele passa a ser considerado apenas objeto para o usufruto do sujeito e para sua satisfação narcísica, evidenciando-se um modo de funcionamento relacional perverso. A perversão, nesse contexto, não está sendo considerada enquanto estrutura, mas referida a partir de características do uso perverso que se faz do outro. Desse modo, pode-se afirmar que a exaltação exacerbada do eu, pela ênfase no polo narcísico, gera o terreno propício para a humilhação do outro percebido como inferior. Além disso, o rebaixamento do outro fortalece o narcisismo na medida em que se constitui como afirmação e manutenção da superioridade de si.

Nos casos de humilhação social, o impedimento dado por meio da força que se usa para silenciar o outro e impedi-lo da oportunidade à voz e à existência, é uma forma de agir de modo perverso sobre um sujeito que tem voz própria. Os registros das falas dos sujeitos apontam essa direção ao afirmarem seus sentimentos de inferioridade e invisibilidade, os quais se originam a partir de outro sujeito colocado na posição hierárquica de superioridade.

Observa-se de modo marcante como esse posicionamento afeta o psiquismo manifestando-se como intenso sofrimento na vida desses sujeitos, o que sugere que algo na dimensão do amor próprio deles também é afetado. A humilhação social parece, portanto, capaz de produzir uma ferida narcísica com consequências subjetivas inquietantes.

Com isso queremos afirmar que o eixo do narcisismo constituinte dos sujeitos humilhados também é alterado, pendendo para um desinvestimento narcísico e ameaçando a integração do psiquismo. Nesses termos, a humilhação social é mortal, pois apaga do outro o seu reconhecimento enquanto sujeito e contribui com formas de adoecimento mediadas pelo laço social. A narrativa de ‘sentir despencar’ revela a experiência simbólica de queda subjetiva e rebaixamento que a humilhação social vem provocar. Mas isso não é tudo, pois abordar dessa forma fenômenos sociais tão complexos é, além de desmascará-los, retirá-los do campo da naturalização e propor soluções que se dão também no campo relacional.

A desigualdade social tão crescente em nosso país demanda novos estudos que visibilizem o sofrimento social por ela produzido, como forma de contribuir com esta problemática tão complexa. A produção acadêmica gera reflexões no campo teórico que têm o poder de fomentar ideias e questionamentos quanto ao que impede o bem estar social, assim como suscitar proposições de transformação da sociedade. Como sugere Gonçalves Filho (1998) a humilhação social decorrente das desigualdades sociais requer um enfrentamento que além de político e social é também psicológico.

Não se pode negar que a luta pela redução das discrepâncias sociais contribui para o reconhecimento do outro nas condições de igualdade. Mas nosso estudo constatou a impossibilidade da igualdade social nos moldes da sociedade atual, dificultando alcançar a igualdade em termos subjetivos. Pois igualdade social não indica igualdade subjetiva. Equiparar as fileiras hierárquicas não garante o reconhecimento do outro enquanto ser de igual valor.

Concluindo, constatamos que a humilhação social é um dos efeitos subjetivos da desigualdade, referindo-se ao narcisismo em seus dois eixos centrais: o amor de si e o amor ao outro. Nessas dimensões, por um lado esse amor é elevado, alimentando o narcisismo individual, enquanto por outro lado é negligenciado, contribuindo com as manifestações de adoecimento decorrentes desse trato. Considerando que o narcisismo necessário se alimenta do equilíbrio entre os dois polos de investimento, é preciso atentar-se para o desprendimento de energia pulsional dedicado nos movimentos de alternância na escolha objetal.

Uma crítica aprofundada dos modos de produção econômica e organização da sociedade que produzem a desigualdade social vai além dos limites deste trabalho. O que se

quer destacar aqui é a necessidade de análise do que se perde da dimensão humana em consequência das formas de organização social e das práticas sociais prevalentes. Em particular, a preocupação da Psicologia em contribuir com a compreensão dos impactos dessas condições sociais nas subjetividades e nos processos de adoecimento.

Apresentar esse panorama é uma forma de nos prepararmos para as manifestações de sofrimento que colaboram com o mal-estar contemporâneo que tanto nos inquieta na clínica psicanalítica e, sobretudo, de considerar que a cultura pode apresentar o cenário catastrófico e preocupante, mas o cuidado com as necessidades do sujeito precisa ser mantido. O reconhecimento do outro faz parte desse processo, onde as pequenas diferenças não podem se sobrepor às semelhanças, pois são elas que nos permitem amar ao próximo e reconhecê-lo como outro humano, tal como reconhecemos a nós mesmos.

Enfim, algo que se repete no cotidiano passa a funcionar como sintoma social. Reconhecendo esse sintoma, formas de interpretar e tratar o fenômeno vão sendo possíveis. Está aí a contribuição deste trabalho. Reconhecendo os pormenores que se situam entre os fenômenos sociais em questão, narcisismo, desigualdade social e humilhação social em sua complexidade e apontando a necessidade de ampliar o olhar para o enfrentamento dos sofrimentos sociais em debate. Insistindo, ainda, que possíveis contribuições futuras poderão dar voz a manifestações desses sofrimentos que ferem a condição subjetiva nas formas fundamentais de ser e de viver nesse mundo contemporâneo marcado pela indiferença.

REFERÊNCIAS

- AQUINO, A.R.; ASSIS, M.F.P. Narcisismo: subjetividades contemporâneas. **Estudos contemporâneos da subjetividade**, Vol. 6, n. 2, 2016.
- ARAÚJO, M.G. Considerações sobre o narcisismo. **Estudos de Psicanálise**. Aracaju-nº 34, pp. 79-82, Dez., 2010.
- BAUDRILLARD, J. **A sociedade de Consumo**. Arte & Comunicações, (1929-2007).
- BAUMAN, Z. **Modernidade líquida**. Ed. Zahar, 2001.
- BAUMAN, Z. **Vida para consumo: a transformação das pessoas em mercadoria**. Rio de Janeiro: Zahar, 2007.
- BAUMAN, Z. **Vida em fragmentos: sobre a ética pós-moderna**. Rio de Janeiro: Zahar, 2011.
- BAUMAN, Z. **O Mal estar na Pós- Modernidade**. Rio de Janeiro: Zahar, 2012.
- BIRMAN, J. **Arquivos do mal-estar e da resistência**. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2006.
- BIRMAN, J. **Mal – estar na atualidade**. A psicanálise e as novas formas de subjetivação. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012a.
- . **O Sujeito na Contemporaneidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012b.
- . Sexualidade e Narcisismo nos Arquivos da Psicanálise. O Édipo em questão. In: Birman, J. et al (Org.). **Amar a si e amar o outro**. São Paulo: Zagadoni, 2016.
- BIRMAN, J.; FULGENCIO, L.; KUPERMANN, D. & CUNHA,E.L. **Amar a si mesmo e amar o outro: Narcisismo e sexualidade na Psicanálise Contemporânea**.1ª ed. São Paulo: Zagadoni,2016.
- BOCK, A.M.B. Psicologia e Desigualdade Social. Revista Psicologia. **Diversidade e Saúde**. Vol. 5, n. 2, 2016.
- BRUM, E.H.M. Patologias do vazio: um desafio à prática clínica contemporânea. **Psicologia Ciência e Profissão**, 24, 48-53, 2004.
- CAMPOS, E.A. **A Tirania de Narciso: alteridade, narcisismo e política**. São Paulo: Annablume: Fapesp, 2001.
- CARRETEIRO, T.C. Sofrimentos sociais em debate. **Psicologia USP**, 2003, 14 (3), 57-72.
- CARNEIRO, H.F. **Que Narciso é esse? (Mal-estar e resto)**. 1ª ed., Fortaleza, 2007.

CARNEIRO, H. F. Lei, culpa e a eliminação da diferença no Laço Social. **Psicanálise e Violência: Sociedade, juventude e literatura.** (Orgs: Ferrari e Moreira), Editora CRV, 2013.

CANIATO, A.M.P.; NASCIMENTO, M.L.V. A subjetividade na sociedade de consumo: do sofrimento narcísico em tempos de excesso e privação. **Arquivos Brasileiros de Psicologia**, Vol. 62, nº 2, pp.25-37, 2010.

COELHO, D.M. A fé nos futuros: Um debate sobre o Narcisismo em Christopher Lasch e Sigmund Freud. In: Birman, J. et al. **Amar a si mesmo e amar o outro.** São Paulo: Zagadoni, 2016.

COSTA, J.F. A Subjetividade exterior. Disponível em: <http://jfreirecosta.sites.uol.com.br/artigos>, acesso em 27 de outubro de 2017.

COSTA, J.F. Narcisismo em tempos sombrios. In: Birman, J. (Org.). **Percursos na história da psicanálise.** Rio de Janeiro: Taurus, 1988, (pp.151-175).

COSTA, F.B. **Homens Invisíveis: relatos de uma humilhação social.** São Paulo: Globo Livros, 2014.

CHIZZOTTI, A. **A pesquisa qualitativa em ciências humanas e sociais.** Rio de Janeiro: Vozes, 2006.

CUNHA, M. P. Freud como pensador político: sobre a igualdade impossível entre os homens. **Revista Epos**, Vol. 13, n.1, Rio de Janeiro, 2012.

CUNHA, E. Notas sobre o predador – destinos atuais do narcisismo e de sua cultura. In: J.A.P. Silva (Ed.). **Modalidades de gozo.** Salvador: Campo Psicanalítico, 2007.

CUNHA, E. A dupla face do desmentido na atualidade: entre o aniquilamento do outro e a felicidade em simulacro. In: Joel Birman et al. **A Fabricação do Humano: psicanálise, subjetivação e cultura.** São Paulo: Zagadoni, 2014.

DEBORD, G. **A sociedade do espetáculo.** São Paulo: Contraponto, 1997.

DI MATTEO, V. Subjetividade e cultura em Freud: ressonâncias do mal-estar contemporâneo. **Discurso**. N. 36, 2007.

DIONÍSIO, G.H. “Jovens Transferências”, ou do Narcisismo (primário) das enormes semelhanças. In: Birman, J. et. al. **Amar a si mesmo e amar o outro.** São Paulo: Zagadoni, 2016.

FIGUEIREDO, L.C.; MINERBO, M. Pesquisa em Psicanálise: algumas ideias e um exemplo. **Jornal de Psicanálise.** São Paulo, 39 (70): 257- 278, 2006.

FORTES, I. A Psicanálise face o hedonismo contemporâneo. **Revista Mal-Estar e Subjetividade**, Fortaleza, v.9, n.4, p.1123-1144, 2009.

FREITAS, V. A Estética narcísica da sociedade de consumo. **Educação e Filosofia-** v. 17, n. 34, pp51-64, 2003.

FREUD, S. Uma recordação de infância de Leonardo Da Vinci. In: FREUD, S: **Observações sobre um caso de neurose obsessiva (“O Homem dos ratos”)**, Uma recordação de infância de Leonardo Da Vinci e outros textos, Vol. XIX (Paulo César Souza, Trad.) São Paulo: Companhia das Letras, 2010 pp. 113-219 (Obra original publicada em 1910).

FREUD, S. O Caso Schreber. In: FREUD, S. **Observações psicanalíticas sobre um caso de paranoia relatado em autobiografia (“O Caso Schreber”)**, artigos sobre técnica e outros textos, Vol. X (Paulo César Souza, Trad.) São Paulo: Companhia das Letras, 2010 pp. 14-107 (Obra original publicada em 1911).

FREUD, S. Totem e Tabu. In: FREUD, S. **Totem e Tabu, contribuição à história do movimento psicanalítico e outros textos**, Vol XI (Paulo César Souza, Trad.) São Paulo: Companhia das Letras, 2010 pp. 13-244 (Obra original publicada em 1913).

FREUD,S. Introdução ao narcisismo. In: FREUD, S. **Introdução ao Narcisismo, ensaios de metapsicologia e outros textos**, Vol. XII (Paulo César Souza, Trad) São Paulo: Companhia das Letras, 2010 pp.14-50 (Obra original publicada em 1914).

FREUD, S. Luto e Melancolia. In: FREUD, S: **Introdução ao Narcisismo, ensaios de metapsicologia e outros textos**, Vol XII (Paulo César Souza, Trad.) São Paulo: Companhia das Letras, 2010 pp.171-194 (Obra original publicada em 1917).

FREUD, S. Psicologia das Massas e Análise do Eu. In: FREUD, S. **Psicologia das Massas e Análise do Eu e outros textos**, Vol. XV (Paulo César Souza, Trad.) São Paulo: Companhia das Letras, 2011, pp. 14-113 (Obra original publicada em 1921).

FREUD, S. O Mal-estar na Civilização. In: FREUD, S. **O Mal-estar na civilização, Novas Conferências Introdutórias à Psicanálise e outros textos**, Vol. XVIII (Paulo César Souza, Trad.) São Paulo: Companhia das Letras, 2010 pp.14-122 (Obra original publicada em 1930).

FUKS, L.B. **Narcisismo e Vínculos**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2010.

GONÇALVES FILHO, J.M. Humilhação social - um problema político em Psicologia. **Psicologia USP**, vol.9, n.2, São Paulo, 1998.

GONÇALVES FILHO, J.M. Prefácio In: COSTA, F.B. **Homens invisíveis**: relatos de uma humilhação social. São Paulo: Globo, 2004.

GONÇALVES FILHO, J.M. Humilhação social: humilhação política. In: DE PAULA SOUZA, B. (Org.) **Orientação à queixa escolar**. São Paulo, Casa do Psicólogo, 2007.

GUIMARÃES, L.M.; ENDO, P.C. Três versões do narcisismo das pequenas diferenças em Freud. **Trivium**, vol. 3, nº 2, Rio de Janeiro, 2011.

GUIMARÃES, L.M.; ENDO, P.C. A Origem da palavra narcisismo. **Revista Latinoamericana de Psicopatologia fundamental**. Vol. 17, n. 3, 2014.

GREEN, A. **Narcisismo de vida, narcisismo de muerte**. Amorrortu editores: Argentina, 1983.

HORNSTEIN, L. **Narcisismo: autoestima, identidade, alteridade**. São Paulo: editora Via lettera, 2009.

KUPERMANN, D. Revisitando “Freud, 1914: o ano que não terminou”. In: BIRMAN, J. et al. **Amar a si mesmo e amar o outro**. 1ª ed.-São Paulo: Zagodoni, 2016.

LANGARO, F. N.; BENETTI, S.P.C. Subjetividade contemporânea: narcisismo e estados afetivos em um grupo de adultos jovens. **Revista de Psicologia Clínica**, vol. 26, nº 02; Rio de Janeiro, 2014.

LASCH, C. **A Cultura do Narcisismo**: a vida americana numa era de esperanças e declínio, Rio de Janeiro: Imago, 1983.

LASCH, C. **O Mínimo Eu**: sobrevivência psíquica em tempos difíceis. Editora brasiliense, 1986.

LAPLANCHE, J. **Vocabulário de Psicanálise**. Trad. Pedro Tamen-4ª edição, São Paulo: 2001.

LAZZARINI, E.R. **Emergência do narcisismo na cultura e na clínica psicanalítica contemporânea: Novos rumos, reiteradas questões**. 2006, 194 f. Tese (Doutorado em Psicologia) Universidade de Brasília, 2006.

LEBRUN, J.P. **A perversão comum**: viver juntos sem o outro. São Paulo: Cia de Freud, 2008.

LIPOVETSKY, G. **A era do vazio**: ensaios sobre o individualismo contemporâneo. Manole, 1983.

LIPOVETSKY, G. **Os Tempos hipomodernos**. São Paulo: Editora Barcarolla, 2004.

MACIEL, C.A.B. Desigualdade e a indiferença com a pobreza. **Revista Terapia Ocupacional**. Universidade de São Paulo. Vol. 19, n.1, pp.1-11, 2008.

MEDEIROS, M. **O que faz os ricos ricos**: o outro lado da desigualdade brasileira. Editora Hucitec, Anpocs. São Paulo, 2005.

MEZAN, R. Pesquisa em Psicanálise: algumas reflexões. **Jornal de Psicanálise**, vol. 39, nº 70. São Paulo, 2006.

MOREIRA, J. O. Revisitando o conceito de eu em Freud: da identidade à alteridade. **Estudos de pesquisa em psicologia**, UERJ, ano 9, 2009.

NASIO, J.-D. **Lições sobre os 7 conceitos cruciais da psicanálise**. Rio de Janeiro: Zahar, 1997.

NASCIMENTO, L.S.; SARUBBI, M.R.M; SOUZA, P.P. A dimensão subjetiva da desigualdade social: um estudo sobre a dimensão subjetiva da vivência da desigualdade social na cidade de São Paulo. **Transformações em Psicologia** (online), Vol. 2, n. 1, São Paulo, 2009.

OLIVEIRA, P.J.; ARAGÃO, L. O narcisismo e sua representação na sociedade de consumo: uma análise do filme “Delírios de consumo de Becky Bloom”. **Cadernos Brasileiros de Saúde Mental**. Vol. 6, n. 13, pp. 122-127. Florianópolis, 2014.

PADILHA, V. Nojo, humilhação e controle na limpeza de shopping centers do Brasil e no Canadá. **Caderno CRH**, Salvador, v.27, n° 71, p.329- 346. Maio/Ago, 2014.

PAUGAN, S. O Enfraquecimento e a ruptura dos vínculos sociais. In: B. Sawaia, (Org.), **As artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social**. (pp.100-116). 4ª Edição. Petrópolis: Vozes, 2002.

PEIXOTO JÚNIOR, C.A. **Singularidade e Subjetivação: Ensaio sobre clínica e cultura**. 7 letras, editora PUC RIO, 2008.

PEREIRA, C.R. A Construção da subjetividade e sua relação com a depressão. **Cadernos Psicanalíticos**, V. 37, n.32, p. 17-41, 2015.

RAMOS, P.R. Ônibus 174- Imagens da Humilhação Social. **Psicologia USP**. São Paulo. 20(4), 639-655, 2009.

ROSA, M.D. A pesquisa psicanalítica dos fenômenos sociais e políticos: metodologia e fundamentação teórica. **Revista Mal-estar e subjetividade**. Fortaleza V.IV, n° 2, 329-348, 2004.

ROUSSEAU, J-J. **Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens** (1755). Martins Fontes. São Paulo, 1999.

SANTOS, J. F. **O que é pós- moderno**. Editora brasiliense, 2008.

SANTOS, A.C.O. **A Lógica do Consumo na Cultura do Narcisismo**. Trabalho de Conclusão de Curso (Psicologia) Universidade Federal de Alagoas, 2014.

SAWAIA, B. Psicologia e desigualdade social: uma reflexão sobre liberdade e transformação social. **Psicologia e Sociedade**, 21 (3): 364- 372, 2009.

SAWAIA, B. O sofrimento ético-político como categoria de análise da dialética exclusão/inclusão. In: B. Sawaia, (Org.), **As artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social**. (pp.100-116). 4ª Edição. Petrópolis: Vozes, 2002.

SAWAIA, R. O que faz os ricos ricos? **Estudos avançados**, 20 (56), 2006.

SIROTA, A. Humilhação social: uma reflexão do ponto de vista psicanalítico. **Estudos de Psicologia**: Campinas. 25 (4). 557-565,2008.

SEVERIANO, M.F.V. **Narcisismo e publicidade: uma análise psicossocial dos ideais de consumo na contemporaneidade**. São Paulo: Annablume, 2001.

SVARTMAN, B.P. & SILVA, L.G.G. Comunidade e Resistência à humilhação social: reflexões sobre a pesquisa participante em Psicologia Comunitária. **Revista Colombiana de Psicologia**. Vol. 25, nº 2, pp. 331-349, 2016.

TIZIO, H. **Subjetividade e realidade social**: a questão da violência. *Psicanálise e Violência: Sociedade, juventude e literatura*. (Orgs Ferrari e Pereira). Editora CRV, 2013.

TURATO, E. R. **Tratado da metodologia da pesquisa clínico-qualitativa**: construção teórico-epistemológica, discussão comparada e aplicação nas áreas da saúde e humanas. 6ª edição- Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.